



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

M MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 33 - Nº 651 - DE 14 A 28 DE NOVEMBRO DE 2021 - R\$ 4,00

Brutal repressão à manifestação dos servidores municipais Abaixo a contrarreforma da Previdência do prefeito Nunes!

**Partidos da burguesia se movimentam para
definir candidaturas e alianças para 2022**

**Bolsonaro impõe o Auxílio Brasil com o
apoio de parlamentares da oposição**

**Direção da Campanha Nacional do Fora Bolsonaro
cancela manifestação de 15 de novembro**

**Não à hipocrisia e demagogia eleitorais
sobre a miséria e fome de milhões de explorados**

**Organizar a luta por uma Carta de Reivindicações
que una empregados e desempregados**

**Que as centrais sindicais convoquem um Dia
Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios,
como parte da preparação da greve geral**

**TENDÊNCIAS DIREITISTAS SE POTENCIAM NA AMÉRICA LATINA
Lutar pela superação da crise mundial de direção,
construindo os partidos marxista-leninista-trotskistas**

Época imperialista de contrarreformas

*Desmontar o palavreado dos partidos da burguesia sobre a miséria e a fome
Lutar por um programa e estratégia próprios dos explorados*

No mesmo dia em que o ex-juiz Sérgio Moro fazia um discurso hipócrita sobre o combate à miséria, ao se filiar ao Podemos e lançar sua pré-candidatura presidencial, o prefeito de São Paulo (MDB), Ricardo Nunes, lançava a polícia contra a manifestação dos funcionários municipais. Nuvens de gás lacrimogêneo e saraivadas de balas de borracha dissolviam o massivo protesto, e impediam que os manifestantes ocupassem a Câmara de Vereadores, para impedir a votação, em segundo turno, da reforma da Previdência Municipal.

A coincidência corresponde ao momento político do país. De um lado, os partidos e os autocandidatos impulsionam a corrida eleitoral. De outro, os governantes continuam a avançar com as contrarreformas. De um lado, discursam sobre a necessidade de retomar o crescimento econômico e os empregos, e, assim, elevar a renda. De outro, continuam a destruir antigos direitos trabalhistas e previdenciários. De um lado, o Congresso Nacional decide sobre a substituição do programa “Bolsa Família” de Lula pelo “Auxílio Brasil”, de Bolsonaro. De outro, o recriado Ministério do Trabalho expede uma portaria, regulamentando a contrarreforma trabalhista. De um lado, setores da burguesia e parlamentares discutem o “desequilíbrio fiscal”. De outro, cresce o parasitismo da dívida pública, e Bolsonaro prorroga a desoneração da folha de pagamento, subsidiando os empresários com bilhões de reais. De um lado, se gasta muito palavreado sobre as mudanças climáticas e os compromissos do Brasil com a COP-26, que se realiza em Glasgow. De outro, os latifundiários, madeireiros, mineradores e grileiros continuam assassinando indígenas e camponeses. De um lado, as multinacionais se comprometem com a transição da matriz energética poluidora para uma matriz menos ofensiva à natureza. De outro, preparam demissão e desvalorização do valor da força de trabalho. Todas as medidas dos capitalistas e governantes, sem exceção, retrocedem antigas conquistas do movimento operário e camponês.

É sobre essa base que Bolsonaro editou um decreto, revendo o critério sobre a “linha de extrema pobreza”. Em vez de R\$ 89 de renda por pessoa da família, para ser classificada de extremamente pobre, será de R\$ 100; os considerados pobres passam de R\$ 178, para R\$ 200. Em torno ao “Auxílio Brasil”, montou-se um teatrão, envolvendo os precatórios e o teto de gastos; a PEC dos precatórios, finalmente, foi aprovada na Câmara dos Deputados. Esse jogo político serve para enganar os pobres, miseráveis e famintos, que dependem das migalhas esparzidas pela burguesia e seus governantes. Foi, no passado, um meio de controle eleitoral, e está sendo usado, agora, por Bolsonaro, como tábua de salvação de seu governo. E a oposição reformista está obrigada a participar no mesmo tablado, uma vez que ajudou o montá-lo, e dele nunca desceu. Do alto, os partidos da burguesia e os partidos da esquerda reformista adaptados ao capitalismo sarapateiam sobre 25,4

milhões de trabalhadores, que sobrevivem na informalidade, sem carteira assinada e sem direito algum. São os que entram na classificação de muito pobre ou extremamente pobre.

Bolsonaro e seus militares chegaram à conclusão de que é melhor seguir a linha do reformismo hipócrita do programa “Bolsa Família”, do que continuar a se confrontar com o Judiciário e insistir na linha do golpe de Estado. Comprou o “Centrão”, e tem a Câmara de Deputados em suas mãos. O perigo de impeachment foi afastado. A “Campanha Nacional do Fora Bolsonaro e Impeachment” perdeu força. Não vingou a tão pretendida “frente ampla”, advogada pela maioria da direção do PT e da “Campanha Fora Bolsonaro”. Desmarcaram a manifestação de 15 de novembro. E, se nenhum acidente de percurso acontecer, daqui para diante, as forças políticas da ordem capitalista se alinham em torno às eleições de 2022.

É sintomático que Bolsonaro e Moro se tenham definido partidariamente. O PSDB caminha para uma definição. Notícia-se que Alckmin está em vias de deixar o partido, e que Lula se mostrou interessado em uma composição com o ex-governador de São Paulo. O prefeito Ricardo Nunes se afastou do governador João Doria, objetivando ser uma valiosa moeda de troca nas eleições do estado. Esse é um forte motivo, que levou o prefeito a apressar a imposição de mais uma etapa da reforma da Previdência.

É necessário mostrar aos explorados, por meio de suas reivindicações e de mobilizações, que existe um precipício entre o palavreado dos partidos burgueses e a realidade econômica e social. A Pandemia agravou o quadro de miserabilidade, mas não criou a tendência de aumento do número de pobres e miseráveis. Tudo indica que, com as contrarreformas, a força de trabalho será ainda mais sacrificada, o que potencia a informalidade e o empobrecimento geral da família trabalhadora.

Toda a promessa de reformar o capitalismo deve ser combatida firmemente. Não há possibilidade de um governo burguês – por mais que vista a máscara de progressista e de esquerda – realizar as tarefas democráticas, que impulsionem o desenvolvimento das forças produtivas, rompam a inércia, e incorporem, na produção, milhões de trabalhadores que dependem da informalidade para sobreviver. A pobreza, miséria e fome são estruturais. E assim permanecerão, enquanto a classe operária não derrubar a burguesia do poder, transformar a propriedade privada dos meios de produção em propriedade social, e avançar a transição do capitalismo ao socialismo.

No próximo período, a vanguarda com consciência de classe lutará no seio dos explorados contra os desvios eleitorais, e em favor dos métodos da ação direta, da organização independente, do programa próprio de reivindicações da maioria oprimida e da estratégia revolucionária.



DECLARAÇÃO DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

5 milhões de mortos pela Pandemia estampam a barbárie capitalista

Demonstram a necessidade histórica da destruição do capitalismo e edificação do socialismo

4 de novembro de 2021

Esse gigantesco número foi apurado no momento em que se avalia que a Pandemia arrefece seu impulso em parte do mundo, e evidencia o seu controle relativo. O que quer dizer que o número de contágios e de mortes não sobe de forma tão violenta como antes. Entre os especialistas, se discute sobre a possibilidade ou não de sua erradicação; ou ainda, se o mundo terá de conviver com a Covid-19 na forma de endemia. Parece haver um acordo de que o seu controle relativo é um fato.

O que mais chama a atenção nessa discussão é que apenas 39,5%, em 3 de novembro, da população mundial foi vacinada. Dessa porcentagem, poucos países realizaram a vacinação entre 50% a 70% da população. A Europa Ocidental comparece como a região mais coberta pela imunização. Em contraposição, o continente africano atingiu somente 6% de sua população. A maior parte dos países dos continentes mais atrasados economicamente, como na África, Ásia e América Latina e Central, ficaram mais descobertos. E, mesmo entre os países desses continentes, poucos conseguiram algum êxito com a vacinação. Essa disparidade põe em dúvida a avaliação de que a Pandemia está em franco processo de controle.

Já foi demonstrado que a utilização do isolamento social e uso de máscaras são recursos limitados e provisórios. Seus impactos na economia também diferenciam os países ricos dos países pobres. A vacinação é o meio mais eficaz, como se comprovou no caso de outras epidemias e pandemias. Eis por que os analistas não puderam deixar de se referir à concentração da vacinação nos “países desenvolvidos”. E de alertar sobre a obrigatoriedade de avançar a imunização nos continentes que estão a descobertos, principalmente no africano. Estava previsto que boa parte dos países não teria acesso à vacina, devido à falta de recursos para comprá-la.

A demagogia da Organização Mundial da Saúde (OMS), de promover a vacinação nesses países, logo caiu por terra. Sua função foi e tem sido a de determinar normas, como o distanciamento social, uso de máscaras, etc., de servir de palanque para discursos politiqueros e instrumento da guerra comercial, encabeçada pelos monopólios farmacêuticos imperialistas. O palavreado sobre a necessidade de ter uma campanha mundial coordenada, que garantisse a igualdade entre as nações de combate à Pandemia, como se vê, ocultou a responsabilidade das potências e dos monopólios, diante do catastrófico número de 5 milhões de mortos, em pouco menos de 2 anos.

Em todo o transcurso da Pandemia, imperaram os interesses econômico-financeiros do grande capital, em particular daquele que controla o complexo químico-farmacêutico. O maior crime contra a humanidade foi praticado, não por este ou aquele governo taxado de “negacionista” e “genocida”, mas sim pelas potências e seus monopólios. Havia e há plenas condições científicas e financeiras para um combate geral, muito mais eficaz e efetivo, ao novo coronavírus. A proteção de suas fronteiras nacionais, a liberdade dos monopólios de determinarem o curso da vacinação, a busca da maior lucratividade possível, e a guerra comercial, favoreceram a proliferação mundial da Pandemia, sacrificaram os países mais atrasados, e mantiveram desprotegidas as massas pobres e miseráveis.

Os analistas mais críticos responsabilizam o fenômeno natural por ter desorganizado as economias e a vida social. Reconhecem que a “crise sanitária arruinou o sistema de saúde, destruiu economias mais frágeis e privou milhões de crianças e jovens pobres de acesso à educação, comprometendo o futuro de uma geração em grau ainda por ser devidamente mensurado”. Dizem também que “a Pandemia criou for-

mas de desigualdade econômico-social e aprofundou outras já existentes, não só em cada um dos países afetados, o Brasil entre eles, mas em nível global". E admitem que "a profunda desigualdade de acesso às vacinas entre países ricos e pobres já seria reprovável do ponto de vista moral". E concluem que é preciso admitir a existência do desequilíbrio entre a natureza e o homem. Não há um pinga de honestidade nesse tipo de admissão da culpa, uma vez que oculta a raiz da catástrofe, e, portanto, as causas primárias. O desequilíbrio não ocorre entre a natureza e o homem em abstrato. Ambos estão determinados pelas relações capitalistas de produção da época imperialista. Ambos padecem da anarquia da produção social. O alto desenvolvimento do capitalismo, concentrado nas potências, e seu atraso disseminado no restante dos países, indicam por que a burguesia se mostrou incapaz de aplicar amplamente a avançada ciência controlada pelos monopólios. Indica por que se agravaram as desigualdades econômicas e sociais. Está claro que o domínio monopolista da economia mundial é responsável, tanto pelos efeitos econômicos provocados pela Pandemia, quanto pela montanha de mortos. Os governos e as organizações internacionais, como a ONU, OMS, etc. tiveram de seguir, em última instância, as determinações dos monopólios.

Somente com o programa e a estratégia da revolução proletária, seria e é possível reagir com a organização independente e métodos próprios da ação direta. É necessário entender que os explorados suportaram o maior peso da crise sanitária e econômica, devido à crise de direção.

O Brasil foi um dos países mais afetados pelo número de mortos, ultrapassando os 600 mil. Segundo cálculos, contribuiu com 12%, dos mais de 5 milhões de óbitos mundiais, apesar de representar tão somente 2,7% da população mundial. O país enfrentou uma profunda crise política, em torno à adoção das vacinas. No fundo do "negacionismo" de Bolsonaro, estiveram a guerra comercial e a corrupção. Os conflitos se estabilizaram, somente após a Pfizer se impor diante dos governantes, barrando o avanço da vacina chinesa, Coronavac. Com cerca de 58% da população totalmente vacinada, decresceram sensivelmente as contaminações e as mortes.

Em todo o mundo, as massas tiveram de suportar a letalidade do Coronavírus, os interesses do poder econômico e a guerra

comercial. Em particular, no entanto, os explorados dos países semicoloniais foram os que mais duramente arcaram com o avanço da barbárie capitalista. Avanço que refletiu a combinação da crise sanitária com a crise econômica. As demissões em grande escala e a queda do poder aquisitivo dos explorados levaram ao aumento da miséria e fome no mundo. Os capitalistas se protegeram, fechando fábricas, comércios e serviços. Aproveitaram para demitir, rebaixar os salários e destruir direitos trabalhistas. No auge da Pandemia, 255 milhões de postos de trabalho, em 2020, foram eliminados, segundo a OIT. Estima-se que a destruição de forças produtivas foi muito superior à que ocorreu na crise mundial de 2009. É preciso ainda acentuar o fato de que os governos dos Estados imperialistas destinaram trilhões de dólares, para escorar suas economias e favorecer os monopólios.

O impulso da barbárie social e a incapacidade da burguesia de proteger minimamente os mais pobres, miseráveis e famintos, sobre os quais recaíram as duas consequências da Pandemia, evidenciaram, por outro lado, a gravidade da crise de direção mundial do proletariado. As direções sindicais e políticas agiram no sentido de bloquear as tendências de luta que vinham desenvolvendo-se antes da Pandemia, e de submeter as massas a políticas que correspondiam à proteção e ao interesse dos capitalistas. Negaram-se a levantar um programa próprio de defesa dos explorados, e a organizar o movimento das massas. Acabaram ocultando e capitulando, diante da imposição dos monopólios farmacêuticos e da guerra comercial. Sem os partidos revolucionários e sem a sua Internacional, a classe operária mundial não pôde erguer-se, em defesa do programa de expropriação da grande propriedade privada, estatização e controle operário da produção. Somente com o programa e a estratégia da revolução proletária, seria e é possível reagir com a organização independente e métodos próprios da ação direta. É necessário entender que os explorados suportaram o maior peso da crise sanitária e econômica, devido à crise de direção.

É parte, portanto, da tragédia social, a tragédia política. Distintamente seria, se os explorados, sob a direção da classe operária, tivessem combatido com suas forças por um programa próprio. Sem dúvida, teriam passado pelo flagelo, mas sairiam organizados e fortalecidos politicamente, para dar continuidade ao combate.

A vanguarda com consciência de classe tem o dever de fazer um balanço rigoroso sobre a conduta das direções sindicais e políticas, neste momento em que o capitalismo em decomposição evidenciou suas contradições históricas, e pôs à luz do dia a necessidade das revoluções proletárias.

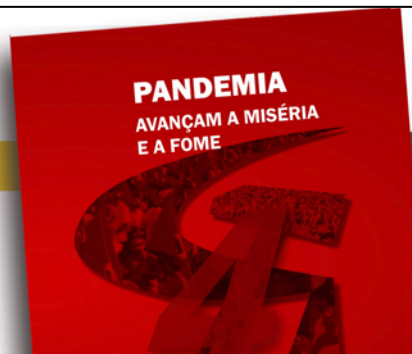
Publicado o livro:

PANDEMIA

AVANÇAM A MISÉRIA E A FOME

“

A classe operária, desorganizada e estilhaçada mundial e nacionalmente pela crise de direção, se sujeita à política pandêmica, que aterroriza as massas, com a campanha orquestrada internacionalmente pelo imperialismo, e executada nacionalmente pelos Estados. Sem o seu partido e sem uma vanguarda internacional com elevada consciência de classe, e capaz de desenvolver o programa da revolução proletária, os explorados ficam à mercê das respostas burguesas à crise econômica e pandêmica.



R\$ 40

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR**

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL N° 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org - facebook.com/massas.por

Barbárie capitalista recai sobre as crianças indefesas

A Unicef e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) publicaram o documento “Panorama da Violência Letal e Sexual contra Crianças e Adolescentes”, o qual informa o assassinato de 7 mil crianças e adolescentes, por ano, e 45 mil submetidos à violência sexual. O estudo foi baseado em Boletins de Ocorrência, abrangendo o período de cinco anos, de 2016 a 2020. O detalhamento mostra que a violência letal ocorre, tanto no seio familiar, quanto nas vias públicas e estabelecimentos. No primeiro caso, atinge mais as crianças; no segundo, os adolescentes. A maioria das vítimas é de negros, principalmente na faixa etária de 15 e 19 anos. A polícia arca com 15% das mortes, na faixa de 10 a 19 anos. No total, o Panorama apurou 34.918 “mortes violentas intencionais de crianças e adolescentes” no país, correspondendo a uma média de 6.970 mortes, por ano. Os adolescentes arcaram com mais de 31 mil mortes, nos cinco anos estudados; e crianças na faixa de até 9 anos, com 1.070 mortes. A maioria desse conjunto é do sexo masculino, 91% do total de 34.918 mortes. Quanto à raça/cor, 75% das vítimas são negras. Em referência à violência sexual, diz o estudo que 86% são vítimas femininas, e a maioria é de cor branca, 55%.

É bem conhecida a violência ostensiva sofrida por crianças e adolescentes, mas o estudo da Unicef demonstra que é mais grave do que se tem revelado até agora. As duas faces da moeda dos assassinatos e estupro, dentro e fora da família, e a maior incidência da morte de negros, bem como a responsabilidade da polícia, foram mais bem documentadas. A totalização de 34.918 assassinatos de crianças e adolescentes, e 179.277 estupro, em cinco anos, evidencia a dimensão da barbárie social. As recomendações da Unicef são paliativos, há muito conhecidos: “não banalizar a violência”, “capacitar profissionais”, para lidar com o problema, preparar a polícia (“protocolos, treinamentos”), “garantir a permanência de crianças e adolescentes na escola”, “ampliar o conhecimento de meninos e meninas sobre os seus direitos e os riscos da violência”, “responsabilizar os autores da violência” e “investir no monitoramento e na geração de evidências”.

Nem mesmo esses emplastos, os capitalistas brasileiros e seus governos são capazes de garantir. Repete-se a velha fórmula de “reconhecer, investir, educar e punir”. O extraordinário estudo termina em recomendações inócuas às autoridades, profissionais, e às próprias vítimas. A maneira de ocultar a superficialidade e as impotências das diretrizes é a de não realizar a segunda parte do estudo, momento em que se poderiam revelar as raízes da brutal violência, sofrida por crianças e adolescentes.

A esmagadora maioria dos casos expostos ocorre nos lares pobres e miseráveis. Os jovens assassinados no exterior de suas casas estão nas mesmas condições. O desemprego, o subemprego e a fome geram, em grande medida, as diversas formas de violência. Não é por acaso que também o número de assassinatos e estupro, que atingem milhares de adultos, é elevado. Pode diminuir ou elevar-se, de um período a outro, a depender da situação econômica, mas a tendência geral é de elevação. A miséria e a fome são estruturais no capitalismo, assumindo particularidades endêmicas no Brasil.

A constatação de que atingem principalmente os negros tam-

bém não traz nada de novo. A maioria da população é formada de negros explorados, empobrecidos e discriminados. São os que mais suportam o desemprego, subemprego e os baixos salários. São os que mais povoam as favelas, superlotam os presídios, e morrem por assassinato.

Essa realidade social expressa a polarização entre a gigantesca concentração de riqueza, em posse da ultraminoria burguesa, e a disseminação da pobreza e miséria, entre a imensa maioria da população. Esse fenômeno contraditório se assenta na estrutura econômica, baseada na grande propriedade privada dos meios de produção, que subordina a pequena-propriedade, impõe o desenvolvimento desigual do País, e perpetua a miséria e a fome, bem como a discriminação da parcela negra da população. É nesse terreno que se encontra o semeador da morte por assassinatos, fome, doenças evitáveis, violência reacionária da polícia, etc. Do ponto de vista econômico, representa a destruição de um massivo contingente de força de trabalho; do ponto de vista social, uma tragédia humana.

A primeira recomendação da Unicef é a de não “justificar” nem “banalizar a violência”. Eis uma recomendação banal. O começo da banalização está em não revelar as causas econômicas, sociais e históricas, que provocam tamanho número de assassinatos e estupro, de crianças e adolescentes. A sua continuidade está em não estabelecer o curso de sua erradicação, e não apresentar que classe social pode resolver as contradições acima mencionadas. Os pesquisadores da Unicef sabem perfeitamente que seu estudo não tem efeito prático na dimensão exigida pelo problema. Estão subordinados aos interesses da burguesia imperialista, que comanda a ONU. Não podem admitir que, sem romper a camisa de força do desemprego e subemprego estrutural, da argamassa do salário mínimo de fome e da opressão latifundiária sobre os camponeses, não é possível dar um primeiro passo no combate efetivo à barbárie social. A burguesia não pode assumir um só objetivo mínimo. É uma classe arcaica, que necessita intensificar ainda mais a exploração do trabalho e concentração de riquezas.

A tarefa de combate e erradicação do desemprego, subemprego, miséria e fome depende inteiramente da classe operária, que, aliada à pequena-burguesia arruinada, da cidade e do campo, expropriará os capitalistas e transformará a propriedade privada dos meios de produção em propriedade social, socialista. A luta por um programa de reivindicações elementares, em defesa dos empregos, salários e direitos trabalhistas, é a base sobre a qual se levantará um poderoso movimento contra a miséria, a fome, a destruição de força de trabalho e as discriminações. E, portanto, pelo fim dos assassinatos de crianças e jovens, e de toda forma de violência familiar. Sem que os explorados se guiem pelo programa da revolução e ditadura do proletariado, não será possível responder às contradições do capitalismo putrefato e ao avanço da barbárie social.

Essa é a principal conclusão que a vanguarda com consciência de classe deve extrair do “Panorama da Violência Letal e Sexual Contra Crianças e Adolescentes”.

A violência contra povos indígenas no Brasil e as falsas promessas da COP-26

Encerra-se, no dia 12 de novembro, a COP-26, conferência do Clima da ONU, iniciada em 31 de outubro. Nela, lideranças indígenas brasileiras discursaram, se reuniram com governos, denunciaram as violações no Brasil, e se apresentaram como a solução para a proteção ambiental. Dias antes, o CIMI (Conselho Indigenista Missionário) publicou, em 28 de outubro, o relatório anual de violência contra os povos indígenas, referente ao ano de 2020, marcado pela Pandemia e recrudescimento no quadro geral de opressões. É preciso ligar esses dois acontecimentos. A denúncia deve levar a questionar as respostas da burguesia e pequena burguesia para a questão ambiental e indígena. O que exige defender o programa proletário.

grande parte das populações indígenas, que vivem nas cidades em terras ainda não homologadas pelo governo.

Segundo dados da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), mais de 43 mil indígenas foram contaminados pelo Covid-19, e pelo menos 900 morreram por complicações da doença, no ano de 2020. Junto com o efeito devastador da Pandemia, cresceu o número de invasões para exploração garimpeira, madeireira e grilagem. Este crescimento foi estimulado pelo próprio governo. O CIMI denuncia o governo por crimes que vão além da omissão e negligência no enfrentamento à Pandemia, sem, contudo, reconhecer a raiz de classe do governo burguês e da opressão aos indígenas.

É destacada também a violência por Omissão do Poder Público, que, embora não tenha demonstrado um aumento em relação a 2019, se manteve em um número elevado, em relação aos números anteriores ao governo Bolsonaro. Houve registro de 51 casos relativos à desassistência geral; Mato Grosso lidera entre os estados, com 14 casos. A privação de condições básicas de saúde, educação, dentre outras, mergulha esses povos na miséria.

O que se reflete também em outro indicador, o de “Mortalidade na Infância”. Segundo dados da Sesai, na faixa etária de 0 a 5 anos, houve 776 óbitos de crianças indígenas, correspondendo a 20,1% das 3.861 mortes de indígenas. A CIMI destaca as mortes por causas evitáveis, como anemia, desnutrição, diarreia e a infecção por coronavírus, mortes sem assistência e pneumonia, entre outras. 183 mortes ocorreram por desidratação, desnutrição, diarreia ou diferentes tipos de pneumonia. Os estados do Amazonas (250), Roraima (162), Mato Grosso (87), Pará (47), Maranhão (44) e Acre (44) apresentam os maiores números de casos.

Mortes por desassistência também são registradas no relatório, e apresentam uma íntima relação com a violência por omissão do Poder Público. 100 indígenas vieram a óbito por morte sem assistência, em 2020, e, conforme a tendência que se observa entre os estados, Amazonas (36) e Mato Grosso (38) registram os maiores índices.

O suicídio de indígenas foi registrado em quase todo o Brasil, cerca de 110 casos registrados pela Sesai. Cerca de 20 esta-

O Estado burguês no Brasil se ergueu por cima do genocídio indígena. Apesar da conquista de leis que atribuem direitos aos povos indígenas, a burguesia nunca protegeu e nunca protegerá a vida e os costumes desses povos, pelo contrário, essa classe e seu Estado são os responsáveis pelos ataques.

O relatório do CIMI destaca o peso avassalador da Pandemia no aumento da violência sobre os povos indígenas, como também a cumplicidade do governo nos ataques, seja por meio de novas regulamentações, por ações que expuseram os povos indígenas ao novo coronavírus, pela falta de assistência adequada à saúde, ou pela omissão, que acoberta as violações cometidas por outros. Apresenta uma realidade trágica, mas são dados subestimados, pois, fontes, como a Sesai, descartam

O CIMI registrou, em 2020, 263 casos de invasões possessórias, exploração ilegal de recursos naturais, e diversos danos contra o patrimônio indígena. O número é um pouco maior em relação a 2019, onde foram registradas 256 invasões. Os estados do Amazonas, com 53 casos, Maranhão, com 29 casos, e Mato Grosso, com 26 casos, lideram entre os estados com maior incidência de invasões. Cerca de 150 povos de 201 terras indígenas sofreram algum tipo de agressão contra o seu território.

R\$ 15

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DO MASSAS



**Lições da
Comuna de Paris**
Março / Maio de 1871

LANÇAMENTO LIVRO

Lições da Comuna de Paris

Este livro é parte da luta pela superação da crise de direção e recuperação do terreno perdido para a contrarrevolução. As lições das derrotas e vitórias nunca se perdem. Nossa tarefa é a de mantê-las e usá-las como arma do proletariado.



Nova
Coleção
Editorial

dos apresentam casos, embora a maioria só apresente apenas um caso. Os estados com maior número de ocorrências são o Amazonas (42), Mato Grosso do Sul (28) e Roraima (15). Os dados da Sesai mostram que as vítimas possuíam idades entre 10 e 70 anos. Entre os casos, apenas 21 são mulheres, e 89 são homens.

O relatório é esclarecedor sobre a situação de miserabilidade dos indígenas, que vem se agravando. Além da ineficácia das legislações existentes em proteger a vida dos indígenas, essa área também é afetada por contrarreformas, como o Projeto de Lei (PL) 191/2020, apresentado pelo governo ao Congresso Nacional, por meio do qual as terras indígenas serão abertas para várias atividades econômicas, como a mineração, a exploração de gás e petróleo, e a construção de hidrelétricas. A Instrução Normativa (IN) 09, publicada pela Fundação Nacional do Índio (Funai), em abril, permite a certificação de propriedades privadas em terras indígenas não homologadas, mesmo que esses territórios estejam em estágio avançado de homologação. Além disso, permanece a ameaça da aprovação do Marco Temporal, que passa a reconhecer o direito à demarcação, apenas, a terras ocupadas por indígenas no momento da promulgação da Constituição Federal de 1988.

A situação vivenciada pelos Yanomami ilustra os efeitos da pressão econômica sobre os territórios. Estima-se a presença de 20 mil garimpeiros em terras yanomamis, que atuam ilegalmente,

desmatando, poluindo os rios, praticando atos de violência, e ainda sendo vetores do novo coronavírus e outras doenças. Em 2021, foi noticiada a morte de crianças yanomamis, tragadas por máquinas ilegais de mineração, enquanto nadavam nos rios de seu território.

O Estado burguês no Brasil se ergueu por cima do genocídio indígena. Apesar da conquista de leis que atribuem direitos aos povos indígenas, a burguesia nunca protegeu e nunca protegerá a vida e os costumes desses povos, pelo contrário, essa classe e seu Estado são os responsáveis pelos ataques. A resistência indígena à colonização foi massacrada, e os que sobreviveram não conseguiram erguer um movimento pela autodeterminação, ficaram subordinados a alas da Igreja Católica, da qual o CIMI é expressão, ou constituem organismos próprios que alimentam ilusões reformistas, como a Associação de Povos Indígenas do Brasil, APIB, cuja coordenadora executiva é Sônia Guajajara, que foi candidata a vice-presidente pelo PSOL, em 2018.

No momento em que escrevemos essa nota, a APIB participa, com 40 delegados, na COP-26, a conferência do clima da ONU. Os governos imperialistas fazem demagogia com a presença de delegados indígenas. Junto a investidores privados, se comprometeram a destinar um fundo de US\$ 1,7 bilhão para ser supostamente gerido por povos indígenas, de 2021 a 2026, para protegerem suas florestas. Entre os doadores, estão

os governos do Reino Unido, Estados Unidos, Alemanha, Noruega e Holanda. Além das fundações Ford, Rainforest, Bezos Earth Fund, Arcadia, Bloomberg, dentre outras. Grandes capitalistas e governos imperialistas tentam encobrir suas responsabilidades no saque dos recursos naturais e genocídio indígena, sob a máscara de defensores do ecossistema e do equilíbrio climático. Apesar de os dados atestarem que nos territórios indígenas há maior preservação das florestas, e de 100 países assinarem um acordo se comprometendo a acabar com o desmatamento, até o fim da década de 2020, não se reconhecem os direitos territoriais e de posse dos indígenas.

É preciso combater as ilusões promovidas pelas direções indígenas no parlamento, no judiciário e nos organismos imperialistas. A garantia de seu território só será conquistada, realmente, com o pleno direito à autodeterminação das nacionalidades oprimidas.

A garantia da terra aos indígenas é parte do programa da revolução proletária, que expropriará sem indenização os latifúndios, mineradoras, madeireiras e agronegócio. Sem a nacionalização das terras, não é possível cumprir a tarefa democrática de preservação e autodeterminação das nacionalidades indígenas, que sobreviveram ao genocídio colonialista e foram incorporadas, à força, às relações capitalistas de produção. Essa é a posição programática do POR, que se deve desenvolver entre os indígenas e pobres do campo.

MARINHA, CONTRA A HOMENAGEM A JOÃO CÂNDIDO FELISBERTO

O projeto do ex-senador do PT, Lindbergh Farias, que estava engavetado, foi finalmente aprovado na Comissão de Educação, atribuindo o título de herói da Pátria, o que permitirá ao ex-marinheiro negro João Cândido entrar para o Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria. O senador Paulo Paim (PT) obteve o parecer favorável, e enviou o projeto para a aprovação final na Câmara de Deputados.

No dia da Consciência Negra, 20 de novembro, o reconhecimento de João Cândido poderá ser apresentado como uma conquista definitiva de movimentos e organizações de negros, contra a discriminação racial. O fato não teria transcendência política, se não fosse a reação negativa da Marinha. Em nota, expôs o principal motivo da discordância histórica e política: “A revolta dos marinheiros de 1910 foi, de fato, um acontecimento triste na história no País. Todos os envolvidos, dentre eles a Marinha, setores do governo, os revoltosos e outras instituições tiveram culpas e omissões. Mas reconhecer erros não justifica avalizar outros e, por

consequente, exaltar as ações dos revoltosos.”

É visível o jogo de palavras para deformar e ocultar o significado da “Revolta da Chibata”. Foi necessária uma rebelião para acabar com os castigos corporais, que iam da prisão, isolamento, privação de água e alimentos por dias, até as chibatadas. Os 250 açoites no marinheiro Marcelino Menezes, que ficou impedido de contar com qualquer socorro médico, foram o estopim de uma rebelião, que há algum tempo vinha sendo preparada, sob a liderança de João Cândido. De nada adiantou a aprovação, pelo Congresso Nacional, em 1889, da proibição dos castigos físicos. Os prepotentes oficiais brancos estavam bem acostumados com a tradição do pelourinho. Desconheciam uma das leis que ajustavam a passagem do escravismo para o sistema assalariado capitalista. Faltou pouco, para que a Marinha não fosse adiante com o plano de afundar os navios ocupados, e assim promover uma carnificina. Os liberais, tendo à frente Rui Barbosa, conseguiram demover os insurgentes

com a aprovação da anistia, que não foi cumprida. Os marinheiros foram desligados e João Cândido empurrado para a miséria, e assim morreu, em 6 de dezembro de 1969.

Depois da Revolta da Chibata, de 22 de novembro de 1910, eclodiu o motim de 9 de dezembro, no navio de guerra Rio Grande do Sul, e em uma unidade de infantaria da Marinha na Ilha das Cobras. Rapidamente derrotados, estima-se que 600 marinheiros foram detidos e levados para o presídio dessa mesma Ilha. Sem nenhuma prova de envolvimento, João Cândido e companheiros, que haviam sido “anistiados”, foram confinados com os demais revoltosos. Dezoito deles receberam o castigo de solitária. Amontoados em uma cela pulverizada de cal, apenas dois marinheiros se salvaram, João Cândido e mais um companheiro. Presos em um manicômio, aguardaram por quase dois anos, para que fossem julgados da acusação. O Tribunal, não encontrando provas, se viu obrigado a liberá-los.

A nota da Marinha afirma que não passaram de lamentáveis erros de todos os envolvidos. E que Congresso Nacional não deveria homenagear João Cândido, porque se tratava de um “criminoso”, responsável pela rebelião. Embora não houvesse nenhuma consequência política e material, a Marinha não permite que seja responsabilizada pelos métodos escravocratas de punição dos marinheiros, sobretudo negros. Mas, o Brasil se levantou como Nação sobre os alicerces do pré-capitalismo escravista. A abolição da escravatura, em 1888, e a constituição da República burguesa, em 1889, não resultaram de uma revolução democrática, que ajustasse conta com os escravocratas, via de regra latifundiários e comerciantes, e integrasse imediata e plenamente os escravos às novas relações capitalistas de produção. É bem conhecida e descrita a marginalização das massas negras, que continuaram a suportar as heranças do escravismo, e as novas formas de opressão e discriminação racial. As armas serviram aos exploradores escravistas contra a revolta individual e coletiva dos escravos, durante séculos.

Na República, as Forças Armadas continuaram a servir os latifundiários, comerciantes e capitalistas da indústria nascente, para garantir a propriedade privada dos meios de produção, e esmagar as revoltas da maioria oprimida. São essas relações, de um regime ainda em transição, que explicam o uso da chibata pela Marinha e a consequente revolta. As contradições sociais e a luta de classes se encarregam de forjar uma vanguarda combatente no seio dos explorados e oprimidos.

João Cândido foi sua expressão mais elevada, embora não tivesse a plena compreensão de seu lugar na história da luta de classes no Brasil. Morreu na indigência, vítima dos mesmos agentes do capitalismo que combateu, organizando a “nossa” Revolta de Potenkin, de 1905, na Rússia autocrática.

O POR rechaça a nota da Marinha, mas não compactua com os reformistas, que vêm fazendo de tudo para que o Estado burguês reconheça os mártires da luta dos explorados. Os explorados, sobretudo os negros duplamente oprimidos, não

| Marinha, contra a homenagem a João Cândido Felisberto

necessitam dessas máscaras burguesas e pequeno-burguesas. Não necessitam de “reparações históricas”, a serem feitas pelos capitalistas, que têm raízes históricas profundas no escravismo. Os explorados necessitam de uma organização própria, que potencie suas lutas contra a dominação de classe, que se assenta na grande propriedade privada dos meios de produção.

A burguesia brasileira já comprovou sua incapacidade de realizar a revolução democrático-burguesa. Foi empurrada pelo imperialismo inglês a abolir o tráfico de escravos, e a pôr fim ao velho Estado escravista, que se encontrava completamente desajustado à ordem mundial do capitalismo. Os explorados negros estiveram na origem da classe operária. E nunca puderam ocupar um lugar de destaque, devido à política de imigração de trabalhadores brancos qualificados para a indústria. Mas continuou a ser a maioria explorada.

As experiências da Revolta da Chibata devem servir de lição para o proletariado e os demais trabalhadores, em suas atuais

Os explorados, sobretudo os negros duplamente oprimidos, não necessitam dessas máscaras burguesas e pequeno-burguesas. Não necessitam de “reparações históricas”, a serem feitas pelos capitalistas, que têm raízes históricas profundas no escravismo. Os explorados necessitam de uma organização própria, que potencie suas lutas contra a dominação de classe, que se assenta na grande propriedade privada dos meios de produção.

lutas, contra a exploração e a discriminação, que atinge particularmente as massas negras da população. A resposta do senador Paim à Marinha é típica de um arrivista e oportunista. Diz que “respeita a Marinha e não vê como um polo racista no Brasil”. Na mesma linha, Paulo Rocha, líder da bancada do PT, declarou: “Uma homenagem a João Cândido não significa uma aversão à Marinha”. Mas, a Marinha não se refere à “aversão”, que de fato não existe na desonrosa homenagem concebida pelo ex-senador Lindbergh, mas sim ao inaceitável reconhecimento histórico de que havia justificativa para a rebelião dos marinheiros, um método próprio de luta dos oprimidos contra os seus opressores. Os arrivistas desconversaram e se

curvaram, diante da falsificação da Marinha.

A discriminação contra os negros vem sendo disfarçada pelas políticas de “inclusão social” e de “reparação histórica”. A realidade social, no entanto, demonstra que os negros proletários e camponeses continuam a suportar o maior peso da exploração capitalista, do desemprego, da miséria, da fome e da violência policial.

O POR reconhece em seu programa que a classe operária brasileira tem suas raízes nas massas negras, e que a tarefa é a de unir negros e brancos explorados para derrubar a burguesia do poder, e transformar a propriedade privada dos meios de produção em propriedade social, socialista. A revolução proletária iniciará a resolução das tarefas democráticas pendentes, entre elas, o fim da discriminação racial. João Cândido e seus companheiros de revolta devem ser reconhecidos como precursores da luta contra a discriminação no seio da Marinha. Esse acontecimento histórico deixou a prática institucionalizada da chibata para trás, mas não o racismo nas instituições do Estado e nas relações sociais.

A luta da vanguarda com consciência de classe é a de honrar a memória de João Cândido, como parte da luta geral dos explorados para erradicar todas as formas de opressão, entre elas, o odioso racismo.

Desencanto com a Campanha Nacional Fora Bolsonaro e Impeachment

Duas faces do oportunismo

A direção do movimento – PT, PCdoB, PSOL, e burocracia sindical – decidiu cancelar as manifestações de 15 de novembro, e apostar na 18ª Marcha da Consciência Negra, de 20 de novembro. A decisão ocorre diante da finalização da CPI da Covid-19, e dos preparativos dos partidos para a corrida eleitoral. Correntes minoritárias, como PSTU e PCO, se viram sem onde se apoiar, uma vez que se perfileram de corpo e alma em torno à bandeira “Fora Bolsonaro e Impeachment.”

O PSTU, no jornal “Opinião Socialista”, achou “um absurdo que, após seis grandes atos nacionais pelo “Fora Bolsonaro”, ao invés de se ter avançado para nova mobilização no dia 15 de novembro, a direção da campanha tenha optado por desmobilizá-lo, e sequer tenha definido uma nova data”.

PCO, no discurso de Rui Costa Pimenta, na “Plenária Nacional Fora Bolsonaro – Lula presidente”, de 6 e 7 de novembro, reclamou da direção da “Campanha”, que estaria realizando “a sabotagem do movimento Fora Bolsonaro”, e que era inaceitável a posição de “pessoas que se colocam na coordenação do movimento Fora Bolsonaro dizerem ‘não vamos fazer nada até março’.” Rui prefere generalizar, sem dizer que os responsáveis são a direção do PT, o próprio Lula e aliados.

Mas o que importa é que tanto o PSTU quanto o PCO se viram desencantados e desarmados com a desativação da manifestação de 15 de novembro. Em suas indignações, têm também em comum o fato de não explicarem por que o PT, aliados e burocratas das centrais e movimentos decidiram pelo cancelamento indefinido. Sem a adesão da oposição de centro-direita, principalmente, do PSDB, e frustrada a possibilidade da constituição da “frente ampla”, o movimento caminhava para um beco sem saída, uma vez que estava condicionado pelo resultado da CPI da Covid-19, e do andamento do impeachment, no Congresso Nacional.

As últimas manifestações já indicavam a diminuição da afluência de um contingente de classe média aos protestos. Há um fator político que se deve considerar. Depois do recuo de Bolsonaro, logo após o 7 de setembro, arrefeceram-se os reflexos dos conflitos entre os poderes do Estado, que vinham provocando animosidade no interior da população. A reorientação dos rumos das diretrizes governamentais, ditadas pelo “Centrão”, permitiu barrar as pressões oposicionistas pelo impeachment, e condicionar os embates interburgueses para as eleições de 2022.

A Campanha Nacional do Fora Bolsonaro e Impeachment, desde o seu início, esteve voltada a potenciar o movimento burguês e pequeno burguês oposicionista, justificado pelo fato de a ultradireita governar o país. O PSTU admitiu a tese da “frente ampla” anti-Bolsonaro. O PCO sempre se colocou por uma frente de esquerda pela candidatura de Lula. O PSOL comparece como uma síntese dos dois polos do oportunismo: colocou-se pela “frente

ampla” e pela candidatura de Lula. Essas três variantes da política pequeno-burguesa se abrigaram na sombra da estratégia burguesa do “Fora Bolsonaro e impeachment”. O PSTU denuncia o PSOL de se posicionar “como apêndice da candidatura de Lula”. Diz que a “opção do PSOL em apoiar Lula no 1º turno atesta um curso à direita”. Nota-se que os morenistas do PSTU se resguardam, tendo em vista a possibilidade de vir a votar no 2º turno no candidato do PT, como fez nas eleições de 2018, votando em Haddad.

Sem a adesão da oposição de centro-direita, principalmente, do PSDB, e frustrada a possibilidade da constituição da “frente ampla”, o movimento caminhava para um beco sem saída, uma vez que estava condicionado pelo resultado da CPI da Covid-19, e do andamento do impeachment, no Congresso Nacional.

Diante da desativação do movimento “Fora Bolsonaro e Impeachment”, e das tratativas do PT com setores da política burguesa para potenciar a candidatura de Lula, o PSTU correu a montar seu “Polo Socialista e Revolucionário”, voltado às eleições. Os morenistas retomam a velha bandeira de “constituir uma “alternativa socialista”. O seu desespero está em não ter como constituir uma frente eleitoral com o PSOL, como fez em eleições presidenciais de 2006. O PCO inventou um “Bloco Vermelho”, acreditando ser possível “encurrular o governo Bolsonaro”, por meio da candidatura de Lula. Deixa claro que o “Fora Bolsonaro é a mesma coisa que Lula presidente”. Rui Costa Pimenta procura convencer a sua militância e agrupamentos petistas que compuseram o “Bloco Vermelho”, de que a mobilização popular em torno à eleição de Lula é o caminho para enfrentar a situação catastrófica do desemprego, da alta do custo de vida, etc.

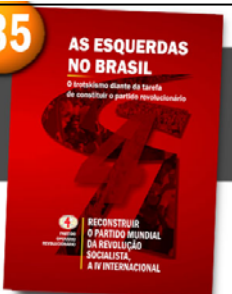
Essa impostura desemboca na defesa de um governo burguês “popular”, “dos trabalhadores”, “do povo que sofre”. Essas posições aparentemente antagônicas retratam as duas faces do oportunismo, que se mascara de marxista, trotskista e socialista. É parte da luta da vanguarda com consciência de classe combater o reformismo e o centrismo em todas as suas variantes. O reformismo e o oportunismo se chocam com a realidade do capitalismo em decomposição e o desenvolvimento da luta de classes.

Adquira com o distribuidor: **R\$ 35**

AS ESQUERDAS NO BRASIL

O Trotskismo diante da Tarefa de Construir o Partido Revolucionário

O livro desenvolve o percurso de mais de 20 anos em torno da batalha contra as várias correntes revisionistas de esquerda, como parte da luta pela elaboração do programa e da construção do partido revolucionário.



Ceará:**Oposição burguesa se divide e se aproxima de Camilo Santana (PT/PDT)**

A cerimônia de anúncio do Projeto de restauração costeira do litoral de Caucaia, ocorrido em Caucaia, dia 22/10, reuniu – inesperadamente – o Prefeito de Caucaia, Vitor Valim (PROS), o governador Camilo Santana (PT), o Senador Cid Gomes (PDT) e o presidente da Assembleia Legislativa, Evandro Leitão (PDT). O evento marcou a proximidade do prefeito, de oposição, ao bloco PT-PDT no governo. Além de Valim, o prefeito de Juazeiro do Norte, Glêdson Bezerra (Podemos), também eleito como oposição de Cid e Camilo, tem sinalizado aproximação com o governo do estado, e ampliado a divisão no interior da direita bolsonarista.

A oposição burguesa e direitista ao governo do estado, cujo principal nome é o do Dep. Federal Capitão Wagner (PROS), havia ampliado suas forças, nas últimas eleições municipais, conquistando as 3 maiores cidades do estado, depois de Fortaleza. Parecia que a ultradireita se cacia para enfrentar os Ferreira Gomes e seus aliados petistas, com as melhores condições possíveis, em 2022. Contudo, o aprofundamento da crise (especialmente a falência de municípios), a queda na popularidade de Bolsonaro, e a necessidade de recursos para projetos municipais, pesaram definitivamente para a mudança de comportamento dos prefeitos de oposição burguesa, antes mesmo de completarem o primeiro ano de mandato.

O elogio da bancada governista a Vitor Valim, na Assembleia Legislativa, feito pelos deputados Acrísio Sena (PT),

Salmito Filho (PDT) e Fernando Pessoa (PSDB) motivou ataques violentos ao prefeito, por parte do agora ex-aliado Dep. Delegado Cavalcante (PTB), que o acusou de “vendido” e “traíra”, por se unir aos Ferreira Gomes, em troca de recursos, quando estes podiam ser conseguidos em Brasília.

A parceria de Camilo com Vitor Valim incluiu, além da doação de terreno de 120 ha para a construção de um polo industrial em Caucaia, próximo ao porto do Pecém, a revitalização da orla do município destruída pelo mar, com a construção de 11 espigões. A obra, orçada em R\$ 174 milhões, será bancada em 90% pelo governo Camilo. Quanto a Juazeiro do Norte, a proximidade do governo com Glêdson Bezerra, resultou na aprovação, em regime de urgência, da lei 17.725 na ALCE, que permite o uso de subsídios estaduais para manter congelados os preços das passagens de ônibus do município, em 2022. O governo alegou a necessidade de mitigar os efeitos da Pandemia e da crise sobre a população mais pobre do Cariri.

A divisão no seio da oposição direitista tem lançado dúvidas, até mesmo sobre o futuro do candidato oposicionista a governador, Capitão Wagner, quanto a saber se estará com Bolsonaro no palanque estadual, em 2022, ou se preferirá ligar-se ao ex-juiz Sérgio Moro.

No Ceará, como em outros estados, os partidos burgueses no governo, e a vasta fração burguesa que lhes apoia,

souberam tirar proveito das crises pandêmica/econômica para desgastar Bolsonaro. Onde a ultradireita bolsonarista não sofre a pressão direta da administração, como no caso das bancadas federal e estadual, permanecem os acirrados ataques ao governo, embora quase tudo no campo dos costumes, e em defesa do conservadorismo. O contrário tem sido visto nas prefeituras, onde ocorrem agora duas importantes fraturas, ao ponto de se cogitar até mesmo o apoio de Glêdson Bezerra a Camilo Santana, na disputa para o Senado, no próximo ano.

As disputas entre governo e oposição, longe de representar um conflito entre ‘fascistas’ intolerantes e ‘defensores da democracia’, como, ainda hoje, querem fazer crer os dirigentes reformistas e estalinistas no Ceará, não representa mais do que um episódio de disputas interburguesas. Tanto o governo como a oposição se esforçam em atacar a vida das massas, e proteger os grandes capitalistas nacionais e estrangeiros, abrindo concessões, aplicando subsídios empresariais, e promovendo privatizações. A CUT-CE, assim como a CTB-CE tem bloqueado as lutas contra Camilo, que não enfrentou nenhuma luta séria do funcionalismo, mesmo tendo imposto reajuste zero em 2021, e reduzido salários, com a aplicação da reforma da Previdência de Bolsonaro/Guedes.

O POR convoca a vanguarda combativa e os oprimidos a defenderem com firmeza a independência de classe frente às disputas interburguesas no estado. A tarefa do proletariado, da juventude pobre e da maioria oprimida é a de se mobilizar imediatamente em defesa dos empregos, salários, direitos, contra as privatizações e as contrarreformas. É preciso não esperar nada dos governos, que não têm como defender nossas condições de vida! É preciso organizar já a luta contra a burguesia e seus governos. Oposição revolucionária aos governos Bolsonaro, Camilo e Sarto! Que a CUT e movimentos sociais rompam com a política de conciliação de classes! Por um Dia Nacional de luta por empregos, salários e direitos, com paralisações e bloqueios!

Governo Nunes/MDB recorre à repressão para impor a contrarreforma da Previdência

A greve dos municipais de SP foi encerrada na madrugada do dia 11/11, após ter sido aprovado o PLO 07, que previa o aumento do tempo de contribuição e da idade mínima, além de sobretaxar os aposentados. O resultado final foi de 37 votos a favor do governo, contra 18. O Projeto fazia parte de um conjunto de medidas, figurando ao lado dos PLs 650, 651 e 652, todos com uma essência de retirada de direitos do funcionalismo público. Medidas que, por sua vez, se inseriam em um quadro mais amplo de ataques aos explorados, de avanço da miséria e da fome. Na raiz dos problemas, era e ainda é possível encontrar a crise do capitalismo, e a consequente necessidade da burguesia, de descarregar o peso dela sobre o ombro dos oprimidos. A utilização das bombas de efeito moral e balas de borracha se deu, em última instância, para garantir os interesses do grande capital.

O argumento do governo e dos vereadores que compõem a sua base na Câmara era o já batido suposto déficit previdenciário. O que era uma máscara para o objetivo de privatizar os milionários fundos de pensão/aposentadoria. Com a aprovação do Projeto, os capitalistas deram mais um passo nessa direção. O fato é que a própria definição do “déficit” era uma criação artificial. Por definição, ou seja, pela própria legislação burguesa, a composição do fundo dependia da contribuição dos trabalhadores e do governo. Nesse sentido, elevar a cobrança sobre os servidores é apenas uma forma de diminuir proporcionalmente o valor que correspondia ao Estado, o que está inteiramente de acordo com a diretriz geral do imperialismo, de enxugamento dos gastos públicos, tendo em vista a necessidade de preservar o pagamento da gigantesca dívida pública.

Há outros elementos que corroboram com essa tese de que o “déficit” era uma fórmula fabricada sob encomenda. Um deles é o crescente uso da terceirização – sabe-se que os terceirizados contribuem para o fundo geral (INSS). Outro exemplo se encontra no próprio texto do PLO 07: a chamada segregação de massas. Com esse dispositivo, será criado um novo fundo, que receberá a contribuição dos novos ingressantes no serviço público. Com isso,

a tendência é do fundo já existente ir minguando, até se tornar inviável, dando ao governo de plantão a justificativa para a privatização. Trata-se da aplicação do clichê neoliberal, que consiste em sucatear o público, para legitimar a entrega à iniciativa privada.

Como se vê, por detrás de argumentos pretensamente técnicos, encontram-se objetivos econômicos bem determinados, ligados aos interesses parasitários dos grandes bancos. Na realidade, a ocorrência praticamente simultânea da PEC 32, do Bolsonaro, do PLC 26, do Dória, das medidas do governo Nunes, do lay-off na Volkswagen, etc. comprova a existência de um plano sistemático, coordenado, da burguesia, para rebaixar o valor da força de trabalho e retirar direitos.

Em resposta, os funcionários públicos tiveram de recorrer à greve. É verdade que a resposta foi tardia, já que a primeira assembleia presencial se deu justamente no dia da aprovação, em primeira votação, do PLO 07. A responsabilidade desse atraso, que acabou pesando na derrota final dos municipais, no entanto, é das direções sindicais, que estiveram, durante toda a crise sanitária, submetidas à política burguesa do isolamento social. As mesmas direções que deram uma orientação passiva e eleitoreira à mobilização, subordinando-a ao calendário e às manobras do Parlamento. Uma orientação que já se havia revelado fracassada, diante das contrarreformas trabalhista e da Previdência.

A Corrente Proletária na Educação/POR defendeu que, para derrotar o conjunto de medidas do governo Nunes, com a retirada de todos os Projetos antipopulares, bem como os demais ataques da burguesia, era preciso erguer a luta massiva e unitária nas ruas, com o método da ação direta e no campo da independência de classe. Defendeu a aprovação de uma carta de reivindicações, que contemplasse as necessidades mais urgentes dos explorados, e que as Centrais convocassem um dia nacional de luta, com paralisações e manifestações, como preparação para a greve geral. Para isso, era fundamental derrotar a política colaboracionista, passiva, eleitoreira e corporativista das direções sindicais – tarefa que segue vigente.

Pronunciamento do POR na manifestação de 10 de novembro

Falo em nome do Partido Operário Revolucionário. Quero começar fazendo menção à perseguição política sofrida pela professora Mônica Moraes, da rede pública do Rio Grande do Norte. O Sinpeem já assinou uma moção de apoio à professora, que está sendo perseguida por essa ultradireita reacionária, que segue a linha da “Escola sem Partido”. E por que começo com esse caso, que parece tão distante de nós? Começo por esse caso porque a ideologia da “Escola sem Partido” está presente dentro da Câmara Municipal. Peço aos companheiros uma grande vaia aos vereadores da direita e ultradireita reacionária. (vaia dos manifestantes)

Companheiros, a greve e esse movimento que estamos fazendo são históricos, porque o ataque à Previdência é um golpe ao conjunto dos trabalhadores. O

que o prefeito Nunes está fazendo em São Paulo nada mais é do que ajustar a Previdência do município à reforma de Bolsonaro e Dória. E é por isso, companheiros, que a Câmara, com esses lacaios do grande capital, precisam enfrentar o movimento de massas, unitário, e fazer valer o projeto de Nunes.

Agora, no dia 12, vamos ter uma assembleia e uma manifestação dos professores estaduais. Para onde você olha, você encontra os trabalhadores e a juventude em luta. Esse caminho da luta unitária nas ruas é o que pode derrotar o governo.

Nós, do Partido Operário Revolucionário, estamos fazendo a proposta: que se aprove uma carta de reivindicações, que contemple a nossa luta contra a retirada de direitos, mas que seja também uma luta em defesa do emprego e dos salá-

rios. Porque o povo está passando fome. Porque a população trabalhadora e a juventude oprimida estão sofrendo com a violência do capitalismo.

Erguer um movimento nacional unitário é uma necessidade!

Fazemos aqui um apelo às centrais, sindicatos e movimentos sociais, para que convoquem um Dia Nacional de Luta, como ponto de partida para a organização de uma poderosa greve geral. Esse caminho, o da unidade nas ruas, parando a produção social, gerando prejuízo aos capitalistas, é que vai permitir a vitória dos trabalhadores.

Viva a greve dos servidores municipais de São Paulo!

É greve, é greve! Abaixo o Sampaprev!
(manifestantes repetem: É greve, é greve! Abaixo o Sampaprev!”)

Boletim Nossa Classe – Ecetistas- novembro



Campanha Salarial paralisação; “luta” no Senado contra a Privatização: é preciso mobilização ativa e nas ruas para pressionar o governo e arrancar conquistas

Julgamento no TST “paralisa” a Campanha Salarial dos ecetistas

Em 18 de outubro, o Ministro Ives Gandra do TST pediu “vistas” no processo de Dissídio Coletivo de nossa categoria. Isso significa que o processo fica paralisado até novo julgamento que ocorrerá agora só em 22 de novembro.

A categoria havia rejeitado em assembleias a proposta de ACT da direção dos Correios. Isso porque alguns direitos, como cláusulas sociais retiradas em 2020, continuavam sem ser contemplados e havia e - ainda há - o perigo da empresa querer impor o Banco de Horas.

Como afirmamos no Boletim Nossa Classe de outubro, a recomposição salarial do INPC é apenas uma migalha para o lucro exorbitante de

determina. Não partem da necessidade e não se apoiam na força e na luta dos ecetistas.

Por isso, afirmamos que a Campanha deste ano “paralisou”. Porque, enquanto não há outro julgamento de nosso Dissídio pelo TST, as direções, tanto as da CUT quanto as da CTB, apenas divulgam materiais para as redes sociais. É o que chamam de “Campanha digital”. É uma vergonha! É uma traição!

Devemos exigir:

- 1) Retomada da Campanha Salarial Presencial!
- 2) Defender nas Assembleias a posição de paralisação do trabalho e de construção da greve da categoria!
- 3) Definir a recomposição inflacionária e o valor do AUMENTO salarial a ser exigido;
- 4) Construir um Dia Nacional de Luta para a unificação com o conjunto dos trabalhadores

O Boletim Nossa Classe de novembro trouxe, como matérias, os dois pontos principais de luta do momento: a Campanha Salarial e a Campanha contra a Privatização. Mostra que a burocracia da FENTECT (CUT) e da FINDECT (CTB) mantêm a categoria no imobilismo, sem convocar as assembleias para organizar a luta nas ruas, e com paralisação das atividades de trabalho.

Sobre a Campanha Salarial, o Boletim revela que as direções “paralisam” todas as atividades, porque aguardam o novo julgamento no TST, que ocorrerá em 22 de novembro. São direções subordinadas à justiça e às propostas da própria direção da empresa. Não erguem a luta para apresentar as necessidades reais dos trabalhadores dos Correios, não se apoiam na força coletiva. Resultado disso é o próprio rebaixamento da Campanha Salarial aos índices de reajuste inflacionário, sem levantar a bandeira do

aumento salarial, que deveria partir do cálculo das necessidades econômicas dos ecetistas. Enquanto a ECT teve um lucro bilionário, em 2020, os trabalhadores amargaram perdas salariais e de direitos sociais no último Acordo Coletivo. Uma verdadeira Campanha Salarial deve partir da luta por aumento salarial e reconquista dos direitos perdidos. A exigência das Assembleias presenciais, da organização dos Comitês de Mobilização e de construção da greve da categoria é a resposta para fazer frente ao imobilismo da direção e à política superexploradora da direção da empresa.

Quanto à Campanha contra a Privatização, o Boletim também traz a denúncia contra a política de pressão parlamentar das direções sindicais. Aponta que apenas a luta nas ruas, a paralisação do trabalho, a unidade com o conjunto dos trabalhadores pode derrotar, de fato, essa política privatista. Demonstra que não se trata apenas “deste governo”, mas de uma exigência do capital financeiro e do imperialismo, e que a sua derrota só pode ocorrer por um amplo movimento nacional, partindo da categoria, e se estendendo para o conjunto dos trabalhadores. Afirma, por fim, uma proposta política para se contrapor ao quadro colocado: “Não temos tempo a perder! Nossa Campanha Salarial deve estar subordinada à luta contra a Privatização, já que esta representa a entrega de mais uma riqueza do povo brasileira e a destruição de nossos empregos. Exijamos, imediatamente: 1) Organizar os Comitês de Base contra a Privatização; 2) Chamar as Centrais sindicais a levantar a classe operária e os demais trabalhadores para lutar contra a política privatista; 3) Construir um Dia Nacional de Luta, de paralisação de todos os trabalhadores; 3) Construir a Greve da Categoria, como parte da Greve Geral contra o governo Bolsonaro e os capitalistas.”

Ceará

Boletim Nossa Classe -extraordinário

Construtora TENDA demite operários grevistas, que lutavam contra o confisco de seus salários

Os malditos capitalistas da Tenda começaram esta semana a contratar novos operários com a finalidade de demitir os que participaram da greve de 5 dias no canteiro da Pajuçara contra o confisco absurdo de parte dos seus salários.

A empresa Tenda atrasou o pagamento da 2ª quinzena de outubro e quando o finalmente o pagou efetuou descontos arbitrários de faltas, que ela própria reconheceu estarem erradas. No boletim Nossa Classe de novembro, denunciávamos que os descontos variavam entre R\$ 600,00 a R\$ 1.000,00 e que atingia duramente trabalhadores que não recebem mais do que 2 salários mínimos e meio por mês. Todos os operários da Tenda tiveram des-

contos, mas os trabalhadores do canteiro de obras da Pajuçara (Maracanau), cansados da enrolação da empresa em repor o confisco, e sem esperarem pelo sindicato, decretaram greve de 5 dias até que a empresa resolvesse a situação. A empresa respondeu com a prepotência esperada de todo capitalista: não repôs o confisco e começou a demitir os que estiveram na paralisação. Trata-se de uma clara e truculenta retaliação a quem participou da luta pela única e legítima reivindicação de que a empresa apenas pagasse o que devia. Todo operário tem suas famílias para alimentar, contas a pagar, despesas que não esperam pela boa vontade da empresa em devolver o que é de direito

do trabalhador.

Diante desse novo arbítrio, a direção do Sindicato dos trabalhadores da construção civil (PSOL/PCB) resolveu recorrer à justiça, mas não tem feito nenhuma campanha política séria em defesa dos empregos e em solidariedade aos bravos operários do canteiro da Pajuçara.

É preciso que o Sindicato convoque os movimentos, centrais e partidos que se reivindicam da classe operária a realizarem uma ampla campanha de defesa dos empregos e de apoio aos operários da Tenda. Não podemos aceitar passivamente as demissões. É preciso denunciar o abuso dos capitalistas da Tenda em todos os canteiros de obra. Nenhum operá-

rio da construção civil deve desconhecer a perseguição e as demissões políticas que sofrem os trabalhadores do canteiro da Pajuçara!

O POR, que apoiou desde o início a greve dos operários da Tenda e esteve

nos canteiros panfletando seu boletim Nossa Classe em apoio à luta, defende que o sindicato convoque imediatamente uma assembleia da categoria para aprovar uma resposta coletiva aos desmandos dos capitalistas da Tenda! Nada

de aceitar as demissões! Pela readmissão de todos os demitidos! Assembleia da categoria para aprovar uma resposta coletiva à retaliação da empresa! Por uma ampla campanha de apoio e solidariedade aos operários da Tenda!

Publicamos abaixo um resumo do Boletim Nossa Classe, distribuído nos canteiros da Construtora TENDA

O Boletim está dirigido aos trabalhadores da construção civil. Denuncia a Construtora TENDA, que não paga os salários, e exige que os operários continuem trabalhando. Havia uma promessa de pagamento para final de outubro, mas não ocorreu. A revolta nos canteiros de obras em Pajuçara e Maraponga é grande. Diz que o sindicato dos trabalhadores da construção civil, dirigido pelo PSOL/PCB realizou uma assembleia, e esclareceu que o patrão, conforme a Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) teria até o dia 5 do mês seguinte para efetuar o pagamento. O que causou ainda mais revolta, porque os operários sabem que essa cláusula CCT é um abuso da patronal. Assim, resolveram bater o ponto, mas sem trabalhar, para exigir que a empresa pague a quinzena atrasada. Mas, o problema não se limita ao atraso de pagamento nos salários. Há uma reclamação de que a empresa vem descontando faltas, sem que tenham ocorrido. Com o apontamento de faltas, além do desconto nos salários, o trabalhador perde direitos, a exemplo das férias e 13º salário. Até a distribuição do Boletim, não havia negociação com empresa. A denúncia do Boletim conclui as seguintes tarefas: 1) manter a unidade



na luta; 2) exigir do Sindicato que compareça nos canteiros, realize uma campanha junto a toda a categoria, e negocie com a empresa, conforme a vontade e as reivindicações dos trabalhadores. Por fim, faz um chamado, aos sindicatos e movimentos, a apoiarem efetivamente a luta dos operários.

Ceará

Boletim O Proletário

O Boletim denunciou o uso eleitoral do fim do Bolsa Família e criação do Auxílio Brasil, por parte de Bolsonaro. Diz que o governo atrelou o nascimento do novo programa à votação no Congresso da PEC 23/21, que altera a Constituição para dar um calote nas dívidas judiciais com os professores (precatórios), e furar o teto de gastos do governo Temer. Que Bolsonaro conta com o assistencialismo para melhorar sua imagem, uma vez que seu governo resultou em mais 600 mil mortes por Covid, alta dos combustíveis e gás de cozinha, desemprego de 14 milhões, volta da inflação, e perspectiva de recessão econômica. Reforça que a suposta preocupação dos governos burgueses com a situação de fome da população pobre é puramente demagógica. Não mexem uma palha para melhorar suas condições de vida. Votam

leis de ataque aos salários, destroem direitos trabalhistas e previdenciários, protegem os capitalistas que demitem e fecham fábricas, reprimem os camponeses que lutam pela terra, aplicam políticas de destruição da Saúde, Educação e Moradia. Conclui, fazendo um chamado aos explorados a não se deixarem enganar com os politiquinhos, e a exigir, das direções sindicais e populares, a organização da luta pelos empregos, salários e direitos.

O boletim trouxe mais duas notas: uma sobre as péssimas condições dos bairros operários, em particular da parada de ônibus da Rua Juvêncio Sales, e uma exigência ao prefeito, para que imediatamente reforme o local. Outra, sobre as consequências do aumento dos combustíveis para a população pobre. Afirma que o aumento no preço dos combustíveis impacta em toda

a cadeia econômica, transporte etc., encarecendo o preço do arroz, do feijão, da carne, dos legumes, aumentando a inflação, e reduzindo o poder de compra dos salários. E que é preciso que a CUT, sindicatos e associações de bairro convoquem assembleias, plenárias e reuniões para aprovar um programa próprio de reivindicações dos explorados, e um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios.

O Boletim O Proletário encerra com um Viva aos 104 anos da Revolução Russa. Assinala que o capitalismo, hoje, desintegra-se numa crise mundial. Mergulha na barbárie e no colapso ambiental. E que só o proletariado organizado pode salvar a humanidade, por meio da luta revolucionária, que ponha fim ao capitalismo e construa uma sociedade sem explorados nem exploradores, o socialismo.

Ceará

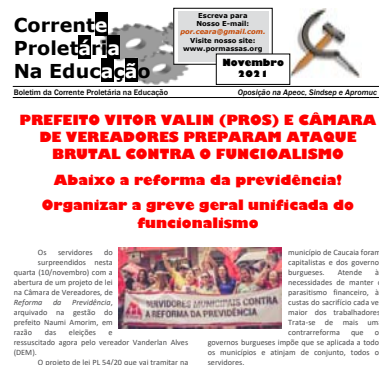
Poder Estudantil

O Boletim Poder Estudantil está dirigido à juventude e ao retorno às aulas presenciais. Relata a situação de penúria da escola pública. Diz que todo o sistema de ensino se encontra em decomposição, sem estrutura, com professores mal remunerados e os alunos com baixo nível de aprendizagem. O desemprego e subemprego jovem, que atinge muitos alunos, resulta, por sua vez, em evasão escolar. Situação que piorou, depois de 2017, com a aprovação da reforma do ensino médio. Em nome da “modernização da educação”, o governo vem fechando salas de aulas, expulsando o aluno-trabalhador, impondo o ensino a distância (EaD), e acabando com a Educação de Jovens e Adultos presencial. Ressalta que o objetivo do governo é expandir a privatização, cortar recursos, demitir e expandir a terceirização. O Boletim conclui, defendendo o sistema único de ensino, a estatização da rede privada de educação, o ensino científico, voltado à produção social. Em relação à juventude, levanta a bandeira de combinação dos estudos com o trabalho, 4 horas na escola e 4 horas no trabalho, bem como o passe-livre para os estudantes e desempregados. E, por fim, mostra a tarefa fundamental, que é a construção dos grêmios de luta.

Ceará

Boletim Corrente Proletária – Caucaia

O Boletim do mês de novembro denuncia o prefeito Vitor Valim (PROS) e vereadores de armarem um ataque ao funcionalismo, por meio da reforma da Previdência. Para isso, desengavetaram o PL 54/20, que retira antigas conquistas previdenciárias. O objetivo do prefeito é ajustar a Previdência municipal aos novos critérios da reforma de Bolsonaro. Entre eles, o aumento da alíquota, de 11%, para 14%, que inclui os aposentados. A contrarreforma da Previdência é uma exigência do capital financeiro aos governos de plantão. O descontentamento do funcionalismo, que já padece com o congelamento dos salários, tem de se transformar em luta. As direções sindicais têm exemplos negativos de sobra, de que subordinar o movimento ao parlamento (convencimento de vereadores) é derrota anunciada. Basta ver o que ocorreu em São Paulo, no dia 10 de novembro, com a aprovação da reforma da Previdência do prefeito Nunes (MDB). Derrotar o projeto de Valim dependerá da unidade dos servidores, de manifestações de rua, de paralisar os serviços municipais e, fundamentalmente, ganhar o apoio dos explorados. A nota conclui, fazendo um chamado aos sindicatos, Sindsep, Apeoc e Apromuc, para que convoquem uma assembleia unificada para derrotar a reforma da Previdência.



Recife

Boletim O Proletário

Jornal de Bairro do Partido Operário Revolucionário (POR)
Pernambuco, Novembro de 2021 Ano 0 – nº 01

O Proletário

A EMANCIPAÇÃO DOS TRABALHADORES SERÁ OBRA DOS PRÓPRIOS TRABALHADORES



**Disparada nos preços da luz, do gás, do combustível e dos alimentos!
Basta de miséria e fome!**

A mistura da pandemia com a crise econômica deixou um rastro de morte e miséria. Aumentou o desemprego, a informalidade e, se isso não bastasse, o custo de vida está nas alturas. A

tarifas de luz. Não somos nós os culpados da crise hídrica, não devemos pagar nenhum centavo a mais pela desorganização da burguesia.

Essa luta, porém, pra ser vitoriosa

No dia 11 de novembro, foi lançado o boletim de bairro do POR, em Pernambuco. A elaboração e panfletagem contou com a participação de moradores da comunidade do Detran, no bairro Iputinga. A comunidade foi construída pelas próprias mãos dos moradores, no entorno da Casa Grande de um antigo Engenho, nas beiras do rio Capibaribe, na ocupação de terrenos da antiga fábrica de cerâmicas Santa Maria. Antes, o nome O Proletário foi explicado pelo fato de os bairros pobres e favelas serem, na práti-

ca, bairros proletários, habitados por aqueles que nada possuem a não ser a sua força de trabalho. Fizemos um chamado à organização independente dos trabalhadores. O boletim se apresenta como “uma publicação independente dos patrões e políticos vendidos. Tem o objetivo de contribuir com a organização dos explorados nos bairros do Recife. É realizado pelo Partido Operário Revolucionário e simpatizantes. Defende a ação direta coletiva e a estratégia revolucionária”.

A panfletagem nas ruas e vielas do bairro mostrou que os temas escolhidos foram acertados. A primeira matéria trata da alta do custo de vida, sobretudo dos alimentos e das tarifas públicas, como a energia elétrica. Na distribuição, esse foi o ponto mais denunciado pelos moradores. As reclamações individuais na CELPE não estão surtindo efeito. Diz O Proletário: “Podemos e devemos mobilizar o bairro para exigir o congelamento das tarifas de luz. Não somos nós os culpados da crise hídrica, não devemos pagar nenhum centavo a mais pela desorganização da burguesia. Essa luta, porém, pra ser vitoriosa, tem de se alastrar para todos os bairros, municípios e estados. Por isso, temos de exigir das Centrais sindicais, sindicatos e direções dos movimentos que convoquem um dia nacional de lutas, com bloqueios e paralisações! Dessa forma, os operários, camponeses e juventude pobre poderão exigir dos governos e patrões que

atendam suas reivindicações!”

Na nota “20 de novembro: dia de luta contra o racismo e o capitalismo”, a situação dos negros é relatada como mais grave entre os explorados, quanto à letalidade da Covid, ao acesso à saúde e emprego, à miséria e à violência policial. O Proletário faz um balanço: *“Diante da Pandemia, a direção dos movimentos se refugiou no mundo virtual, enquanto isso, as massas sofreram todo tipo de desgraça. Desde 29 de maio, voltaram os atos de rua, mas são manifestações que ficaram a reboque da CPI dos senadores. Qual foi o resultado? Em vez de organizar a luta pelos empregos, salários e direitos, deixaram o caminho livre para o ataque patronal. A CPI foi só um teatro para enganar os explorados. Agora querem que a gente acredite que tudo vai se resolver nas eleições de 2022.”*

A denúncia das promessas eleitorais é importante, mas tem de ser transformada em luta concreta. O Proletário defende: *“a luta tem de ser feita desde já. Tem de ser uma luta para valer pelas nossas reivindicações, e com nossos métodos históricos de greves, bloqueios de ruas e avenidas, grandes manifestações. Que o dia 20 de novembro, que celebra a resistência de Zumbi dos Palmares, seja o ponto de partida para uma virada nos métodos e reivindicações”*. Propagandecemos uma plataforma de lutas, com os seguintes pontos:

Abaixo toda discriminação e diferenciação social entre brancos e negros. Tribunais populares para julgar e punir os crimes da burguesia contra a economia nacional e a vida dos explorados. Em defesa dos empregos para todos, com a divisão das horas de trabalho entre todos aptos ao trabalho. Pelo Salário Mínimo Vital, calculado pelas assembleias de trabalhadores conforme as necessidades de suas famílias. Reajuste automático dos salários e benefícios, conforme a inflação. Contra o aumento abusivo das tarifas de transporte, luz, água da gasolina e do preço dos alimentos. Por educação e trabalho para toda a juventude, com jornada compatível com os estudos, e salário de acordo com suas necessidades. Contra as privatizações, que entregam as estatais para os capitalistas e levam à alta das tarifas. Lutar para derrubar a Reforma Trabalhista e da Previdência, e impedir Reforma Administrativa, que vai destruir ainda mais os serviços públicos, como Saúde, Educação e Previdência.

Por fim, o Boletim trouxe um chamado ao lançamento do livro Lênin estrategista, e ao Ato 104 anos da Revolução Russa. Atividade que terá um momento de debate sobre a conjuntura nacional e questão racial, e preparação da atuação no ato de 20 de novembro.

São Paulo

Manifestações de funcionários da Educação

No dia 3 de novembro, ocorreram duas manifestações de funcionários da Educação. Uma convocada pela direção do sindicato (Afuse), e outra pelas correntes PSOL e PSTU. A Corrente Proletária interveio nos dois atos. Divulgou um boletim, criticando a direção burocrática e defendendo a unidade do movimento. Diz: Durante todo o período de pandemia, a direção da Afuse esteve de costas aos problemas dos funcionários. Manteve o sindicato fechado, se refugiou no mundo virtual (reuniões, congresso, etc.) e, nas vésperas da aprovação do PL 26 de Doria, subiu no carro de som, para discursar em nome da categoria. Nenhuma ação foi tomada, quando Doria e Rossieli ordenaram o retorno presencial, em meados de 2020. Limitou-se a denunciar os contágios e mortes entre os trabalhadores da Educação. (...) trata-se de uma direção burocrática, antidemocrática e alheia aos problemas que atingem a categoria. Diante do crescente descontentamento, é empurrada a assumir algumas manifestações, como esta de 3 de novembro, nas diretorias de ensino. No entanto, não fez nenhum esforço para convencer a base da importância da manifestação. Como rejeita a convocação de assembleia geral, os atos regionalizados não têm força coletiva para impor as reivindicações. Está aí por que se resumiu à entrega de um ofício no protocolo da Diretoria de Ensino, com apenas uma bandeira abstrata de “valorização para os funcionários da Educação”. Em outra passagem, criticou os atos separados e a conduta das correntes, de subordinar o movimento ao parlamento e às eleições. Em ambos os atos, a Corrente Proletária concentrou sua fala em duas propostas: 1) a unidade dos funcionários da Educação, que inclui os terceirizados, em torno à reivindicação de reajuste imediato dos salários. O que implica a luta pela elevação do salário-base, e o fim dos descontos da Previdência aos aposentados; 2) convocação de uma assembleia geral, para discutir e aprovar o caminho da luta coletiva. Conclui a nota, dizendo que a divisão só favorece o governo, que continua com as mãos livres para impor mais ataques ao funcionalismo. Mostra que as correntes não estão dispostas a construir uma oposição à direção do sindicato, que tenha como base a luta por recuperar o sindicato das mãos da burocracia petista. E colocá-lo a serviço da defesa das reivindicações vitais e do método próprio dos explorados, que é a ação direta. Uma oposição que tenha como princípio fundamental a democracia sindical, a democracia operária.



São Paulo

Boletim da Corrente Proletária - funcionários

A Corrente Proletária denunciou a burocracia da Afuse, que cassou a chapa Alternativa, que se inscreveu para concorrer às eleições virtuais, no final de novembro. Diz a nota: Não a impugnação da chapa Alternativa! Abaixo o estatuto antidemocrático da Afuse!

Por eleições sindicais presenciais! Mostrou que a burocracia aproveitou a Pandemia para convocar um congresso virtual, que teve o objetivo de impor as eleições virtuais. Por meio de uma comissão eleitoral, também eleita virtualmente, cassou o direito da chapa de oposição de concorrer às eleições para a direção do sindicato. Esclarece que a Corrente Proletária não participará das eleições virtuais, mas rechaça a impugnação da Chapa Alternativa.

São Paulo**Boletim Juventude em Luta – Boletim da Corrente Proletária Secundarista**

O Boletim trouxe uma nota central, sob o título: Unir estudantes e trabalhadores para responder à barbárie capitalista! Destaca o avanço da pobreza e miséria, as altas taxas de desemprego e subemprego e a elevação do custo de vida. E as manifestações do funcionalismo contra a destruição de direitos. Critica as direções estudantis que continuam de costas aos problemas da juventude oprimida e aos ataques dos governantes à educação pública. Conclui dizendo que é preciso organizar os estudantes, que agora estão 100% de volta às escolas, para lutar por suas reivindicações. Fortalecer os grêmios livres, independentes das direções de escola. Realizar assembleias, para aprovar uma carta de reivindicações, e para convocar as manifestações em unidade com

os trabalhadores. Defende que as entidades estudantis e as centrais sindicais convoquem um Dia Nacional de Luta, como preparação para a greve geral. A tarefa colocada é erguer uma forte mobilização em defesa dos empregos, dos salários, dos direitos e dos serviços públicos, unindo a juventude e os trabalhadores para enfrentar a barbárie capitalista.

O Boletim denuncia o fechamento de escolas com noturno, a exclusão dos estudantes, e o avanço do PEI. Exemplifica que, somente na região do ABC, mais 39 escolas serão PEI (Programa de Ensino Integral), em 2022. Com isso, em cidades, como São Bernardo, a maioria das escolas será de tempo integral. O que significa a expulsão de milhares de estudantes das escolas, uma vez que o ensino

de tempo integral é incompatível com a juventude trabalhadora. Defende que, para reverter esses ataques, é preciso responder com o método da ação direta, retomando as ocupações, realizando assembleias presenciais nas escolas e nos bairros.

Divulga, também, duas notas. Uma criticando os despejos em São Bernardo, e outra defendendo a permanência do Projeto Meninos e Meninas de Rua (PMMR).

Por fim, faz a campanha contra a perseguição política que vem sofrendo a professora Mônica Moraes. E chama a UBES, UNE e demais entidades estudantis a se manifestarem em defesa da lutadora, contra todas as perseguições e punições sofridas pelos trabalhadores e estudantes, e contra “Escola Sem Partido”.

São Paulo**Plenária da Corrente Proletária na Educação**

No dia 7 de novembro, foi realizada a reunião da Corrente Proletária, que teve como objetivo a discussão e a organização da intervenção no sindicato dos funcionários de escola (Afuse), a realização de um balanço da greve dos municipais contra a reforma da Previdência do prefeito Ricardo Nunes (MDB), e a preparação para a assembleia presencial da Apeoesp, de 12 de novembro. Iniciou com um informe sobre o movimento dos funcionários, que se encontra dividido pela burocracia do sindicato e pelas correntes vinculadas ao PSOL e PSTU.

Eis alguns pontos destacados: 1) Há um crescente descontentamento dos funcionários da Educação. Os salários miseráveis, a eliminação de direitos, as precárias condições de trabalho e a terceirização estão na base desse descontentamento. Boa parte das famílias dos funcionários viveu e vive a tragédia do desemprego e do subemprego, provocados pela crise econômica e pandêmica. Com um salário-base de R\$ 561,00, e um complemento para atingir o salário mínimo de fome do governo, e com uma jornada de trabalho estafante, os funcionários, há muito, não conseguem manter suas famílias; 2) Durante todo o período de pandemia, a direção da Afuse esteve de costas aos problemas dos funcionários. Manteve o sindicato fechado, se refugiou no mundo virtual (reuniões, congresso, etc.) e, nas vésperas da aprovação do PL 26 de Dória, subiu no carro de som, para discursar em nome da categoria. Nenhuma ação foi tomada, quando Dória e Rossieli ordenaram o retorno presencial, em meados de 2020. Limitou-se a denunciar os contágios e mortes entre os trabalhadores da Educação. Trata-se de uma direção burocrática, antidemocrática e alheia aos problemas que atingem a categoria; 3) Agora, a burocracia do sindicato chamou os atos regionalizados por pressão

da base. Teme que o descontentamento seja canalizado para desbancá-la do sindicato. Mas, não pode ir mais além desses atos, porque, há tempo, vem combatendo a proposta de convocação de assembleia estadual. Para fazer valer essa posição, se valeu dos meios virtuais, para modificar os estatutos, e impor eleições online; 4) As correntes, PSOL e PSTU, aproveitam a fraqueza da direção sindical petista, para se projetarem junto aos funcionários. Alimentam as ilusões democráticas no parlamento, e usam desse aparato para arregimentar a parcela de funcionários, que já não suportam o descaso da direção do sindicato. Durante a Pandemia, quando os funcionários estavam trabalhando, essas correntes usaram as redes sociais para defender a política burguesa do isolamento social, protagonizada por Dória. Agora, com o fim do suposto isolamento social, e às vésperas das eleições sindicais, essas correntes convocaram os atos de 18 de outubro e 3 de novembro. Apresentaram a mesma reivindicação abstrata da burocracia da Afuse: “Valorização para os funcionários de escola”; 5) A divisão só favorece o governo, que continua com as mãos livres para impor mais ataques ao funcionalismo. As correntes não estão dispostas a construir uma oposição à direção do sindicato, que tem como base a luta por recuperar o sindicato das mãos da burocracia petista. E colocá-lo a serviço da defesa das reivindicações vitais e do método próprio dos explorados, que é a ação direta; 6) a Corrente Proletária interveio, tanto nos atos regionalizados, quanto nas manifestações convocadas pelo PSOL/PSTU. Defendeu a unidade do movimento, a construção de uma oposição classista, a exigência que a direção do sindicato convoque uma assembleia estadual, a rejeição às eleições sindicais virtuais. Mas, essas correntes não estão dispostas a edificar uma verdadei-

ra oposição. O que reforça a tarefa da Corrente Proletária de pôr em pé uma oposição classista e de luta.

Em seguida, foi feito um balanço da greve dos municipais, que se encontra em um impasse. Isso por que esteve e está limitada à “pressão” aos vereadores, no chamado para que os parlamentares “modifiquem” seu voto, e na bandeira eleitoreira de “se votar, não volta”. Assim, as manifestações e assembleias estão direcionadas aos dias de votação na Câmara de Vereadores. E a paralisação das escolas, principalmente, ocorre nesses dias, convocados pela direção dos sindicatos. Apesar de ser contra a reforma da Previdência, que atinge todos os funcionários muni-

cipais, a greve ocorre, principalmente, na Educação. A Corrente Proletária tem organizado os comandos de greve, e atuado nas manifestações e assembleias, por meio da bandeira de ganhar as ruas, greve unitária dos servidores municipais, comandos unificados, e exigência de que as Centrais e sindicatos convoquem um Dia Nacional de Luta, como preparação para greve geral, em defesa dos empregos, salários e direitos trabalhistas, que estão sendo arrancados, como é o caso da reforma da Previdência.

Após o informe e preparação para a assembleia presencial da Apeoesp de 12 de novembro, foi lida a nota, que publicamos abaixo:

Crise econômica e pandêmica alastra a barbárie social

Depois de quase dois anos de pandemia, os problemas sociais, que já eram graves, se alastram em todo o país. Milhões de famílias foram atingidas pelas demissões, e trabalhadores informais perderam sua fonte de subsistência. O auxílio emergencial de meio salário mínimo, no início da Pandemia, foi reduzido a pouco mais de R\$ 200,00, bem como o número de beneficiários. O programa assistencial “Bolsa Família” vem sendo transformado em “Auxílio Brasil”, com valor irrisório, para efeito de reeleição de Bolsonaro. O que implicou a PEC 23, que visa a arrancar dinheiro dos precatórios e que, para ser aprovada, na Câmara de Deputados, dependeu do governo despendar 1,2 bilhão em emendas parlamentares. Jogatina que ainda persiste no Congresso Nacional.

O fato é que o peso da crise econômica e sanitária recaiu e recai sobre a maioria oprimida. Além da perda do emprego, os explorados padecem da elevação do custo de vida, que joga milhões na mais brutal miserabilidade. As cenas de pessoas revirando lixo para comer acabaram provocando indignação de um contingente significativo da classe média, e alimentando discursos eleitoreiros de setores da oposição burguesa. O crescimento exponencial do número de moradores de rua é o testemunho do quanto a população pobre vem sendo golpeada. Mas há um dado aterrorizador, e que mostra que, com a Pandemia, somente se agravou esse flagelo, que é o de que, em 35 anos, o número de favelas brasileiras equivale a 11 Lisboas.

Quando a fome e miséria se proliferam, as crianças e jovens são as maiores vítimas. Recentemente, institutos de pesquisas divulgaram a triste realidade: 9 milhões de crianças passam fome, 1 em cada 5 crianças vive em extrema pobreza, 1 em cada 3 crianças sofre de anemia, desnutrição, 40 milhões de alunos da rede pública dependem da refeição diária nas escolas, 3 milhões de alunos ficaram sem a merenda durante a Pandemia, e 45 milhões de jovens não têm perspectiva de trabalho. O trabalho infantil, que vinha caindo, voltou a patamares de décadas passadas, 5 milhões de crianças não tiveram acesso à Educação e, nos últimos cinco anos, 35 mil crianças e adolescentes foram assassinados. Vale acrescentar que o investimento em educação básica, durante a Pandemia, foi o menor, em dez anos.

É sobre essa realidade que as direções sindicais e políticas têm a obrigação de intervir. A burguesia, direitistas e “negacionistas”, se mostrou incapaz de proteger os pobres. Ao contrário, usou a máquina do Estado para proteger os negócios dos capitalistas, e beneficiar os parasitas no Congresso Nacional. As direções sindicais e políticas, que posam de humanitárias, por sua vez, se submeteram à farsa do isolamento social, fizeram acordos de demissão e rebaixamento salarial, fecharam os sindicatos e, quando retomaram as manifestações de rua (29 de maio),

se colocaram no terreno da democracia burguesa. Ou seja, o da substituição de um governo taxado de “genocida” e “negacionista” por outro governo burguês. Muito se discursou nas lives e nas manifestações da Campanha Fora Bolsonaro em favor dos pobres e miseráveis, mas, na prática, rejeitaram a defesa de um programa próprio dos explorados, que tivesse como centro a luta pelos empregos, salários e direitos trabalhistas.

No caso das direções sindicais vinculadas à Educação, por mais de um ano estiveram sob o espantalho do “fique em casa”, “não enviem seus filhos às escolas” e do discurso dorista de “comida no prato, vacina no braço”. Limitaram-se à campanha assistencialista de coleta de alimentos, e a exigir a vacinação dos professores. Rejeitaram a única possibilidade de reação coletiva dos trabalhadores da Educação e estudantes, que era a convocação de assembleia presencial, e aprovação de uma Carta de Reivindicações, a ser entregue aos governantes, como ponto de partida para a luta verdadeira em defesa do salário, condições de trabalho e da educação pública, bem como da vacinação universal.

Enquanto isso, Doria impôs os critérios de retorno às aulas, expandiu as PEIs, ampliou o ensino a distância (EaD), fechou salas e turnos de aulas, determinou a cobrança da Previdência aos aposentados, manteve o congelamento dos salários dos trabalhadores da Educação, aprovou o PLC 26 (reforma administrativa), determinou o calendário escolar para o próximo ano, entre outros ataques. Mas, sobretudo, usou Rossieli para fazer demagogia, em torno à qualidade da merenda, ao famigerado “Bolsa do Povo/Educação”, aos falaciosos recursos enviados às escolas para os “protocolos” sanitários, e à vacinação de professores, funcionários e estudantes.

No entanto, o governo paulista não pôde esconder os dados estarreadores de ampliação da desigualdade entre os alunos da escola pública e os da privada, as dificuldades de acesso às aulas remotas, a enorme evasão escolar, a precariedade das escolas, a retomada a patamares do passado de aumento do trabalho infantil, durante a Pandemia, e o aumento de assassinatos de jovens, por parte da polícia.

Desde final de maio, o funcionalismo vem manifestando-se contra a PEC 32, o PL 26, o arrocho salarial e contra os ataques do prefeito Nunes. Mas, não houve e não há nenhum empenho das direções sindicais de unificar o movimento. A diretoria da Apeoesp convocou a primeira assembleia presencial no dia 19 de outubro, momento final de votação do PLC 26. A diretoria da Afuse anunciou uma assembleia para 3 de novembro, mas a transformou em atos regionalizados. As direções dos servidores municipais, há mais de um mês, vêm realizando atos e assembleias em frente à Câmara Municipal. O dia 28 de outubro, que era previsto para ser uma manifestação geral do funcionalismo,

resultou em um protesto limitado. Agora, o funcionalismo municipal convocou assembleia para o dia 10, e a Apeoesp, para 12 de novembro. Esse é o retrato mais fiel de uma política divisionista e corporativa. Política esta que acabou e acaba sendo assimilada pela base do funcionalismo.

A Corrente Proletária intervém junto ao funcionalismo e, particularmente, na Educação, defendendo as reivindicações que unificam os explorados e o método da ação direta. Combate o corporativismo das direções sindicais e a burocratização dos sindicatos. Defende a democracia sindical em todos os organismos dos trabalhadores. Durante a Pandemia, mostrou a farsa da política burguesa do isolamento social, ressaltando que a bur-

guesia jamais irá defender os interesses da maioria oprimida, sequer a vida. Exigiu que as direções convocassem as assembleias presenciais para a organização e a luta por um programa próprio de reivindicações dos trabalhadores, para enfrentar a crise econômica e pandêmica.

O divisionismo e o corporativismo sindicais se chocam com as necessidades dos explorados. A crise econômica continuará atingindo a maioria oprimida. A pobreza, miséria e a fome não serão revertidas. A tarefa de unificar as massas deve ser respondida diariamente pela vanguarda com consciência de classe. Está colocada a luta em torno à convocação de um Dia Nacional de Luta, que dê um passo na preparação da greve geral.

São Paulo

Boletim da Corrente Proletária

A plenária da Corrente Proletária discutiu a intervenção na assembleia do dia 12 de novembro. Eis o boletim que será distribuído e defendido na assembleia:

1. *Que as Centrais e sindicatos convoquem um Dia Nacional de Luta, em defesa dos empregos, salários e direitos trabalhistas, com paralisações e bloqueios. Que esse dia seja o ponto de partida para preparação da greve geral;*
2. *Que o governo Doria atenda a reivindicação que unifica os trabalhadores da educação, ativos e aposentados, que é o reajuste imediato dos salários. Abono não é salário;*
3. *Que nenhum professor, funcionário e aposentado tenha o salário-base inferior ao salário mínimo do Dieese, hoje de R\$ 5.886,50;*
4. *Que o governo abra todas as salas de aula fechadas, e implante a reivindicação de, no máximo, 25 alunos por sala;*
5. *Que aprove uma verdadeira campanha contra a reforma administrativa e previdenciária, de Bolsonaro, Doria e Nunes;*
6. *Que a luta dos trabalhadores tenha como método a ação direta. Chega de subordinar o movimento para ao Congresso Nacional, Assembleia Legislativa e Câmara de Vereadores. Essa política só vem acumulando derrotas. Fortalecer os métodos próprios dos explorados;*
7. *Que a assembleia aprove uma Carta, a ser entregue à governadora petista e professora, Fátima Bezerra, RN, contra a perseguição política e pelo retorno da professora Mônica Moraes a sua escola.*

O dia 10 de novembro está marcado pela brutal repressão aos servidores municipais. A reforma da Previdência do prefeito Ricardo Nunes, MDB, será imposta sobre a base da violência policial aos manifestantes, que exigiam a retirada do Projeto, que corta na carne de mais de 60 mil aposentados, e outros milhares de servidores que não alcançam o teto do INSS. Nunes fez o que Doria e Bolsonaro fizeram com os trabalhadores e funcionários públicos, para fazer valer a reforma da Previdência dos capitalistas. Mas, não pôde aprová-la sob o silêncio dos servidores, que, em greve, realizaram inúmeros atos contra a reforma. Nesse sentido, a assembleia dos professores estaduais rechaça a conduta autoritária e repressiva do prefeito de São Paulo. Reforça a necessidade de unificar a luta contra os ataques dos governantes aos direitos dos servidores. E exige que os sindicatos e centrais convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios, contra as re-

formas antipopulares e antinacionais da burguesia e de seus governos. A ação centralizada dos governos tem de ser respondida por meio da ação unitária, massiva e de rua dos trabalhadores.

A situação para o conjunto dos trabalhadores tende a piorar. A crise econômica, agravada com a Pandemia, vem destruindo forças produtivas, e obrigando a burguesia e governos a imporem duros ataques aos empregos, salários e direitos. A fome e a miséria se alastram por todo o país. As crianças e jovens são as principais vítimas, porque são sacrificadas no seu desenvolvimento físico e mental. Um dado é suficiente: 9 milhões de crianças passam fome; 1 em cada 3 crianças sofre de anemia, desnutrição; 40 milhões de alunos da rede pública dependem da refeição diária nas escolas. Os capitalistas, por sua vez, avançam com a implantação da flexibilização capitalista, lay-off, PDV, férias coletivas, etc. E não há uma resposta coletiva por parte das direções sindicais. Os movimentos e greves são isolados e, assim, acabam em derrotas. É preciso dar uma basta a essa situação. Daí a proposta de um Dia Nacional de Luta, uma manifestação massiva e coletiva em todo o país, como um passo para unificar a luta dos explorados por um programa próprio de reivindicações.

Essa assembleia também tem de responder às reivindicações particulares. Deve exigir que Doria atenda a reivindicação que unifica os trabalhadores da Educação, que é o reajuste salarial. Os salários, que já eram minguados, foram congelados. O que vem pauperizando setores do funcionalismo, como é o caso dos funcionários de escolas, que têm como salário-base R\$ 561,00. E que vem empurrando um contingente grande de professores estaduais a buscar outras fontes de renda, resultando em jornadas estafantes de trabalho. Diante do descontentamento, Doria anunciou um abono para uma parcela de professores, deixando de fora os funcionários das escolas e aposentados. Mais divisão se instalou. Está aí por que a luta tem de ser por reajuste salarial para repor as perdas. E o caminho é o da unidade e o da ação direta.

Doria aproveitou a Pandemia para avançar com a farsa das escolas de tempo integral e a reforma do ensino médio. Mais de 1.000 escolas foram transformadas em PEIs, a BNCC para o ensino médio vem sendo imposta, e a EJA, desmontada. Inúmeras salas de aulas e cursos noturnos foram fechados. E as consequências são: desemprego, expulsão do aluno-trabalhador, e salas de aula superlotadas. Para responder tamanho ataque, é necessária a unidade dos trabalhadores da Educação, estudantes e pais, por meio dos métodos próprios dos explorados, manifestações de

rua, greves, ocupações.

Há ainda a luta contra a reforma administrativa de Bolsonaro, a PEC 32, que elimina várias conquistas da maioria do funcionalismo, e preserva os privilégios da minoria. Doria, por meio do PLC 26, antecipou parte da PEC 32. Nunes não faz senão seguir os passos de Doria e Bolsonaro. O corporativismo e as ações dirigidas aos deputados e vereadores, sob as bandeiras eleitoreiras de “se votar não volta”, “convencer parlamentares” e “vira o voto”, só levam a derrotas. Nesse sentido, a assembleia tem de aprovar o método próprio dos trabalhadores, para enfrentar a política nefasta dos governantes. Para isso, é fundamental que se aprove uma assembleia, antes do final do ano, para discutir a resposta de Doria às reivindicações dos trabalhadores da Educação.

Pelo retorno imediato da professora Mônica Moraes à sua escola!

Pelo fim das perseguições políticas aos lutadores! Que a governadora do Rio Grande do Norte (PT) reconduza a professora, punida pelo diretor bolsonarista e pela política da “Escola sem

Partido”!

A assembleia de 19 de outubro aprovou uma moção de solidariedade à professora Mônica Moraes. Foram inúmeras as moções assinadas pelos sindicatos e centrais, que foram entregues às autoridades educacionais do Rio Grande do Norte. Mas, até o momento, a professora não foi reconduzida à escola. É preciso que o movimento de defesa de Mônica assuma a real dimensão desse ataque, sem fundamento educacional e funcional. É necessário que os partidos políticos, que defendem verdadeiramente o direito de expressão, e que se insurgiram contra o obscurantismo bolsonarista, saiam em defesa da justa luta pela recondução de Mônica à sua Escola (Profª Ivani Machado Bezerra). Que a assembleia aprove uma Carta, a ser entregue à governadora petista, Fátima Bezerra, em defesa do direito à liberdade de ensino e de expressão. A punição à professora é um ataque ao direito à livre atuação sindical, uma vez que a professora possui histórico de defesa dos interesses coletivos da sua categoria, e implementou todas as decisões e orientações do SINTE/RN, durante a Pandemia.

São Paulo

Debate sobre o “novo ensino médio” em Mauá

Ocorreu no dia 23/10, na escola estadual EE Visconde de Mauá, o debate presencial sobre o Novo Ensino Médio. A mesa foi composta por: 1) Fernando Cassio, professor da UFABC e membro da REPU, órgão acadêmico que coleta dados sobre a educação pública; 2) uma militante do POR e conselheira da Apeoesp em São Mateus e 3) Rita, diretora de escola e membro da diretoria da Apeoesp/PT, participou como mediador. O debate marcou a retomada das atividades presenciais na região. Participaram do debate, professores de escolas e uma conselheira da Afuse – sindicato de funcionários de escola, eleita pela Oposição/PSOL.

O professor iniciou afirmando que quem pensa o currículo nessa sociedade são os governos e representantes das escolas privadas de grande porte. Mostrou que o novo currículo para o ensino médio, imposto pelo governo federal através da BNCC, se baseia na premissa verdadeira do adolescente querer estudar para utilizar no trabalho o conhecimento. Porém, o novo Currículo está fora da realidade, e nasce sendo rejeitado pelos estudantes da rede pública em 2019. E que Doria aproveitou a Pandemia para implantá-lo em SP, reafirmando a propaganda enganosa de que o aluno terá a “liberdade para escolher a área de ensino que lhe preparará para o trabalho”. O professor usou dados do TCE para mostrar o aumento da evasão escolar durante a Pandemia e que, portanto, os alunos não opinaram, nem decidiram nada. Um dado significativo é de que 80% dos alunos da rede pública acessou o ensino remoto, no último ano, um total de 2 horas/ano. Elencou as explicações que geraram essa situação: falta de conectividade com a internet, trabalho doméstico feminino (chefes de família precoce, etc.), depressão da juventude, etc. Eis aí por que a maioria dos estudantes não escolheram nenhum itinerário. Na realidade, as direções de escolas escolheram os itinerários formativos de acordo com a quantidade de professores efetivos nas unidades escolares. O ensino profissionalizante, Novotec, também foi criticado pelo debatedor, que mostrou a precarização dos cursos oferecidos pelo Centro Paula Souza. Deu, como exemplo, um técnico em química, que precisava no mínimo de 2.200 horas para ter uma

formação profissional. Com a introdução do Novotec, a carga horária foi reduzida para 900 h. O Novo Ensino Médio já nasce com o apelido de “nem escola, nem emprego”. Quanto às PEIs – Escola Integral do governo Doria, disse que são escolas discriminadoras, que tiram os alunos mais pobres da escola e os portadores de necessidades especiais. Denunciou esse projeto, tão propagado pelo governo Doria, mostrando que ele é impraticável para todos os alunos em idade escolar. Justamente porque escola boa e para todos demanda gasto, coisa que os governos não fazem há anos. Finalizou, afirmando que a política de corte de gastos com serviços públicos e ampliação da terceirização e parcerias com a rede privada são a tônica de todos os governos neoliberais/peessedebistas.

A Corrente Proletária iniciou comentando a Resolução Seduc 097, de 08/10. Mostrou que o Novo Ensino Médio apenas aumenta a quantidade de horas de permanência dos alunos nas escolas, com a introdução das novas disciplinas. No diurno, por exemplo, os alunos terão aulas de expansão curricular no contra turno, que são as chamadas ACDA (Atividades Curriculares Desportivas e Artísticas). No período noturno, os alunos terão mais 8 aulas semanais, sendo 1 aula por dia. Havendo sala ociosa na escola, entrarão as 18h15min nos cinco dias da semana, e terão mais 3 aulas aos sábados, através do Centro de Mídias de SP. A tal expansão é a implantação do ensino a distância (EaD), que é a expressão da decomposição capitalista. Esse aumento da carga horária, combinado com o ensino a distância, tem levado centenas de alunos trabalhadores a desistirem de estudar, pois, não conseguem frequentar aulas, porque se chocam com o trabalho, nem acompanhar aulas online. Um exemplo claro são os alunos da EJATEC. O curso foi criado em agosto, teve pouca adesão, e permanece com baixíssima frequência. A Corrente Proletária procurou mostrar que a causa da falência do ensino não é a falta de recursos. A falta de recursos é consequência da política burguesa de ampliar a privatização. A causa da falência está na base econômica capitalista. Como o capitalismo vive sua fase de decomposição, a Educação é seu reflexo. O EaD é a expressão mais completa da decomposição

do ensino no capitalismo, em sua fase imperialista. A exposição encerrou, dizendo que a luta por melhores condições de ensino e trabalho, e contra as contrarreformas educacionais dos governantes são o ponto de partida para avançar o combate à falência da Educação, que tem como raiz o capitalismo. Daí a importância de trabalhar pela unidade dos trabalhadores da Educação com o

conjunto dos explorados, particularmente com a classe operária. Defender um único sistema de ensino, a estatização de toda a educação privada, controle da Educação por quem estuda e trabalha, o ensino laico, e sua vinculação com a produção social. A Corrente Proletária defende que uma nova escola só será possível sob um novo regime social, portanto, o socialismo.

São Paulo

Boletim Nacional da Corrente Proletária Estudantil

O Boletim Nacional da Corrente Proletária Estudantil nº 61 tem como editorial a defesa da organização dos estudantes universitários para a retomada das aulas presenciais, já em curso em muitas universidades. Com a falência da política burguesa de isolamento social e o andamento da vacinação, a volta às aulas ocorre sob as diretrizes impostas pelas burocracias universitárias. Parte das universidades federais sequer pode voltar às aulas presenciais, por conta da impossibilidade de pagamento sequer das contas de água e luz. Muitas universidades públicas avançaram na efetivação do ensino a distância.

Há ainda uma série de universidades federais que tiveram reitores nomeados pelo governo federal durante a Pandemia, desconhecendo até mesmo as consultas realizadas e as listas tripliques indicadas. Uma verdadeira intervenção ditatorial sobre elas.

A ausência de uma política de independência de classe por parte das direções do movimento estudantil, seguindo a linha de subordinação das direções sindicais à burguesia e seus governos, entregou o destino dos estudantes aos burocratas, capitalistas do ensino e governantes. Desorganizados, se dividem entre os que voltam às aulas presenciais, retomam parte delas ou continuam sob a excrescência do ensino virtual.

É preciso organizar os estudantes por meio de suas assembleias presenciais, de forma a romper a paralisia e imobilismo das direções, desenvolver as reivindicações, unir-se às lutas dos explorados de fora da universidade, e se colocar por um dia nacional de lutas, com paralisações e protestos, organizado a partir de uma carta de reivindicações, como ponto de partida para preparar a greve geral.

São Paulo

Boletim da Corrente Proletária – USP

O Boletim denuncia a eleição para reitor na Universidade de São Paulo (USP). Publicamos abaixo:

Somente o Governo tripartite, eleito diretamente, pelo voto universal, com revogabilidade de mandato, e subordinado à Assembleia Geral Universitária, pode expressar a real democracia e autonomia universitária

No próximo dia 25/11, será eleito o novo reitor da USP, para os anos de 2022 a 2025. Duas chapas se inscreveram: USP Viva (Carlos Carlotti Junior – Medicina de Ribeirão Preto, com Maria Arminda – FFLCH – como vice); e Somos todos USP (Antonio Carlos Hernandez – Física S. Carlos, com Maria Aparecida – Odonto de Bauru – como vice).

A eleição será realizada em turno único, por meio de sistema eletrônico de votação e totalização de votos. A Assembleia Universitária (assim se chama hipocritamente esse organismo) será constituída pelo Conselho Universitário, pelos Conselhos Centrais, pelas Congregações das Unidades e pelos Conselhos Deliberativos dos Museus e dos Institutos Especializados. Ou seja, a burocracia universitária, a partir do Conselho Universitário, que é constituído por membros indicados, direta ou indiretamente, pelo reitor, escolhe o futuro governante da USP. Nesse sentido, é a escolha mais antidemocrática de todas, no País, já que nem mesmo o formato de eleição pela LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) é aplicado.

Essa forma de eleger o reitor garante sua subordinação e ligação com o governo estadual, e com a burguesia, de modo a que as necessidades dos que estudam e trabalham, ou da população assalariada, continuem negados, em favor dos interesses da classe dominante no País. Assim, enquanto existir reitoria e seus organismos burocráticos, a universidade jamais será democrática ou autônoma.

Quem são os candidatos, e o que expressam

A partir dos programas apresentados, pouca diferença de conteúdo será percebida. Há até dois slogans semelhantes quanto à Pandemia, que dizem ser o futuro de incertezas (USP Viva) ou de desafios (Somos todos USP), mas ambos concluem que haverá oportunidades a serem aproveitadas. Muito se fala na necessidade do chamado “diálogo” entre os organismos colegiados. Todos dizem trabalhar por uma sociedade justa e sustentável. Ambos propõem a criação de uma série de novos organismos burocráticos (pró-reitoria, Conselhos, Comissões, etc.), embora a USP Viva, contraditoriamente, condene o excesso de burocratização com a criação desses mesmos organismos. As soluções aos problemas que afetam a USP seriam dadas pela mesma burocracia que manda na universidade, só que organizada em mais gabinetes, estes já nem tão empoeirados como os já existentes.

Em comum, também ambos defendem a subordinação de medidas ao teto de gastos, também chamado de Teto do Fim da USP, aprovado em 2017. E a busca de recursos externos, portanto a maior privatização. O chamado empreendedorismo não poderia faltar ao falatório burocrático. E o apoio à atual forma de seleção para ingresso, que alcançou os 50% de estudantes PPI e das escolas públicas (omitem que os critérios aplicados excluem grande parte dos estudantes). Então, vejamos quais as diferenças, ainda que secundárias.

A chapa de Hernandez é de continuidade da gestão Vahan. Ele é o vice-reitor, tendo já trabalhado com pró-reitor de Graduação da gestão anterior. Note-se que, nesse cargo, elaborou os recursos para a aplicação do ensino remoto, bem antes da Pandemia. É, assim, um defensor dessa modalidade de ensino, que escancara e eleva substancialmente a separação entre sujeito e objeto de estudo. A única crítica aberta em seu programa é à gestão Rodas, que teria elevado os salários acima do orçamento da USP. É parte do setor mais privatista da burocracia. Certamente, de seu setor mais antidemocrático.

A chapa de Carlotti, atual pró-reitor de Pós-Graduação (por isso não há uma ruptura com a gestão de Vahan), expressa a tentativa de maior influência no interior da burocracia do grupo do ex-reitor Grandino Rodas. Carlotti foi diretor indicado por Rodas para a Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, contra a indicação da própria unidade. Em seu programa, bastante contraditório em si mesmo, defende com ênfase a necessidade de reposição salarial dos professores e técnicos administrativos. O discurso mais à esquerda não oculta suas propostas de continuidade do privatismo na USP. Basta dizer que não há uma única palavra contra essa política, dominante na burocracia universitária.

As direções do movimento estudantil, em particular a gestão petista do DCE, reivindicam (sem mostrar qual caminho para se atingir esse objetivo) o “direito” de votar para reitor. Assim, não questionam a estrutura burocrática da universidade, reclamam

apenas o direito de participarem dela. A política de conciliação de classes, que vem de fora da universidade, se manifesta, em seu interior, na pretensão de reformar “por dentro” a estrutura antidemocrática, criada exatamente para que a maioria não tenha poder de decisão, para que esse poder permaneça nas mãos da minoria, ligada aos capitalistas e seus governos. Também não se trata de formular um “programa” a ser assumido formalmente por esta ou aquela fração burocrática. Trata-se de lutar para que a burocracia universitária seja varrida, e em seu lugar se construa um poder democrático e autônomo, dos que estudam e trabalham. Essa é a luta que pode unir estudantes, funcionários e professores não vinculados à burocracia aos explorados em geral, em particular à luta da classe operária.

Os estudantes não devem se colocar em favor desta ou daquela candidatura burocrática. É preciso retomar a linha do movimento de 2013, de milhares nas ruas, que aprovou como bandeira a necessidade do governo tripartite na USP, eleito diretamente, pelo voto universal, com revogabilidade de mandato, e subordinado à Assembleia Geral Universitária, pode expressar a real democracia e autonomia universitária.

Somente um governo dos que estudam e trabalham pode levar adiante as reivindicações da maioria, inseridas num orçamento discutido e aprovado numa assembleia dos 3 setores, oposto aos interesses da burocracia universitária, dos capitalistas e de seus governos.

São Paulo- ABC

Atos contra reintegração de posse: não submeter a luta ao parlamento burguês

O prefeito Orlando Morando (PSDB) vem impondo os despejos em São Bernardo do Campo, com demolições nos bairros pobres. Ataca a população de rua com sua política higienista. Fecha projetos sociais, para “enxugar” o orçamento. Beneficia com isso, principalmente, a especulação imobiliária sobre os interesses da população pobre e miserável.

Depois de mais de um ano de paralisia no movimento social do ABC, devido à política colaboracionista das direções reformistas de submissão à política burguesa do isolamento social e de refúgio na virtualidade, voltam a ocorrer as manifestações de rua. A Frente ABC Sem Medo chamou um ato contra os despejos para o dia 4/11. Com a bandeira ‘Fora Orlando, higienista’ e ‘Pelo direito à moradia’. O ato contou com a presença do MTST (que organizou o ato), do MPSR (o pop-rua), além do diretório do PSOL e PSTU da região. O conteúdo das intervenções dos partidos e movimentos seguiu a linha geral de defesa da luta parlamentar, por dentro da Câmara Municipal. Os discursos, por mais que apresentassem as condições que atingem os explorados, como desemprego, alto custo de vida, fechamento de escolas, etc., terminavam com as bandeiras de “Fora Morando” e “Fora Bolsonaro”. Esse foi o mesmo conteúdo expresso no ato do dia 6/11, chamado pela direção do Projeto Meninos e Meninas de Rua (PMMR), que atua há mais de trinta anos com crianças e adolescentes em situação de miséria. O PMMR sofreu ameaça de despejo pela prefeitura tucana em maio, mas a ameaça se intensificou em outubro, levando a militância e funcionários a ocuparem o espaço contra o despejo e a convocar o ato em sua defesa. A manifestação contou com um caráter festivo e a presença de parlamentares conhecidos da região e líderes religiosos.

O Partido Operário Revolucionário interveio nos dois atos. Realçou a importância do retorno dos atos presenciais, nas ruas,

defendendo a permanência do projeto e as ocupações com o método da ação direta. Ressaltou que o problema de moradia não é exclusiva de São Bernardo, que se trata de uma política nacional da burguesia, com o objetivo de aumentar os lucros dessa classe parasitária, através da especulação imobiliária. Defendeu a criação de uma assembleia popular, tanto no Grande ABC, quanto nas demais regiões, chamando as massas exploradas a levantarem e imporem suas reivindicações com o método da ação direta, de forma classista e independente, rechaçando a submissão do movimento ao eleitoralismo e ao parlamento burguês. O POR também divulgou um manifesto em apoio à luta contra o prefeito do PSDB, Orlando Morando, que determinou o fechamento do Projeto Meninos e Meninas de Rua (PMMR). Trouxe como chamado: Pela permanência do PMMR! Contra os despejos em SBC! Pela unificação das lutas do Grande ABC, em defesa das condições de vida, trabalho, saúde e moradia! Constituir uma assembleia popular imediatamente! O Manifesto denuncia o prefeito pela desocupação do imóvel no qual desenvolve o projeto assistencial, criado desde a década de 1980. Trata-se de uma ofensiva do prefeito contra várias iniciativas de assistência social às crianças e à juventude, objetivando usar os espaços para a especulação imobiliária. Conclui, dizendo que a luta pela permanência do PMMR dependerá da unidade com os trabalhadores e da ação coletiva. O que implica a organização de uma assembleia popular para aprovar o caminho da resistência. E levanta as bandeiras: Não ao despejo do Projeto Meninos e Meninas de Rua (PMMR)! Não permitir o desvio do movimento para o parlamento burguês! Unificar as lutas! Constituir uma assembleia popular imediatamente! Que a CUT, demais centrais e sindicatos convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisação da produção e manifestações massivas!

Rio Grande do Norte**Boletim da Corrente Proletária – novembro**

O Boletim está centrado em três pontos: 1) defesa da estabilidade dos mais de 400 servidores municipais de São Gonçalo do Amarante; 2) denúncia do “reajuste” do prefeito de Natal; 3) campanha contra a perseguição política à professora Mônica Moraes. Sobre os servidores municipais, que foram contratados antes de 1988 e efetivados após a Constituição Federal, diz que continuam tendo sua estabilidade ameaçada pela prefeitura de São Gonçalo do Amarante. Que em seus contracheques, permanece a caracterização de servidores “não efetivos”, preparando o caminho para que sejam transferidos da previdência municipal (IPREV) para o INSS, o que implicará em perda de direitos conquistados. E que o termo “não efetivo”, utilizado pela prefeitura,

demonstra uma intenção de demitir esses trabalhadores, atacando o seu direito à estabilidade. Mostra o descontentamento dos servidores e sua disposição de radicalizar a luta. No entanto, o movimento foi desviado para as negociações entre prefeito e dirigentes sindicais. A Corrente Proletária defendeu: a manutenção da estabilidade dos servidores efetivados após 1988; o direito da aposentadoria integral, com todos os direitos; a derrubada das contrarreformas, que pioraram a vida dos trabalhadores, e a unidade desse movimento com outros setores de trabalhadores.

Em relação à proposta do prefeito de Natal, diz que houve uma assembleia, transformada em ato, em defesa da atualização do piso do magistério, mas que

Álvaro Dias se nega a pagar o repasse. Que a proposta de 6,42%, que não se estende aos aposentados, é uma afronta ao magistério. E que a proposta do SINTE de parcelar o restante dos 6,42% em três vezes, em outubro, novembro e dezembro, foi negada pelo prefeito. Conclui, dizendo que foi importante esse ato presencial, mas é preciso ir além. Para isso, é necessário que a direção do sindicato convoque uma assembleia presencial geral para discutir os problemas e as medidas tomadas pelos governantes, e aprovar o caminho da luta coletiva.

Por fim, o Boletim dá prosseguimento à campanha contra a perseguição política à professora Mônica Moraes. E publica uma lista de sindicatos e movimentos que assinaram a moção em solidariedade.

Rio Grande do Norte / Campanha da Corrente Proletária/ POR**Em defesa da professora Mônica Moraes, contra a perseguição política**

Um chamado aos sindicatos e correntes políticas, que reivindicam as liberdades democráticas, o direito de expressão e a liberdade de cátedra

A professora Mônica Moraes, do município de São Gonçalo do Amarante, Rio Grande do Norte, foi transferida de sua escola para trabalhar em três outras unidades. Além da transferência arbitrária, foi colocada em um regime de trabalho mais precário.

O Sindicato dos Trabalhadores em Educação (SINTE/RN) avaliou que, de fato, se configurou uma perseguição política. Não se justifica a acusação de que não cumpriu as aulas de ensino remoto. A professora sequer teve seu direito ao contraditório, e à ampla defesa, garantido. Quando foi chamada para uma reunião do Conselho Escolar, nem sequer foi informada sobre do que se tratava a reunião, e, quando chegou lá, foi surpreendida, já com a decisão de remoção. O Conselho Escolar passou por cima do direito elementar da professora de contestar a imputação, e discutir em que condições os professores tiveram de se sujeitar ao ensino remoto.

O Conselho Escolar baseou sua decisão no “Relatório Pedagógico e Administrativo”, elaborado pela Gestão da Escola, sem que a professora tivesse tomado conhecimento prévio. O relatório consiste basicamente em três acusações, conforme segue.

A primeira está em desgavetar uma situação, em meados de 2019, em que a professora Mônica teve sua aula gravada por duas alunas, sob a alegação de que “a aula não deveria ser sobre política”. Essa situação ocorreu concomitantemente à acusação de uma mãe, de que a escola estava “doutrinando” as crianças, “com viés comunista e petista”. Esse episódio tão somente atesta que a professora e a escola foram vítimas de ataques reacionários, no momento em que os bolsonaristas começavam a pressionar a Educação, para que se implantasse o regime ditatorial do que se denominou “Escola sem Partido”.

O fato de a direção da escola desgavetar, e do Conselho Escolar acatar, um caso de ataque bolsonarista contra a professora e a própria escola, para usá-lo como justificativa para excluir

a professora do seu local de trabalho, demonstra o quão longe a gestão e o Conselho Escolar estiveram dispostos a ir, ao ponto de deixar implícito, no Relatório, que a professora, ao invés de vítima, tivesse sido a responsável pelo episódio da gravação de suas aulas, e pelo ataque da mãe bolsonarista à escola.

A segunda acusação do “Relatório Pedagógico e Administrativo” consiste em acusar a professora de ter se negado a dar aulas remotas, quando estas se tornaram obrigatórias, no final de 2020. Porém, no próprio relatório, está anexo um Ofício, de 3 de novembro de 2020, assinado pela professora, em que ela afirma que apresentará a sua proposta de reposição das atividades remotas até o dia 10 de novembro, dentro do prazo estabelecido pela Portaria SEI 438/2020, o que assim foi feito. Os próprios fatos demonstram, portanto, que a professora cumpriu plenamente a obrigatoriedade de ministrar aulas remotas.

O terceiro elemento do Relatório consiste em uma série de fatos desconexos, a partir de registros em que a gestão da escola convenceu uma parte dos alunos a assinar, contendo objeções sobre problemas com relação às aulas da professora no período do ensino remoto (Pandemia), todos eles já resolvidos coletivamente com os estudantes, mas que estão sendo retomados pelo Conselho Escolar, para justificar a decisão de remoção da professora.

Vale ressaltar que, em nenhuma parte do “Relatório Pedagógico e Administrativo”, consta a versão da professora sobre cada situação, nem o desfecho dos fatos descritos.

Mônica, há muito, defende a participação dos professores na vida do sindicato e nos movimentos, uma vez que sofrem, como todo explorado, com os baixos salários e as precárias condições de trabalho. As precárias condições de ensino estão à vista de todos. Mônica nunca faltou com o dever de professora, de lutar pelo ensino público e por melhores condições de aprendizagem. Essa afirmação pode ser comprovada pelos fatos, pelo sindicato,

pelos professores que participam das assembleias, e pelo movimento social no estado. É necessário lembrar que Mônica esteve à frente da luta contra a demissão, durante a Pandemia, de 186 professores contratados no município de São Gonçalo do Amarante/RN, defendendo sua reintegração. É claro que o prefeito já a tinha como alvo político. Não há dúvida de que há um vínculo histórico que está por trás da transferência compulsória de Mônica. A punição chegou ao ponto de a professora ter de voltar a distribuir sua carga horária em três diferentes escolas, uma delas em outro município, o que, por sinal, é a dura realidade de grande parte dos professores estaduais do RN.

Diante de um ataque tão perceptível, o sindicato recorreu politicamente à direção da escola e à 1ª Diretoria Regional de Educação (1ª DIREC). Em determinado momento das negociações, o Diretor Regional chegou a solicitar que a escola reintegrasse a professora na sala de aula, até que o seu recurso interposto ao Conselho Escolar fosse discutido. O diretor da escola se recusou, o que evidenciou ainda mais o rancor político, e a disposição de ir à frente com a arbitrariedade.

Não há como desvincular, portanto, a posição política de Mônica diante das respostas dadas ao horror da Pandemia. Eis por que, em outubro/novembro de 2020, na época em que foi determinada a obrigatoriedade das aulas remotas, e já se antecipando a uma possível perseguição por parte da direção da escola, em virtude da falsa acusação de que se negava a dar as aulas remotas, a professora Mônica apresentou uma proposta de reposição das aulas virtuais, que foi encaminhada à Secretaria de Educação, dentro do prazo estabelecido pelo governo.

É evidente que se criou um imbróglia administrativo, para ocultar os motivos políticos da perseguição. O dever do Conselho Escolar, e de toda a rede de ensino, era o de realizar uma avaliação, profunda e honesta, dos resultados do ensino remoto. Não por acaso, há governadores e prefeitos que reconhecem o fato de a substituição do ensino presencial pelo virtual ter resultado em baixíssima aprendizagem. Mais grave ainda é que se reconhece que aumentou a disparidade entre os alunos das escolas públicas com os das escolas privadas; aumentou a disparidade entre os próprios alunos da escola pública, uma vez que uma parte significativa não teve acesso aos meios eletrônicos, e um importante contingente acabou percorrendo o caminho da evasão escolar.

Como pode o diretor da escola e o Conselho Escolar tomarem uma decisão tão drástica contra uma professora que sempre ministrou normalmente suas aulas, nas condições desorganizadoras e excepcionais da Pandemia, e nas condições de conflito político entre os próprios governantes? Por que não fizeram um balanço concreto do resultado das aulas virtuais? Não fizeram, porque não estavam empenhados nos objetivos da aprendizagem, mas sim no da perseguição política da professora, que, em nenhum momento, deixou de organizar o movimento contra a barbárie que se abateu no país e em todo o mundo.

É importante frisar que a decisão do Conselho Escolar de remoção da professora da escola ocorreu justamente no segundo dia em que a professora retornava às aulas presenciais, de modo a que não foi dada chance à professora de restabelecer os vínculos presenciais entre aluno e professor, que foram anulados com o ensino remoto na Pandemia, e, dessa forma, pudesse provar que as acusações por parte da gestão da escola de problemas no seu “método de ensino” eram falsas.

Somente os cegos, os interesseiros e os descompromissados com a Educação se negam a reconhecer que o ensino virtual separa ainda mais a teoria e a prática, e que é a mais burda negação das conquistas pedagógicas. Quem não vê que os empresários

da educação adoraram a Pandemia, no que permitiu avançar no sentido do ensino a distância (EaD)? Quem não sabe que há um fosso entre a utilização da tecnologia na educação e o ensino a distância? Quem não vê que as escolas públicas, em grande parte, estão desparelhadas das tecnologias que podem servir de auxiliares à aprendizagem social, coletiva? Quem não viu que os próprios professores tiveram de se virar por conta própria para atenderem ao ensino remoto? Quem não viu o conluio entre os governantes e as empresas privadas de EaD? Quem não viu o interesse dos governantes em avançar com as reformas educacionais, que têm parte do currículo voltado ao ensino a distância? Então, como se pode punir a professora Mônica com um argumento tão inconsistente e sórdido?

É preciso que o movimento de defesa de Mônica assuma a real dimensão desse ataque sem fundamento educacional e funcional. Inúmeras centrais e sindicatos consideram justa a luta pela recondução de Mônica à sua Escola Estadual Profª Ivani Machado Bezerra. Assinaram a moção em sua defesa. É necessário, no entanto, que os partidos políticos, que defendem verdadeiramente o direito de expressão, e que se insurgiram contra o obscurantismo bolsonarista, saiam em defesa da justa luta pela recondução de Mônica à sua escola.

A decisão do Conselho Escolar de remover a professora Mônica consiste em um ataque ao seu direito à liberdade de ensino e de expressão, assim como ao seu direito ao contraditório e à ampla defesa, que foram completamente violados. É também um ataque ao direito à livre atuação sindical, uma vez que a professora possui histórico de defesa dos interesses coletivos da sua categoria, e implementou todas as decisões e orientações do SINTE/RN, durante a Pandemia.

Professores, estudantes, jovens oprimidos e trabalhadores em geral, não aceitemos tamanha arbitrariedade e abuso de poder! É por meio de casos como esse que o obscurantismo e o autoritarismo vão ganhando terreno.

Pela recondução imediata de Mônica à sua escola, de onde jamais deveria ter saído!

3 de novembro de 2021

São Paulo

Ato contra o autoritarismo da direção de escola

No dia 11 de novembro, ocorreu um protesto em frente à EE Jardim Silvia II, em defesa do projeto de leitura, que a direção da escola colocou fim. Contou com a presença de estudantes e pais. Trata-se de um Projeto da própria secretaria da Educação, que vinha sendo desenvolvido e bem aceito pelos alunos da escola. Diante da decisão da direção, uma comissão recorreu à Diretoria de Ensino, que jogou para o Conselho de Escola decidir. Mas o Conselho é controlado pela direção da escola, assim, manteve-se a extinção do Projeto de Leitura.

Coube aos defensores do Projeto organizar o protesto em frente à unidade escolar, que teve depoimentos importantes de pais e estudantes, em favor da manutenção do trabalho de leitura e do empenho do funcionário da escola, Claudio Adão dos Santos.

Esse é mais um caso de perseguição política e autoritarismo de direções de escola. Daí a importância de que os sindicatos da Educação saírem em defesa da manutenção do Projeto de Leitura, e contra os abusos cometidos por direções autoritárias.



Está colocada a luta pela construção de oposições sindicais classistas. O Boletim Nossa Classe, divulgado pelo POR, procura refletir o que se passa nas fábricas, nos sindicatos e no movimento operário em geral. A vanguarda com consciência de classe tem o dever de expor, explicar e defender o programa proletário aos explorados, objetivando a sua organização independente da burguesia e de seu Estado. Abaixo, publicamos nossos esforços de levar adiante essa difícil e demorada tarefa. A experiência com um grupo de companheiros da Volkswagen trouxe bons ensinamentos, que permitirão retomar as relações políticas, interrompidas prematuramente. Abaixo, publicamos três documentos, que pretendíamos que fossem discutidos: 1) Carta aos companheiros da chapa "Opção democrática"; 2) Carta da Chapa Opção Democrática da Volks, aos metalúrgicos do ABC; 3) Carta pela organização de um movimento de oposição.

■ Carta aos companheiros da chapa "Opção Democrática"

Antes de mais nada, justificamos a demora na redação dessa carta, devido a uma enorme quantidade de tarefas. Sentimos a necessidade de esclarecer alguns pontos sobre o afastamento de nossas relações políticas, que se deu em nossa última discussão, por meio virtual. Tudo o que diz respeito ao movimento operário e aos demais trabalhadores, lhe damos o máximo de atenção, e despendemos empenho para ir adiante com a organização da luta.

A aproximação de companheiros, que trabalham pela organização da chapa Opção Democrática na Volks, do Boletim Nossa Classe, divulgado pelo POR, foi muito positiva. Toda experiência de organização da classe operária, independente diante do patronato e de seus agentes nos sindicatos, traz inestimáveis lições. Embora nossa relação política tenha sido muito inicial, nos foi importante, porque vimos que há um descontentamento de um conjunto de companheiros na Volks, e que esse descontentamento com a burocracia sindical deve ocorrer também em outras fábricas.

Na direção do Sindicato Metalúrgico do ABC, se perpetuou uma direção hereditária, que, para isso, eliminou de tal forma a democracia sindical, e que, há várias gestões, não se têm eleição direta e, portanto, não contando com chapas de oposição. A ausência de oposição no sindicato indica a ausência de democracia e de vida política ativa na base dos trabalhadores. Eis por que a aproximação com vocês, da Opção Democrática, nos causou esperança em dar um primeiro passo na organização de uma oposição, que teria como trincheira a Volks. Tínhamos claro que não seria fácil, uma vez que teríamos de percorrer um caminho de discussão programática e de princípios sindicais classistas, para consolidar o trabalho oposicionista.

O Boletim Nossa Classe já é reconhecido nas fábricas em que é distribuído. Isso por que o POR, durante muitos anos, vem respondendo sistematicamente aos problemas da classe operária como um todo e, em particular, aos dos metalúrgicos. Os companheiros viram que nossa primeira atitude foi a de deixar claro que estávamos apoiando a organização da chapa Opção Democrática. Apoiar significa que ainda não existe uma compreensão comum dos objetivos e do programa classista para os sindicatos. Apoiar significa discutir e enfrentar as diferenças. Diferenças que poderiam ir sendo

resolvidas com o tempo, ou que então seriam obstáculos para a continuidade da experiência. Infelizmente, predominou a segunda possibilidade.

O motivo dessa carta é o de mostrar que estamos dispostos a continuar dando apoio à Opção Democrática, cada vez que enfrentar a burocracia autoritária e os capitalistas da multinacional. Esse é nosso dever classista. Queremos também esclarecer que erramos, ao discutir as divergências por meio virtual, quando o máximo que poderíamos fazer era acertar alguma ação prática, e preparar uma reunião presencial para, então, voltar a discutir as divergências. Os companheiros viram que foi muito negativo um comentário sobre como a comissão de fábrica deve comportar-se diante das pressões

patronais. Não poderíamos discutir fatos do passado, que envolviam atitudes de membros da comissão de fábrica com o patronato, sem que esses fossem parte de um balanço político da constituição, desenvolvimento e funcionamento da comissão de fábrica na Volks. Um balanço, nesse sentido, seria positivo e, sem dúvida, necessário para o avanço do trabalho dos companheiros, na luta pela democracia operária.

Finalmente, temos a obrigação de esclarecer a acusação injusta de que o POR pretendeu impor autoritariamente suas posições. Essa ideia, provavelmente, decorre das experiências negativas com o PT, que montou uma burocracia sindical, que, como afirmamos, eliminou a democracia sindical. É preciso reconhecer as reais dificuldades entre o trabalho organizado do POR, por meio do Boletim Nossa Classe, e o trabalho individualizado, por assim dizer, dos companheiros na fábrica. Fomos claros e honestos, no sentido de que o Boletim Nossa Classe não poderia trazer posições que não correspondessem ao seu programa e linha política. O contrário dessa posição classista seria a do oportunismo sindical. Vimos que havia uma persistência de que deveríamos trilhar o caminho do assistencialismo. Justamente, o assistencialismo é uma arma da própria direção do sindicato, que os companheiros rejeitam e pretendem enfrentá-la, erguendo uma oposição na Volks.

Outro ponto diz respeito a como se vê o funcionamento do sindicato, assembleias, eleições sindicais, jornal, contribuição sindical, etc. Esses pontos poderiam ser facilmente discutidos, se conseguíssemos superar o obstáculo das posições assistencialistas. Mesmo o significado político do assistencialismo,

O motivo dessa carta é o de mostrar que estamos dispostos a continuar dando apoio à Opção Democrática, cada vez que enfrentar a burocracia autoritária e os capitalistas da multinacional. Esse é nosso dever classista.

deveria ser discutido com o tempo. Era obrigatório, em nossa relação política, tratar da campanha salarial, que envolveu o conjunto dos metalúrgicos. De nossa parte, entendemos que não é possível constituir uma oposição classista no interior da Volks, de forma isolada do conjunto dos problemas vividos pelos metalúrgicos, e mesmo da classe operária em geral.

Essas divergências ou incompreensões poderiam ser tratadas com o tempo, caso tivéssemos conseguido levar adiante um trabalho que respondesse à crise econômica e aos ajustes

da multinacional, que recaem sobre os operários. Nesse exato momento, boa parte dos metalúrgicos da Volks foi colocada em lay-off, o que exigiu uma resposta do Boletim Nossa Classe. Como se vê, não houve nenhuma atitude autoritária do POR, mas uma atitude que se guia pelos princípios do classismo proletário.

Esperamos que essa carta sirva de meio de discussão sobre a interrupção de nossas relações políticas, e de reatamento, assim que os companheiros acharem necessário.

Carta da Chapa Opção democrática da Volks, aos metalúrgicos do ABC

Companheiros e companheiras, nós, da Chapa Opção Democrática, que estamos nos organizando dentro da Volkswagen, para construir um grupo de oposição democrática, de luta, independente e classista, consideramos de fundamental importância que os companheiros se organizem em todas as fábricas, para que possamos construir grupos de oposição à política de parceria, conciliação e traição da direção do sindicato, que tem permitido aos patrões demitir trabalhadores, reduzir salários e direitos.

A burguesia (patrões) vem descarregando o peso da crise econômica mundial nas costas da classe operária.

Companheiros, vimos, logo no início do ano, a Ford fechar, com a conivência da direção do sindicato, quatro fábricas no Brasil, demitindo milhares de trabalhadores. A Fiat, em Minas Gerais, acabou de suspender o contrato de 1.500 operários.

Com a Pandemia da Covid 19, os patrões, com apoio das direções sindicais, aplicaram a MP 936 do governo Bolsonaro, aprovada pelo Congresso Nacional, que permitiu demitir, reduzir jornada com redução de salários, e suspender contratos.

As demissões, os acordos de lay off, as férias antecipadas coletivas, que estão acontecendo na Volks, Fiat, GM, Toyota, e várias outras empresas no país, são consequências da crise mundial do capitalismo. São medidas que os patrões adotam para proteger seus lucros. Existe uma crise de superprodução no capitalismo. Muitas empresas, por um lado, aumentam cada vez mais a capacidade de produção, devido

ao desenvolvimento tecnológico, automação; por outro lado, a classe operária e a população perdem cada vez mais a capacidade de comprar os bens necessários à sobrevivência, que dirá então comprar um carro.

As multinacionais – americanas, francesas, inglesas, alemãs, japonesas – procuram mão-de-obra mais barata para superexplorar a classe operária. Assim, transferem suas fábricas para China, Indonésia, Taiwan, Índia, Vietnã, etc. A China se tornou um dos maiores produtores e fornecedores de produtos, peças e acessórios para o resto do mundo. Está aí por que, durante a Pandemia, todos os países dependeram e dependem das máscaras, respiradores, vacinas, e outros insumos importados da China e Índia.

O mesmo se passa, agora, com a paralisação na produção de carros nas montadoras, por falta de semicondutores e chips, que, em sua maioria, são produzidos na China.

No dia 27 de setembro, a Volkswagen de Taubaté concedeu férias coletivas de 10 dias a 800 trabalhadores. Segundo o sindicato, é a sexta vez que a unidade entra em férias coletivas, este ano. A Volks de São Bernardo do Campo, que também havia dado férias coletivas de 10 dias, no dia 27 de setembro, adiou o retorno das férias, do dia 13 de outubro, para o dia 18 do mesmo mês. O motivo alegado em ambos os casos, é a falta de peças, principalmente, semicondutores. Na sexta-feira, 15 de outubro, o coordenador da comissão de fábrica informou que a Volkswagen irá colocar 1.500 trabalhadores em lay off, a partir de 1º de novembro, até

abril de 2022. Lembrou que já existem 450 trabalhadores em lay off. Lendo o que a fábrica havia escrito para ele falar, o coordenador diz: *"vamos passar por um momento delicado. Vamos acompanhar passo a passo, esse futuro que ainda é incerto."* Acompanhar passo a passo e fazer o quê, para defender os empregos e salários? Futuro incerto? Incerto para nós, trabalhadores! Nós sabemos que, se depender do sindicato e da empresa, não vão pensar duas vezes, para mandar embora, se a crise continuar. Vamos esperar quietos as demissões, companheiros? Não, camaradas! Temos de lutar.

Qual deve ser a resposta da classe operária para a crise econômica que causa demissões e miséria?

Nós, da Chapa Opção democrática, chamamos os metalúrgicos do ABC a rechaçarem todos os acordos de demissão, redução de jornada com redução de salários, lay off, PDVs, que vêm sendo feitos pela direção do sindicato. Nós, trabalhadores da Volkswagen, somos um exemplo de que estas medidas não têm garantido os empregos, salários e direitos. O filme é sempre o mesmo. E todas as empresas estão fazendo. Junto com a produção de um novo modelo de carro, anunciado pelas montadoras, vêm também a terceirização de setores, a aplicação de novas tecnologias, maior número de robôs na linha de produção, automação. A burguesia chama essa aplicação de novas tecnologias, inteligência artificial ao processo, de Indústria 4.0. Para os patrões, a chamada indústria 4.0 significa maior produtividade, com menor número de operários, pagando cada vez menores

salários. Para a classe operária, a indústria 4.0 significa demissões, redução de salários e direitos.

Fica cada dia mais claro, no capitalismo, com as fábricas sob o controle dos patrões, o desenvolvimento tecnológico, a aplicação de novas tecnologias, são usados para aumentar a produção e o lucro dos capitalistas. A direção do sindicato tem publicado, na Tribuna Metalúrgica, que vai participar da implementação da indústria 4.0 nas fábricas. Está fazendo formação dos dirigentes sindicais para, segundo eles, reduzir as consequências que a mesma causa aos os trabalhadores. Ou seja, a direção do sindicato não pretende organizar a luta contra as demissões e retirada de direitos, que são consequências diretas da implementação da indústria 4.0, contra a classe operária.

Companheiros, eis por que a resposta da classe operária frente à crise econômica deve ser:

- Lutar pela redução da jornada de trabalho, sem redução de salários. Defender a divisão das horas necessárias para produzir nacionalmente entre todos os trabalhadores, empregados e desempregados (escala móvel das horas de trabalho).
- Campanha salarial unificada. Assembleia geral e democrática dos metalúrgicos do ABC, para aprovar uma pauta única de reivindicações, e um plano de luta unificado. Fim da divisão dos metalúrgicos do ABC em vários grupos. Estabilidade no emprego a todos os trabalhadores. Correção integral da inflação, mais aumento real de salários. Que nenhum trabalhador ganhe menos que um salário mínimo vital, um piso que seja suficiente para manter as necessidades básicas de suas famílias. O valor a ser reivindicado deve ser calculado pelos próprios trabalhadores, em suas assembleias.
- Frente ao fechamento de fábricas, devemos defender a greve, a ocupação das fábricas pelos trabalhadores, o controle operário da produção e a luta pela estatização, sem nenhuma indenização aos patrões.
- Defender um sindicato de luta, classista e independente da burguesia, de seus partidos e seus governos.
- Defender a democracia operária, a soberania das assembleias, com direito de todas as correntes de oposição e trabalhadores defenderem suas posições.
- Eleições diretas para a direção do sindicato e as comissões de fábricas. Direito de todos os trabalhadores montarem chapas ou serem candidatos.
- Defender os empregos, salários, direitos e demais reivindicações dos trabalhadores por meio da ação direta, greves, ocupação das fábricas, etc.

Carta pela organização de um movimento de oposição

Aos companheiros e companheiras metalúrgicos

Chegou a hora de construir um movimento de oposição à direção de nosso sindicato. Faz algum tempo que um grupo de companheiros da Volks chegou à conclusão de que, dia a dia, as condições de trabalho vêm piorando. Isso se passa em todas as fábricas. Nossos salários vêm sendo diminuídos gradualmente. Entra ano e sai ano, e acumulamos perdas.

Faz tempo que não lutamos por aumento salarial. As demissões têm sido mais frequentes. Cada vez mais, as montadoras reduzem a contratação, e os trabalhadores que ficam acabam se sujeitando ao que as multinacionais e os burocratas sindicais chamam de "flexibilização do trabalho". E que nós, operários, chamamos de "flexibilização capitalista do trabalho". Isso porque nos prejudica duramente. Basta que a empresa diga que está tendo dificuldade de venda, para chamar a direção sindical e negociar o lay off, o banco de horas e as férias coletivas.

Em todos esses casos, somos nós operários que pagamos pela crise econômica, que não criamos. Vejam o PLR, que muitos companheiros acreditam ser uma boa coisa. O PLR é uma forma do capitalista não precisar dar aumento salarial. Por isso, não é incluído nos salários. É um erro acreditar que estamos participando do lucro. As direções sindicais vendidas engolem essa farsa, e passam para os operários. Assim, substituem a defesa do aumento salarial pelo PLR. Depois, dizem que foi uma vitória. Sem que o valor seja incluído nos

salários, ficamos sempre com o piso baixo, e somos prejudicados na aposentadoria e outros direitos.

Vejam como os patrões planejam nossas vidas de trabalhadores. Inventaram também o PDV, que é um mecanismo de demissão em massa. A montadora chama a direção sindical e diz, olha, "vamos ter de demitir três mil metalúrgicos, então vamos negociar uma solução". E assim a empresa e o sindicato apresentam, em uma assembleia manietada, a indenização. Dividem os que serão demitidos dos que permanecerão. Lá se vão centenas de postos do trabalho, que nunca mais voltarão. Muitos daqueles que ficaram no emprego, amanhã, serão as novas vítimas dos acordos de PDV. Não viram que, ao votarem pelo PDV de seus companheiros, também colocaram a corda no seu próprio pescoço.

Esse é um jogo macabro, tramado entre a multinacional e a direção do sindicato. Nós, operários, somos divididos e enfraquecidos, como se não fôssemos capazes de nos unir e lutar pelo bem de todos. O exemplo da Volks deixa claro o atentado das multinacionais aos salários e direitos trabalhistas. Há muito, sofremos com esse tipo de flexibilização capitalista do trabalho. O mesmo se passa em toda a cadeia produtiva. Pensem no que vem acontecendo com nossas campanhas salariais. Padecemos do mesmo mal do divisionismo. Os patrões nos dividiram em grupos, como se não fôssemos da mesma classe e da mesma categoria metalúrgica. E a direção do sindicato comodamente negocia por grupo e até por empresa.

Neste ano, o máximo que o patronato concedeu foi a reposição salarial, que será carcomida rapidamente com a elevação do custo de vida. Não há dúvida de que a inflação continuará em alta. Temos de ser claros: há muito tempo não temos uma verdadeira campanha salarial. A direção não convoca a assembleia geral, não forma os comitês de base de fábricas e interfábricas, não constitui um comando de campanha eleito na assembleia, e não aprova uma pauta única de luta, que inclui o índice de aumento a ser exigido do patronato.

Os metalúrgicos do ABC devem ter acompanhado o que se passou, nestes dias, na GM de São Caetano. Os metalúrgicos pleiteavam um índice de aumento real dos salários, do vale-refeição e manutenção dos direitos dos sequelados. A greve foi arrebatada pela direção do sindicato metalúrgico de São Paulo, que está vinculado à Força Sindical. A direção justificou que não poderia contrariar a decisão do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), ou seja, da justiça patronal. Vimos que nossos companheiros da GM saíram sozinhos em greve, sem que o sindicato mobilizasse o conjunto dos metalúrgicos na campanha salarial.

A forma de acabar com a greve e de enfraquecer a disposição de luta da parte mais consciente e politizada dos operários foi a de impedir que a assembleia fosse democrática e, ao mesmo tempo, provocar uma divisão. Não há nada mais nocivo para o movimento que a falta da democracia operária e a divisão em suas fileiras. A falta da democracia dá poderes ditatoriais à direção sindical. Mata a iniciativa das bases e da vanguarda combativa. Permite as manobras em favor da conciliação com o patronato. A divisão enfraquece a luta, que tem de ser coesa. Pressiona os operários mais despolitizados e temerosos a se jogar contra a greve. Isola a parcela que tem disposição de luta, e sabe que não deve se curvar, diante da exploração e da flexibilização capitalista do trabalho.

A quebra da democracia e a divisão têm em sua base a falta de independência dos sindicatos, diante dos patrões, dos governantes e dos partidos que servem aos interesses gerais dos capitalistas. Nossa força está na capacidade de parar a produção, de se manifestar nas ruas, e mesmo de ocupar a fábrica, se for necessário. Essa força coletiva depende da independência organizativa dos sindicatos, da democracia das assembleias, e da unidade dos trabalhadores em torno às reivindicações. Então, sem independência, sem democracia e sem unidade, ficamos inteiramente nas mãos dos empresários.

Ao longo desses anos, temos perdido a capacidade de lutar. Isso se passa, não porque não temos necessidades vitais a defender, não porque não existe descontentamento nas fábricas, e não porque o patronato deixou de ser um carrasco para os seus trabalhadores. Assim se passa porque as direções sindicais burocratizadas e vendidas têm matado a independência, a democracia e a unidade do movimento operário. Vimos que já não se luta pelos salários, empregos e antigos direitos. Vimos que nossas reivindicações têm sido substituídas pela flexibilização capitalista do trabalho.

Os exemplos de fechamento de fábrica – Ford e LG – acenderam a luz vermelha. As direções dos sindicatos simplesmente arrastaram os metalúrgicos a abrirem mão da luta pelos empregos, em troca de uma indenização, que logo acabará. Centenas de outros companheiros perderam empregos

nas fornecedoras.

Nem parece que nós metalúrgicos fizemos a greve contra a ditadura militar, que lotávamos o campo da Vila Euclides, e enfrentávamos a intervenção da polícia militar. É preciso não apenas nos lembrar de nossa história de luta, no final de 1970 e na década de 1980, principalmente. Momento esse em que florescia a independência dos sindicatos, a democracia das assembleias e a unidade grevista. É preciso lembrar, para retomar e defender essas conquistas do movimento sindical.

Esse conjunto de experiências é mais do que suficiente para organizar um movimento de oposição classista e democrático. É com esse objetivo e programa que o Boletim Nossa Classe se colocou pelo apoio à "Opção Democrática", que se esforça por tornar a Comissão de Fábrica independente e de luta. Essa Carta de Princípios é um passo para dar um norte à luta por um sindicalismo de fato operário. Eis por que nos comprometemos a lutar pelos seguintes pontos gerais:

- 1) Recuperar a independência organizativa e a capacidade de luta do sindicato;
- 2) Restabelecer a democracia no funcionamento do sindicato, nas organizações de fábrica e nas assembleias;
- 3) Promover a unidade na luta coletiva, sem eliminar o direito de divergência, que deve ser expressa nas assembleias, nas publicações, bem como na garantia da soberania das decisões por maioria;
- 4) Emancipar o sindicato e as decisões das assembleias da arbitragem da Justiça do Trabalho, que é burguesa, que serve para punir o sindicato com pesadas multas, acabar com o direito de greve, e proteger os interesses dos patrões;
- 5) Recuperar a campanha salarial baseada nas decisões da assembleia geral, na organização de comitês de base fabril e interfábrica, e na eleição de um comando geral de campanha;
- 6) Rever a democracia nas eleições sindicais, voltar às eleições diretas por chapa, garantir a livre formação de oposição, e constituir verdadeiras comissões de fábrica, baseadas na soberania das assembleias;
- 7) Comprometer-se com a defesa dos empregos, salários e direitos, recusando as medidas de "flexibilização capitalista do trabalho", e defendendo a "flexibilização operária do trabalho" (redução da jornada sem reduzir salários);
- 8) Trabalhar pela elevação da consciência classista do conjunto dos trabalhadores, do espírito de união e solidariedade;
- 9) Fortalecer o movimento operário nacional, participando das manifestações, apoiando ativamente as greves, e lutando contra o fechamento de fábricas, em qualquer parte da cadeia produtiva.
- 10) Reconhecer que a classe operária é mundial, apesar de estar dividida em países, lutando pelo fortalecimento do movimento operário internacional, apoiando-o, por meio de campanhas, greves, ocupações de fábrica e manifestações e bloqueios, que estejam a favor dos interesses gerais da classe operária;
- 12) Lutar pela emancipação de todos os trabalhadores da exploração e escravização capitalista, pondo fim à exploração do homem pelo homem.

Rio Grande do Norte

O SINTE convocou o XVI Congresso, de forma presencial, para a primeira quinzena de dezembro. Estabeleceu os critérios de eleição de delegados e para a elaboração de teses. A Corrente Proletária, assim, divulgou uma Carta de apresentação de sua tese, que servirá de base para a discussão inicial com os simpatizantes. Logo mais, estará divulgando sua tese integral. Ao mesmo tempo, faz campanha em defesa da professora Mônica Moraes, contra a perseguição política e pelo retorno à sua escola.

Carta de apresentação da tese da Corrente Proletária na Educação ao XVI Congresso do SINTE/RN

Os efeitos da crise capitalista de 2008 permanecem. Após um período inicial de injeção direta de dinheiro na economia, o esgotamento dos recursos estatais obrigou os governos nacionais, no mundo inteiro, a darem uma virada para a política econômica de ajuste fiscal. No Brasil, essa virada se deu no início de 2015, ainda no governo do PT, que teve seu marco na nomeação do ministro Joaquim Levy, indicado pelos banqueiros, e o anúncio de uma política de cortes na Educação e Saúde, retirada de direitos (MPs 664 e 665), assim como o avanço das privatizações.

Apesar de implementar uma política de ajuste fiscal, o governo do PT não realizava essas medidas na profundidade e velocidade exigidas pelo capital financeiro e pela burguesia nacional. De modo que o golpe de Estado de 2016, que derrubou o governo do PT por meio do Congresso Nacional, veio para que o plano de contrarreformas avançasse a um ritmo acelerado. Nesse sentido, o governo golpista de Temer, caracterizado como uma ditadura civil, conseguiu aprovar a reforma trabalhista, a do ensino médio e a PEC do Teto de Gastos, destruindo, assim, direitos históricos dos trabalhadores, impondo a precarização ainda maior da educação pública, e a redução das verbas orçamentárias, destinadas aos serviços públicos no geral.

A onda reacionária do antipetismo, determinada a excluir o PT das instituições do Estado, foi um terreno fértil para o fortalecimento do bolsonarismo, que aliou a defesa da sua pauta tradicional dos costumes, do armamento e do agro-negócio, com a defesa de uma política econômica de ajustes, cortes de verbas e privatizações, por meio de seu ministro da Economia, Paulo Guedes. Desse modo, Bolsonaro conseguiu se eleger, por um lado, com seu apoio tradicional da classe média alta e dos evangélicos, e, por outro, com o apoio da burguesia nacional e do capital financeiro, e de um vasto setor da classe média arruinada, arrastada pelo antipetismo.

Bolsonaro constituiu, assim, um governo militarista com traços fascistas, incorporando setores da alta cúpula das Forças Armadas nos ministérios, e com tendências ditatoriais bonapartistas, que só não se consolidaram em virtude de seu isolamento político, diante da crise política e econômica. De toda forma, é um governo que tem avançado violentamente nas contrarreformas, com a aprovação da reforma da Previdência, os cortes nos serviços públicos e as privatizações.

No RN, o governo Fátima Bezerra (PT/PCdoB) foi eleito por meio de uma aliança burguesa com a FIERN e a Assem-

bleia Legislativa, por meio do presidente da Ezequiel Ferreira (PSDB), o que lhe garantiu votos no interior do estado, com forte influência das famílias oligárquicas locais. O governo Fátima, portanto, constituiu-se como um governo burguês, assentado sobre uma aliança burguesa/oligárquica, e tem preservado os interesses da burguesia e das oligarquias no estado. Mantém as isenções fiscais aos capitalistas industriais, continuam os milhões sendo repassados em emendas para os deputados estaduais, além da manutenção do pagamento mensal ao Arena das Dunas, enquanto, por outro lado, o funcionalismo estadual ainda possui folhas de pagamento atrasadas. Os trabalhadores em Educação, ano passado, tiveram de entrar em greve pelo repasse do piso nacional, para, no fim das contas, terem seu repasse parcelado.

A Pandemia agravou a crise econômica e social já existente. Os hospitais não tinham leitos de UTI, nem EPIs suficientes. Faltaram oxigênio e kits de intubação. Muitas pessoas morreram, por simples falta de investimento público na Saúde. Os testes de Covid-19 eram escassos. Trabalhadores tiveram seus salários reduzidos ou foram demitidos. O mísero auxílio emergencial de 600 reais não permitia a sobrevivência dos desempregados, que continuaram tendo de se expor ao vírus nas ruas, para garantir o pão de cada dia. A frota de ônibus foi reduzida, de modo que os trabalhadores continuavam aglomerados. A lentidão da vacinação tem prolongado a mortandade da Pandemia, principalmente nos bairros mais pobres. A política de isolamento social, aplicada pela burguesia, serviu tão somente para proteger seus lucros, em detrimento das vidas dos explorados.

Na Educação, os efeitos da política burguesa na Pandemia foram devastadores. Com a suspensão das aulas presenciais, os governos resolveram generalizar o nefasto ensino a distância, com o apelido de “ensino remoto emergencial”, ou “atividades não-presenciais”. Acentuaram-se, assim, a separação entre teoria e prática, e o caráter memorístico e repetitivo. A interação entre professor e alunos foi aniquilada. No entanto, os governos jogaram a responsabilidade do ensino remoto nas costas dos professores, que tiveram de lidar com as novas tecnologias e com as reclamações dos pais e estudantes. São vários os exemplos de professores que foram responsabilizados, pelos governos e direções de escolas, pelo fracasso dessa modalidade de ensino. Trata-se de um discurso antigo, que foi apenas adaptado às novas condições da Pandemia, que busca responsabilizar o professor pela precarização e sucateamento da educação pública,

e pelas dificuldades de aprendizado dos estudantes, que vivem em condições miseráveis e desempregados, sem acesso às condições mínimas de ensino e às tecnologias, muitas vezes convivendo com situações de violência.

Após quase dois anos de pandemia, o retorno presencial das aulas se tem dado sem sequer haver as condições mínimas de proteção sanitária, e sem que a comunidade escolar possa decidir. Durante todo esse tempo, sem que houvesse sequer gastos com energia, água, etc., os governos não reformaram as escolas, e não contrataram mais professores para dividir as turmas, nem mais ASGs para fazer a frequente higienização dos espaços. Para compensar essa negligência, os governos implementam o ensino híbrido, uma combinação de ensino presencial com o remoto, que acaba sobrecarregando os professores, e prolongando o nefasto ensino a distância.

Na Pandemia, a burguesia e os governos se viram livres para implementar seu plano emergencial burguês, pelo fato de os explorados carecerem de seu próprio plano emergencial. A subordinação das centrais e direções sindicais à política do “fique em casa”, com a substituição dos métodos presenciais pelos virtuais, desarmou política e organizativamente os trabalhadores. As assembleias virtuais não permitem que seja exercida a democracia sindical, tanto pelas dificuldades de acesso às plataformas, quanto pelo prejuízo na intervenção da categoria, e o maior controle burocrático por parte da direção do sindicato.

A Corrente Proletária na Educação tem defendido a necessidade que as centrais e sindicatos, a partir das assembleias presenciais, aprovem uma carta de reivindicações, a ser entregue ao governo Bolsonaro, governadores e patrões, em um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios, e que sirva para cimentar a unidade de todos os oprimidos em defesa dos empregos, aumentos salariais, contra o aumento do custo de vida, em defesa da Saúde e Educação, e por moradia para todos. É por meio da unidade dos trabalhadores da Educação junto ao restante do funcionalismo público, e deste com os operários, camponeses e demais explorados, que conseguiremos defender as nossas condições de trabalho e ensino.

No SINTE/RN, a direção do sindicato (PT) tem seguido a linha das demais direções burocráticas de substituir as assembleias presenciais por virtuais. Além disso, tem reforçado a política de conciliação de classes com o governo Fátima (PT), ou seja, ao invés de se utilizar dos métodos de

luta próprios (como greves e manifestações), se tem limitado às mesas de negociação sem luta, e quando muito, a ações judiciais. Para isso, é fundamental que o SINTE/RN possua independência política e sindical diante da aliança burguesa do governo Fátima (PT/PCdoB) com a FIERN e a Assembleia Legislativa oligárquica.

É urgente que sejam retomadas as assembleias presenciais, para organizar a luta. É urgente que sejam retomados os métodos próprios de luta, como manifestações, paralisações e greves. A Corrente Proletária na Educação (CPE) faz um chamado aos trabalhadores em Educação a participarem do Congresso do SINTE, e a defender conosco um programa revolucionário para o nosso sindicato, e um plano de lutas, que consiste em:

- 1) Independência de classe perante os governos federal, estadual e municipal;
- 2) Pela revogação das contrarreformas trabalhista, previdenciária, do ensino médio e a do teto de gastos;
- 3) Abaixo o ensino a distância (EaD);
- 4) Nada de ensino híbrido! Redução da quantidade de alunos por sala (não mais que 20 alunos), com a contratação de mais professores para atender às turmas;
- 5) Reabertura imediata das salas e turnos fechados, e construção de novas escolas;
- 6) Construção e ampliação dos laboratórios de informática;
- 7) Plano de reforma nas escolas, e compra de materiais para garantir as condições mínimas de proteção sanitária;
- 8) Contratação de mais ASGs para a limpeza e desinfecção periódica dos espaços;
- 9) Repasse imediato das progressões de carreira;
- 10) Que o prefeito de Natal, Álvaro Dias (PSDB), repasse imediatamente o reajuste do piso, de 12,84%, de 2020, que é um direito garantido em lei;
- 11) Expropriação da rede privada de ensino! Por um sistema único de educação público, gratuito, laico, científico e vinculado à produção social, que una teoria e prática!
- 12) Por assembleias presenciais, para organizar a luta;
- 13) Que as centrais e sindicatos construam uma carta de reivindicações unitária, em defesa dos empregos, salários e direitos, a ser entregue ao governo Bolsonaro, governadores e patrões, em um dia nacional de luta!

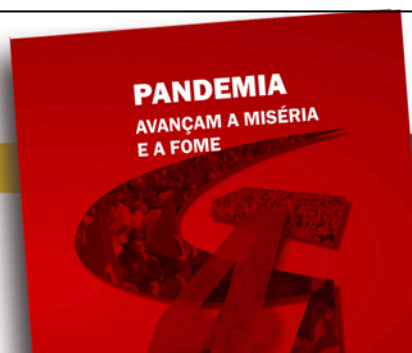
Publicado o livro:

PANDEMIA

AVANÇAM A MISÉRIA E A FOME

“

A classe operária, desorganizada e estilhaçada mundial e nacionalmente pela crise de direção, se sujeita à política pandêmica, que aterroriza as massas, com a campanha orquestrada internacionalmente pelo imperialismo, e executada nacionalmente pelos Estados. Sem o seu partido e sem uma vanguarda internacional com elevada consciência de classe, e capaz de desenvolver o programa da revolução proletária, os explorados ficam à mercê das respostas burguesas à crise econômica e pandêmica.



R\$40

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR**

Quatro anos de contrarreforma trabalhista

Mais desemprego, subemprego e “desalentados”

A reforma trabalhista foi sancionada pela ditadura civil de Temer, em 13 de julho de 2017, e se transformou na Lei nº 13.467. Entrou em vigor em 11 de novembro. Portanto, são quatro anos de destruição de antigos direitos trabalhistas, contidos na CLT. As justificativas do governo, da maioria dos parlamentares e da imprensa burguesa eram de que a reforma trabalhista serviria para destravar a economia, gerar mais empregos e modernizar as relações de trabalho.

No último trimestre de 2017, a taxa de desemprego era de 11,8%, ou seja, bastante elevada. Na época, o governo chegou a falar em 2 milhões de vagas, em dois anos, e seis milhões, em dez anos. Passados quatro anos de sua implantação, a realidade do mercado de trabalho demonstra o quanto eram falsas essas promessas. A situação se tornou ainda mais grave para a maioria dos trabalhadores. O desemprego continuou crescendo, atingindo cerca de 14 milhões de pessoas. O subemprego (trabalho temporário, informal, e suas variadas modalidades criadas pela reforma trabalhista, como o intermitente) chegou a 32 milhões. E 5,3 milhões, chamados de “desalentados”, deixaram de procurar emprego. A renda média do trabalho caiu, e cresceu o número de assalariados que recebem um salário mínimo de R\$ 1.100,00. Durante a Pandemia, os capitalistas usaram e abusaram da Lei 13.467. E de outras medidas, como a MP 936, taxadas de “minirreforma trabalhista”.

Há outro aspecto dessa contrarreforma que evidencia que o patronato vem livrando-se das “reclamações” trabalhistas. Pela reforma, o trabalhador que recorrer à ação judicial com uma ação, e perder, terá de arcar com os custos do processo. Basta verificar que, em 2017, foram 3.965.563 processos na Justiça do Trabalho. Foi o maior número, desde 1970, época

da ditadura militar. Esse montante foi reduzido a 1.885.620, em 2021. Apesar do aumento da exploração do trabalho, das demissões massivas e dos abusos autoritários, o trabalhador ficou temeroso em recorrer à Justiça do Trabalho, e ter de desembolsar dinheiro para pagar o processo. Sabe que, se antes era difícil ganhar uma ação trabalhista contra o patrão, agora, se tornou quase impossível.

O retrato desses quatro anos de reforma trabalhista põe às claras o objetivo do golpe de Estado que derrubou o governo do PT, que era o de aprovar as contrarreformas, trabalhista e previdenciária, e fazer avançar o plano de privatizações e desnacionalização. Portanto, descarregar o peso da crise econômica sobre os explorados.

O grave é que as direções sindicais têm contribuído com a reforma trabalhista, na medida em que fazem os acordos de flexibilização capitalista, PDV, lay-off, banco de horas, etc., aceitam a terceirização, e naturalizam o home-office. Usam o palavreado contrário às novas medidas trabalhistas, mas acabam submetendo a classe operária e os demais assalariados a esse brutal ataque às condições de trabalho e salário. Negam-se em organizar a classe operária e os demais explorados para um verdadeiro combate contra a burguesia e seus governos, no campo da luta de classes. Negam-se em convocar um dia nacional de luta, para colocar abaixo as malditas contrarreformas. Está aí por que é urgente remover esse obstáculo, que controla as centrais e sindicatos. E o caminho está na construção das frações revolucionárias nas fábricas, sobre a base da defesa das reivindicações que unificam os explorados, do método da ação direta, e da independência política e organizativa diante dos governos e dos capitalistas.

Demagogia e eleitoralismo, por cima da fome de milhões

Em algumas capitais, como Florianópolis, o custo de uma cesta básica ultrapassou R\$ 700,00. Dois dados, levantados pelo Dieese, chamam a atenção: 1) se milhões de trabalhadores e aposentados recebem R\$ 1.100,00, o valor da cesta-básica corresponde a 58,35% do salário mínimo. O que significa dizer que o salário mal dá para comer; 2) se se quer combater a fome e a miséria, é preciso um “salário mínimo necessário”, que, em seus cálculos, deveria ser de R\$ 5.886,50, portanto 5,35 vezes superior ao salário mínimo do governo.

Mesmo diante dessa realidade, há meses, o governo Bolsonaro e Congresso Nacional debatem a mudança do nome do programa Bolsa Família, que é de fome, para “Auxílio Brasil”, e a elevação do teto para R\$ 400,00, por família. Que, como vimos, não dá para comprar metade de uma cesta-básica de alimentos. Essa panaceia da PEC dos precatórios, que inclui o “Auxílio Brasil”, é mais uma armadilha que penaliza

os trabalhadores, mas que serve para inflar os discursos demagógicos, em torno à miséria do povo.

As direções sindicais, que, há muito tempo, abandonaram a reivindicação de exigir um salário mínimo do Dieese, precisam se colocar em defesa de um programa próprio de emergência dos explorados, centrado na defesa dos empregos e dos salários. As bandeiras de emprego a todos (escala móvel de trabalho) e um salário mínimo vital, que permita manter uma família de 4 pessoas, calculado pelas assembleias operárias e populares, permitem unir empregados, desempregados, subempregados e os milhões de “desalentados”. É evidente que o combate à fome e a miséria não virá dos programas assistenciais instituídos pelo Estado burguês, mas virá da luta coletiva dos explorados contra a burguesia e seus governantes. E essa é a tarefa da vanguarda com consciência de classe.

Rondônia

Cerco policial e assassinato de militantes da Liga dos Camponeses Pobres

Que as centrais e sindicatos organizem a luta coletiva contra a ofensiva bolsonarista aos camponeses que lutam pela terra

O ano de 2021 está marcado por incessante repressão aos camponeses sem-terra, no estado de Rondônia, particularmente sobre os militantes da Liga dos Camponeses Pobres (LCP), que se organizaram no estado a partir do Massacre de Corumbiara, na fazenda Santa Elina, crime ocorrido em 1995. Durante o governo Bolsonaro e do governador Marcos Rocha, a violência no campo se vem agravando.

Os militantes da LCP estão sofrendo reiterados ataques das milícias armadas da burguesia latifundiária do agronegócio, que grilam terras e ativam o desmatamento, substituindo as florestas pela monocultura da soja e café, e pastos para a criação de gado.

Na segunda quinzena de outubro, foi montada uma operação, com mais de 400 policiais, para despejar os camponeses na região de Ponta do Abunã, que corresponde também à área de Nova Mutum, distrito do município de Porto Velho.

Para defender os camponeses, no dia 26 de outubro, representantes do Centro Brasileiro de Solidariedade dos Povos – CEBRASPO, Associação Brasileira dos Advogados do Povo – ABRAPO, Comissão Pastoral da Terra – CPT/RO, Pastoral Operária, Direitos Humanos, juntamente com militantes dos movimentos sociais, como o Comitê Popular de Lu-

tas em Defesa do Socialismo, foram ao local do despejo, na tentativa trazer de volta as famílias camponesas aos acampamentos. Após essa ação, no dia 29, policiais do Batalhão de Operações Policiais Especiais – BOPE – assassinaram dois camponeses da LCP, Gedeon José Duque e Rafael Gasparini Tadesco, na região de Nova Mutum.

O cerco policial, a perseguição e assassinatos de camponeses têm de ser respondidos pelas direções sindicais e populares. As denúncias de repressão e de falta de alimentos aos camponeses despejados precisam ser transformadas em luta concreta, em manifestações unitárias por todo o país. A ofensiva dos bolsonaristas e latifundiários não será detida com visita ao local do despejo, nem com coleta de alimentos. Terá de ser enfrentada com os métodos de luta da classe operária.

Segundo o editorial eletrônico “De Olho nos Ruralistas – Observatório do Agronegócio no Brasil”, Bolsonaro, por ocasião da inauguração da Ponte do Abunã, juntamente com o governador

Marcos Rocha, ameaçou os militantes da LCP, dizendo “LCP, se prepare! Não vai ficar de graça o que vocês estão fazendo. Não tem espaço aqui para grupo terrorista. Nós temos meios de fazê-los entrar no eixo e respeitar a lei”. A ameaça, como se vê, está tornando-se realidade. Depois da inauguração da ponte, realizada no mês de maio, as ameaças culminaram com o assassinato de três camponeses no acampamento Ademar Ferreira, vizinho do acampamento dos últimos assassinatos, somando o crime de 5 mortes de camponeses da LCP, entre agosto e outubro. E, no envio da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP), que veio para proteger os latifundiários e grileiros.

O cerco policial, a perseguição e assassinatos de camponeses têm de ser respondidos pelas direções sindicais e populares. As denúncias de repressão e de falta de alimentos aos camponeses despejados precisam ser transformadas em luta concreta, em manifestações unitárias por todo o país. A ofensiva dos bolsonaristas e latifundiários não será detida com visita ao local do despejo, nem com coleta de alimentos. Terá de ser enfrentada com os métodos de luta da classe operária. A vanguarda com consciência de classe não pode permitir que um lutador seja assassinado por defender o direito à terra, ao trabalho e às condições de vida.

Publicado o livro:

LEON TROTSKY

A CONTINUIDADE DO MARXISMO-LENINISMO



Este livro objetiva expor essa dialética do combate de Trotsky ao estalinismo. Não há como continuar o marxismo-leninismo sem assimilar esse processo, que se desencadeou já em 1923, quando Lênin ainda vivia e sentia o peso da enfermidade, que o levaria à morte em 1924, e concluiu com o assassinato de Trotsky em 20 de agosto de 1940. Este livro, portanto, é uma homenagem militante, prática, proletária e marxista aos 80 anos de seu assassinato”.

LEON TROTSKY
A CONTINUIDADE
DO MARXISMO-LENINISMO

R\$ **35**

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR

CSP-Conlutas mantém a linha de subordinação às Centrais majoritárias

Aconteceu, nos 5, 6 e 7 de novembro, a Reunião da Coordenação Nacional da CSP-Conlutas, pela via virtual. O centro do debate passou pelo balanço das ações da “Campanha Fora Bolsonaro”, diante do crescimento da miséria e da aprovação das contrarreformas. Não à toa, uma boa parte do debate se dirigiu à “avaliação das lutas” do último período. Esteve ausente, contudo, a autocritica da direção da central, em relação à capitulação frente à linha de colaboração de classes, empunhada pelo setor majoritário do movimento sindical brasileiro.

(...) na medida em que o PSTU se negou a dar centralidade à luta pelas reivindicações mais sentidas, tendo posicionado-se contra as assembleias presenciais, na prática, se colocou a reboque da linha eleitoreira e imobilista das centrais majoritárias.

Esse debate veio à tona em, pelo menos, duas situações: a primeira, quando correntes mais à esquerda criticaram o grupo majoritário da CSP, que é o PSTU, pela integração à frente ampla. A formulação da resolução aprovada é a seguinte: “Reafirmamos nosso compromisso em seguir os esforços para manter e somar a mais ampla unidade de ação visando a deter esse governo, mas, ao mesmo tempo, registramos nossa crítica à cúpula dirigente do movimento, em especial às maiores Centrais Sindicais, por se terem recusado a qualquer iniciativa rumo à construção da Greve Geral”. Mais adiante, o texto complementa: “Não nos submeteremos ao imobilismo planejado de direções burocráticas a serviço do mero calendário das eleições de 2022 e, nesse sentido, buscaremos iniciativas que nos permitam apontar novas ações com, por exemplo, os companheiros(as) da Intersindical – Instrumento de Luta, e todos aqueles que se dispuserem a enfrentar nas lutas e nas ruas esse governo”.

Ou seja, a linha seria a de unidade tática (“unidade de ação”), não estratégica. A ideia é que a CSP deveria manter o “compromisso” de sustentar essa aliança prática, com vistas à necessidade de derrubar Bolsonaro (e Mourão). Ao mesmo tempo, a direção tenta resguardar-se, fazendo a crítica ao “imobilismo” das outras centrais. A alternativa colocada é “apontar novas ações”.

No interior da CSP-Conlutas, essa definição não é unânime. A segunda situação em que o assunto veio à tona se deu em cima de outra formulação, contida no Relatório do Setorial dos Serviços Públicos. O texto diz: “O processo de luta contra a reforma administrativa intensificou-se, desde 2020, quando da en-

trada da proposta do governo apresentada por Guedes ao Congresso. Mas, foi a partir de meados de 2021, quando a PEC foi aprovada na CCJ, e começou a tramitar na Comissão Especial que **foi ampliada a luta, com a unificação das Centrais**” (grifo nosso). Durante a Reunião da Coordenação, alguns questionaram a afirmação de que a unificação com as demais centrais teria levado a uma “ampliação” das lutas, quando teriam jogado o papel de freio.

Quanto à frente ampla, trata-se, de fato, de uma posição capituladora. Afinal, que tipo de “unidade de luta” seria possível com Doria e companhia? O PSTU, quando eclodiu essa polêmica, há alguns meses, justificou que seria uma unidade com “aqueles que defendem as liberdades democráticas”, o que constituiu um insustentável embelezamento de setores francamente reacionários, os quais somente se aproximaram da “Campanha Fora Bolsonaro” por puro oportunismo, devido aos seus cálculos eleitorais. Mais ainda: na medida em que o PSTU se negou a dar centralidade à luta pelas reivindicações mais sentidas, tendo posicionado-se contra as assembleias presenciais, na prática, se colocou a reboque da linha eleitoreira e imobilista das centrais majoritárias. A ideia de apontar “novas ações”, com setores como a Intersindical, representa um tipo de autocritica disfarçada. Ao dizer que “*não nos submeteremos ao imobilismo planejado de direções burocráticas*”, no fundo, isso significa que, até então, estiveram “submetidos”.

Se o PSTU/Conlutas tivesse feito uma autocritica verdadeira, corrigindo a linha de subordinação à linha de colaboração de classes das direções, teria dado um passo progressivo. Mas, ao contrário disso, reforçou os erros do período anterior, mantendo a central debaixo da política burguesa do isolamento social. Prova disso é que o V Congresso da CSP, que ocorreria em outubro de 2021, foi adiado “em função do grave estágio da Pandemia, e da consequente inviabilidade de realização de forma presencial”. Nesse sentido, a Reunião da Coordenação Nacional decidiu prorrogar o mandato da Secretaria Executiva Nacional, e “*Ratificar a decisão da RCN de junho de 2021, de que o V Congresso seja realizado de forma presencial, no primeiro semestre de 2023*”. Isso, mesmo após a vida econômica do país inteiro ter sido retomada, mesmo após a realização dos atos massivos contra o governo, etc.

A Reunião abordou outros assuntos polêmicos, embora não com a mesma transcendência. O Partido Operário Revolucionário participou criticamente, apontando a necessidade da luta presencial, levantando a necessidade de um dia nacional de luta, com a aprovação de uma carta de reivindicações, que contemple as reivindicações elementares dos explorados.

Escute o Massas,
podcast do Partido Operário Revolucionário

ACESSE O NOSSO CANAL:

anchor.fm/por-massas

(Através desse link, é possível acessar outras plataformas, como o Spotify)

No podcast Massas, você ouve episódios sobre a conjuntura nacional e internacional, e sobre as manifestações da luta de classes, além de ouvir a cobertura das atividades e atos políticos presenciais realizados pelo POR, dentre outros episódios.



**PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO**

Nesta edição:

- **Tendências políticas na América Latina.**
- **Bolívia:** Postura demagógica: a Bolívia não assina a declaração de proteção dos bosques, uso de terras e respeito aos direitos dos povos indígenas.
- **Argentina:** Anular o voto, em defesa do programa revolucionário da classe operária.
- **“Papeis de Pandora”:** Podridão capitalista / Os parasitas e sonegadores burgueses descarregam a crise sobre as massas / Retrato da barbárie social.
- **Lênin:** *Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique.*



Artigos das Seções Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Tendências políticas na América Latina

Durante o mês de novembro, ocorrerão eleições em cinco países da América Latina. A particularidade dos processos eleitorais reside no fato da Pandemia arrefecer-se – ainda que com ritmos diferentes em cada país –, expondo, à luz do dia, os estragos econômicos e sociais, produto da crise sanitária. Mais de um milhão de mortos, dezenas de milhões de desempregados a mais, e metade da população continental mergulhada no subemprego e informalidade, testemunham a impotência da burguesia e dos governos em proteger as massas.

É sobre essa base de decomposição econômica e desagregação social que se verifica o enfraquecimento geral das democracias, o avanço dos métodos ditatoriais de governo, a crescente militarização das relações sociais, as mudanças nas legislações repressivas – cada vez mais violentas e restritivas contra as massas, bem como a projeção de candidatos e governos ultradireitistas, apoiados na classe média abastada e nas frações da burguesia semicolonial, receosas de que as massas em luta rompam o freio da conciliação de classes, ameaçando seus lucros e propriedades.

Na Argentina, Javier Gerardo Milei, ultradireitista, abocanhou, nas primárias, uma grande parte do apoio da classe média rica e da burguesia. No Chile, a crise do governo de Sebastián Piñera e o aumento das lutas operárias e populares levaram parlamentares e funcionários do governo direitista em decomposição a declararem seu apoio ao pinochetista José Kast, que promete proteger os monopólios com mãos de ferro, preservando o Estado oligárquico e afogando as revoltas das massas. Em El Salvador, o presidente Bukele arregimentou as instituições, e avançou na militarização do país.

São as tendências à estagnação e recessão econômica, ao volumoso desemprego e à projeção da barbárie social que definem a revolta das massas e o percurso da crise política. O que invariavelmente reflete-se nas eleições burguesas. Segundo um relatório da IDEA, a polarização política é o selo distintivo dos processos eleitorais na atual conjuntura. O que acaba por se manifestar no percurso dos conflitos sociais, assim que passadas as eleições, levando os governos eleitos a se chocarem com as tendências da luta de classes.

No Peru, logo após tomar posse da presidência, o impostor esquerdista Castillo abandonou suas pretensões reformistas e nacionalistas. Cercado pela direita que controla o Parlamento, decidiu por garantir sua governabilidade, assumindo o plano de governo da burguesia, que é o de respeito à grande propriedade privada, e defesa do Estado oligárquico. Há duas semanas, o governo publicou um decreto-lei que autoriza a intervenção das Forças Ar-

madas, para “assegurar o controle e manutenção da ordem interna”, e combater o “crescimento da delinquência”.

Na Nicarágua, as eleições de domingo passado (7 de novembro) resultaram na reeleição de Daniel Ortega, enquanto sua mulher foi formalizada como “copresidente”. A consolidação de uma verdadeira autocracia familiar reflete o percurso da decomposição da Revolução Sandinista e de direitização do governo de Ortega, após as massivas revoltas populares de 2018. Na Venezuela, as eleições legislativas vão acontecer no domingo, 21 de novembro. Na convocatória, as eleições, precedidas de uma negociata com a oposição e o imperialismo, deviam dar um sinal da “normalização” da vida política, após o fracasso das tentativas golpistas. Mas, as eleições acontecerão sob uma situação política conturbada, após o governo espanhol prender e extraditar um funcionário chavista para os EUA, a ONU acusar ao chavismo de crimes humanitários, e o governo colombiano de Iván Duque se colocar pelo rompimento de relações com a Venezuela. No Chile, as eleições gerais se realizarão em 21 de novembro. Segundo pesquisas, se potencia um candidato declaradamente pinochetista, José Antonio Kast. Em 28 de novembro, ocorrerão as eleições em Honduras. Após o golpe de 2009 contra o nacional-reformista Manuel Zelaya, o país mergulhou no autoritarismo e arregimentação política da democracia formal. Desde então, as eleições apenas serviram para garantir a continuidade de governos oligárquicos e fisiológicos.

O essencial do acima assinalado reside em compreender que a direitização dos governos nacional-reformistas resulta da impossibilidade de reformar o capitalismo em decomposição, de sustentar a caricatura da democracia burguesa, e de elevar as condições de vida das massas. Por respeitarem a grande propriedade privada monopolista, sucumbem à opressão nacional, e, portanto, ao saque do imperialismo. O fracasso de governos de centro-esquerda e de centro-direita abre caminho para a ascensão de forças sociais e políticas fascizantes, afeitas ao ciclo das ditaduras militares na América Latina. Obrigatoriamente, a burguesia semicolonial tem de recorrer a formas de centralização ditatoriais para disciplinar a divisão interburguesa, e conter o avanço da luta das massas. O nacional-reformismo, que representa governos de centro-esquerda, é aturado enquanto a sua política de conciliação de classes servir para conter a luta de classes.

A troca de um governo burguês de centro-esquerda por um de centro-direita ou de direita é própria da política burguesa, de dominação de classe e preservação do capitalismo. É muito im-

portante para se avaliar as tendências conjunturais das massas. O fundamental está em lutar pela independência do proletariado e dos demais trabalhadores, diante de qualquer uma das variantes da política e da governabilidade burguesas. A defesa do programa próprio dos explorados, por meio da ação direta e da organização coletiva, é que permite à vanguarda com consciência de classe tomar a frente das lutas, e desenvolver a estratégia revolucionária.

Os levantes operários e populares de fins de 2019 demonstraram que as massas não ficarão passivas perante a brutal ofensiva burguesa contra suas vidas e as nações oprimidas. A retomada das lutas na

Colômbia, Peru, Equador, Chile, Brasil, Argentina, entre 2020 e 2021, com diferentes ritmos e radicalização política, indicam que novas condições se abrem para a luta de classes avançar e se chocar com os novos governos burgueses, independentemente de sua orientação política. As condições são favoráveis ao proletariado e aos demais oprimidos para recuperar suas organizações sindicais degeneradas pela burocratização, erguer seus organismos de base, e impulsionar a construção dos partidos revolucionários. Essa é a via para a classe operária enfrentar as tendências ditatoriais da burguesia, e rechaçar a política de conciliação de classes do nacional-reformismo.

Bolívia

Conferência das Nações Unidas sobre a mudança climática

Postura demagógica: a Bolívia não assina a declaração de proteção dos bosques, uso de terras e respeito aos direitos dos povos indígenas

A Conferência ocorreu em Glasgow (Escócia), e contou com a participação de 133 nações. O governo boliviano tentou impedir a viagem da delegação dos povos originários do Oriente – mobilizados em defesa dos bosques e rios, contra o avanço das grandes empresas agroindustriais e dos interculturais – detendo o seu representante, Tomás Candia, na Migração do aeroporto de Santa Cruz. No entanto, outro membro da delegação conseguiu evitar o controle policial, e chegar na Conferência, com o objetivo de denunciar a conduta hipócrita do governo boliviano.

Arce Catacora disse que a Bolívia constitui a vanguarda do mundo nos direitos dos povos originários, e que luta para que os governos de países industrializados respeitem estes povos, que lutam pela defesa da “Mãe Terra”. Procurou diferenciar a política dos povos originários desenvolvida na Bolívia, resumida no “viver bem”, do “capitalismo verde” que os países industrializados desenvolvem, e que seriam os verdadeiros culpados pelo aquecimento global, cuja fatura será paga pelas novas gerações da humanidade. Arce Catacora não poderia ser mais cinicamente demagógico no discurso, quando o governo boliviano está entregando massivamente as terras de origem comunitárias a setores que encarnam a propriedade privada da terra, como são os grandes agroindustriais do Oriente boliviano e os chamados interculturais; quando está impulsionando o desmatamento massivo dos bosques, e envenenando os rios, com a poluição gerada pela indústria; quando, todos os dias, permite que grupos paramilitares armados tomem comunidades inteiras, expulsando os verdadeiros donos das terras e dos bosques, que há milênios constituem o seu habitat, etc.

Por mais esforço que faça o governo do MAS em se diferenciar da igualmente política hipócrita que desenvolve o imperialismo sobre a necessidade de reduzir o dióxido de carbono na atmosfera terrestre, quando na declaração de Glasgow proclamam o reflorestamento dos bosques e o respeito aos direitos dos povos indígenas que habitam os bosques, etc., sem superar o modo de produção capitalista, que consiste na destruição massiva do ecossistema, porque a produção está subordinada à taxa de lucro do capitalista, reduzindo, cada vez mais, os custos de produção, de

forma que não se pode esperar que gastem com o reflorestamento da terra depredada, ou que processem e reciclem os lixo industriais, porque isto significa mais custos de produção, em uma época em que a crise estrutural do sistema capitalista se faz mais frequente, e cada vez mais profunda. O modo de produção capitalista é sinônimo de destruição da natureza. Na prática, o governo boliviano se mostra entusiasta, porque representa os interesses da classe dominante nacional e das multinacionais imperialistas.

É hipócrita a atitude do governo boliviano em não assinar, acompanhado da Venezuela, a declaração de Glasgow, procurando se mostrar ao mundo como anticapitalista e anti-imperialista, quando, em seu próprio país, está aplicando uma política francamente neoliberal, no sentido de privatizar os bosques e rios, transformá-los em negócios lucrativos, a serviço da parasitária burguesia agropecuária nacional e de suas sócias, as multinacionais imperialistas, dedicadas sobretudo à exploração das minas.

Sua política de “**respeito aos direitos da mãe terra**” cai por terra, diante do seu servilismo aos interesses dos depredadores e grileiros das terras de origem comunitárias, quando a exploração extensiva da terra exige que, ano após ano, as grandes empresas agroindustriais deixem as terras esgotadas, para buscar outras novas e mais fecundas, com a finalidade de continuar intensificando os cultivos e a criação de gado, para vender nos mercados internacionais, em uma época de grande demanda de produtos alimentícios; quando se tornou o campeão de desmatamento e na queima de milhares de hectares, transformando grandes zonas do Oriente em verdadeiros desertos improdutivos; quando as grandes mineradoras, nas mãos das multinacionais, diariamente, utilizam as limitadas reservas de água da região, e as envenenam, destruindo a biodiversidade dos rios e lagos, etc. É preciso ser hipócrita para continuar utilizando o mesmo discurso em fóruns internacionais, quando os interculturais, protegidos pelo governo, são os maiores responsáveis pelos saques e pela queimada dos resíduos vegetais.

(Extraído do Jornal Massas n. 2.676, do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org - facebook.com/massas.por

Argentina**Anular o voto, em defesa do programa revolucionário da classe operária**

Intervimos na campanha eleitoral, para dizer que não se pode mais viver assim, que é necessário acabar com esta situação de uma vez por todas, e que isso só será possível com uma verdadeira rebelião popular, jamais mediante o voto.

A primeira coisa que se deve dizer na campanha eleitoral é que o capitalismo não pode ser reformado, que a burguesia piora, dia após dia, as condições de vida e trabalho das massas, seja sob formas democráticas ou ditatoriais, que quer arrancar todos os direitos que ainda temos, quer mais ajustes, quer mais liberdade para agigantar seus lucros, quer que paguemos todas as dívidas, e que não se interrompa o saque que fizeram ao país.

Há que dizer que o capitalismo nos empurra à barbárie aqui e no mundo todo. Que é um sistema apodrecido, esgotado, e que todas as instituições do Estado expressam essa decomposição, por isso, não há que estimular nenhuma ilusão nelas. Todos os partidos que defendem a ordem capitalista são impotentes para oferecer alguma saída. Já conhecemos todas suas receitas, todas suas historinhas e promessas, todos já governaram. As esquerdas também são impotentes, e não mostram essa realidade, concluindo submetendo-se a essa ordem.

Começamos mostrando essa crua realidade, para reafirmar que a solução está nas nossas próprias mãos, em nossa organização e nos métodos de ação direta de massas. E que, para isso, devemos conquistar a independência política, lutar pelo poder próprio da maioria. Deixar de seguir qualquer corrente patronal, e não confiar na legalidade burguesa.

A luta para acabar com o desemprego de milhões de trabalhadores, com a pobreza, com a carestia infernal, para prepararmos o enfrentamento à crise sanitária, depende de nossa luta, e não de quantos deputados se tenha no Congresso.

O Congresso e o Judiciário são incapazes de resolver nossos problemas, porque expressam os interesses da minoria capitalista, que nos explora e saqueia. Eles servem para isso. São instituições da ditadura do capital, não representam a vontade da maioria, senão da minoria que tem o poder real, daqueles que mandam.

Querem nos fazer crer que nosso voto vale, que com nosso voto decidimos. Essa é uma ficção, na verdade, todos eles se submetem ao poder de um punhado de capitalistas, e não aos nossos interesses e necessidades. Ainda que haja diferenças e atritos entre eles, no essencial, estão de acordo.

Rejeitamos toda ideia de votar no “menos pior”, ou que nos queiram assustar com o perigo de que seremos outra “Venezuela”, ou o conto do “lobo mau”, ou o chamado “voto castigo”. Não existe voto útil.

O período eleitoral se iniciou em julho. Após meses de campanha eleitoral, no entanto, como antecipávamos, não se conhece qual a resposta de cada candidato ou chapa à pobreza, ao desemprego e à inflação, nem qual é o balanço da miserável política sanitária desenvolvida por cada um deles.

Discursos ambíguos de extrema superficialidade. O oficialismo, golpeado pelos resultados eleitorais das recentes eleições primárias, culpa a Pandemia, faz concessões de urgência, diz que está reativando a economia, e promete que o futuro será melhor, enquanto alerta para o perigo que os piores voltam a ganhar. A oposição responsabiliza o governo por todos

os males, e pede os votos para voltar a fazer o que fizeram durante 4 anos.

O oficialismo já teve maioria no Congresso, para que lhe serviu? Querem nos convencer de que é fundamental a quantidade de deputados, mas, quando a tem, inventam qualquer pretexto para afirmar o tempo todo que “não se pode”. Assim como o Congresso foi incapaz de impedir o endividamento fraudulento do país, agora aprovará o acordo com o FMI, para nos fazer pagar a dívida que resultou da evasão de divisas. E aprovarão os orçamentos com os ajustes que garantam os objetivos contratados com o FMI.

Querem utilizar a campanha eleitoral e o voto para ocultar o poder de mobilização popular, as medidas de ação direta, a greve geral para impor as reivindicações urgentes, e que este é o único caminho. Nunca a escolha de legisladores vai resolver o desemprego, a pobreza e os salários miseráveis! Vão enganar outros, com esse conto!

A esquerda eleitoreira não diz nada disto. Os revolucionários intervêm nas eleições para desmascarar o Congresso, as eleições e a ditadura do capital, para ajudar as massas a se tornarem conscientes de todas estas questões essenciais. Não se trata de conseguir mais votos, nem de ter mais deputados, nem terceira força. Os revolucionários querem expressar a força da maioria, das massas oprimidas contra a minoria capitalista, que é proprietária dos grandes meios de produção, e que paga as campanhas eleitorais, sustentando os grandes meios de comunicação para envenenar a consciência da maioria.

É necessário entender que a nacionalização dos bancos e do comércio exterior, o desconhecimento e não pagamento da dívida externa, a nacionalização da mineração, dos hidrocarbonetos, das empresas vitais que foram privatizadas, a recuperação dos portos e dos rios, a industrialização do país, a liquidação da oligarquia latifundiária, etc., será obra da classe operária, dirigente da maioria oprimida. A burguesia e seus partidos, não apenas são incapazes de realizar estas tarefas imprescindíveis para desbloquear as forças produtivas, mas, as rejeitam abertamente. Os partidos patronais (todos!) não querem terminar com as agressões neoliberais contra a nação.

As massas lutam em vários países, para enfrentar o desastre que se vive e, em toda parte, tentam desviá-las para confiar nas eleições, congressos, constituintes, em governos que prometem distribuir melhor, para levá-las a uma nova frustração. Em toda parte, aparece a dificuldade para que essas lutas encontrem sua direção revolucionária, que as leve a confiar exclusivamente nas suas próprias forças, em sua própria organização, em seu próprio poder político: a ditadura do proletariado, o governo operário-camponês (de todos os oprimidos da cidade e do campo), destruindo a ditadura do capital, por meio da revolução social.

O POR trabalha nessa perspectiva. Ajudando a politizar as massas. Chamamos a anular o voto com estas ideias, porque nenhum candidato, frente ou chapa expressa a política da classe operária. Queremos dar este conteúdo político aos milhões que votam nulo, em branco ou que se recusarão massivamente a votar.

*(Extraído do Jornal Massas, nº 404,
órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)*

“Papéis de Pandora”

Podridão capitalista

O Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos (ICIJ) vazou mais de 11,9 milhões de documentos, correspondentes às transações ocultas, amparadas por 14 escritórios de advocacia, especializados na abertura de empresas fantasmas em “paraísos fiscais”. Abrangem 27 mil companhias, abertas entre 1971 e 2018, e 30 mil beneficiários: 330 políticos, dentre eles, 14 chefes de Estado, e cerca de 170 bilionários do mundo inteiro.

Ao todo, são US\$ 11,3 trilhões, espalhados em “paraísos fiscais”, segundo um estudo da OCDE de 2020. Um gigantesco volume de capital-dinheiro (ações, títulos da dívida, fundos fiduciários, etc.), produto de remessas de divisas e lucros, grande parte deles originados em atividades criminosas (narcotráfico, venda ilegal de armas, tráfico de pessoas, corrupção, etc.).

Especialistas em sonegação

Dos 14 escritórios de advocacia denunciados nos vazamentos, oito estão radicados na América Latina: dois no Panamá, três em Belize, e outros três nas Ilhas Virgens Britânicas. Outros, a exemplo de Baker-MacKenzie, com sede na cidade de Chicago (EUA), contam com milhares de advogados, espalhados em centenas de países. Especializados em evasão fiscal, assessoram a criação de empresas e contas de fachada para gigantes da indústria (Apple, Facebook, Nike, etc.), fabricantes de armas (Rostec), grandes bancos (3.926 empresas off-shore correspondem a grandes bancos), governos ditatoriais, etc. Operam, também, como lobistas nos Parlamentados, comprando deputados e senadores, para moldar as leis tributárias e fiscais, em benefício de seus clientes.

Além dos acima destacados, esses 14 escritórios “trabalham” para clientes, tais como a RJR Nabisco (monopólio da indústria da alimentação), o emir do Qatar, e reis da Jordânia e Marrocos, o ex-chefe do FMI, Strauss-Kahn, e a

atual chefe da União Europeia, Christine Lagarde, os ministros e ex-ministros (Paquistão, Holanda, Malta, França, Turquia, Inglaterra, Haiti, Líbano, Emirados Árabes Unidos e Costa do Marfim, dentre outros), os presidentes (Chile, Equador, Montenegro, Ucrânia, Quênia, Congo, etc.), os ex-presidentes (Colômbia, Honduras, El Salvador, Paraguai, Peru e Panamá), os empresários (México, Brasil, Argentina, Chile, Colômbia, EUA, países árabes, China, etc.), e os funcionários públicos de alto escalão, como é o caso do presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, e o ministro da Economia, Paulo Guedes, do Brasil.

“Panamá Papers”

Em 3 de abril de 2016, o ICIJ já havia publicado 11,5 milhões de documentos, sobre 214.488 empresas off-shore,

relacionadas com empresários, políticos, narcotraficantes e outras personagens de mais de 200 países. Os vazamentos jogaram luz sobre uma complexa rede de estruturas empresariais e contas de fachada, usadas para evadir impostos, ocultar propriedades e lavar de dinheiro.

Os “Panamá Papers” trouxeram à tona o mundo da alta contravenção. As autoridades do Panamá e outros países foram obrigadas a publicar dados antes ocultos, e enviar informações aos governos (como se não soubessem). O imperialismo pressionou os governos para aprovar reformas tributárias mais rígidas.

Segundo informações, um único escritório de advocacia denunciado (Fonseca) sofreu uma sangria de clientes.

Quando agravada a crise econômica nas semicolônias latino-americanas, os vazamentos serviram para a ofensiva política de setores da direita e ultradireita, para atingir determinados governos nacional-reformistas. Sergio Moro e os partidos da ordem burguesa apoiaram-se nela para abrir caminho ao golpismo contra o governo petista de Dil-

Em 3 de abril de 2016, o ICIJ já havia publicado 11,5 milhões de documentos, sobre 214.488 empresas off-shore, relacionadas com empresários, políticos, narcotraficantes e outras personagens de mais de 200 países. Os vazamentos jogaram luz sobre uma complexa rede de estruturas empresariais e contas de fachada, usadas para evadir impostos, ocultar propriedades e lavar de dinheiro.

**PÔR EM PÉ O PARTIDO MUNDIAL
DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA
RECONSTRUIR A IV INTERNACIONAL**



R\$35

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DE MASSAS**

ma Rousseff, apertando o cerco judicial sobre o PT e Lula. Não por acaso, os vazamentos favoreceram o imperialismo em suas “movimentações econômicas, diplomáticas e políticas”, visando a pressionar e intervir “nos assuntos internos dos países, se utilizando da publicação seletiva de informações”.

Manobras imperialistas

Diferentemente de 2016, os “Pandora Papers” atingiram, agora, empresários e escritórios de advocacia norte-americanos. Foram expostas as relações criminosas e ilegais entre grandes capitalistas e bancos norte-americanos com poderosos escritórios de advocacia, para sonegar impostos, e favorecer a aquisição agressiva de ações de empresas industriais e comerciais. Em compensação, a sangria de clientes de escritórios localizados em “paraísos fiscais” do Caribe engrossou a carteira de clientes de escritórios dos estados de Delaware, Alasca, Nevada e Dakota do Sul (EUA).

Uma vez “importados” esses capitais, parte deles começou a ser investido em empresas e fundos de investimento dos EUA, no país e no exterior (sob a pressão do governo de plantão), passando a contar como uma nova fonte de capitalização, que, de outra forma, seria aplicada em outros países, fortalecendo, portanto, suas posições na guerra comercial contra a China. Essas “injeções”, por outro lado, ajudam a equacionar o preço de referência do dólar estadunidense no mercado mundial, preservando, assim, o lugar privilegiado dos EUA na política monetária mundial.

Decomposição e barbárie

Desde a eclosão da crise estrutural capitalista em 2008, avolumou-se a fuga de divisas e o parasitismo financeiro. Há, de fato, uma relação fatual entre ambos os processos, uma vez que grande parte desses lucros, subtraídos das economias nacionais, volta, depois, na forma de novos empréstimos para privatizações, compra de títulos da dívida externa, aquisição de ações de empresas e, portanto, para engraxar a corrupção política e institucional.

Trata-se da manifestação das leis econômicas que regem o capitalismo na sua fase de decomposição, de domínio dos monopólios e do capital financeiro, impossibilitando que grandes montantes da riqueza socialmente produzida (mais-valia) retornem à produção social, na forma de capital-produtivo. Esse gigantesco jogo parasitário está voltado a compensar a queda da taxa média dos lucros dos monopólios. Eis por que as “operações offshore” constituem um dos elos dos ciclos da economia capitalista e, seguindo seus altos e baixos, refletem-se na movimentação financeira dos “paraísos fiscais”.

Nada mudou

A crise de 2008 atingiu os alicerces econômicos, fiscais e creditícios de quase todos os países. Projetaram-se as tendências de destruição de forças produtivas. Os governos e os capitalistas exigiram dos explorados grandes sacrifícios, para responder às tendências da estagnação econômica. É nesse quadro que explodiu o vazamento dos “Panamá Pa-

pers”. Quatro anos depois, sobreveio a crise pandêmica, que arrastou para o buraco os países semicoloniais, e abriu passagem a um brutal saque das nações oprimidas e das massas oprimidas, do mundo todo. Isto se passava, ao mesmo tempo em que os magnatas das indústrias e das finanças, latifundiários, etc. retiravam parte de seus capitais para fora dos países, para protegerem seus capitais da crise. E os governos de plantão impulsionaram as privatizações e as reformas antinacionais e antipopulares, descarregando a desagração do capitalismo sobre as costas dos explorados.

Passaram-se cinco anos, os “Pandora Papers” mostraram que nada mudou. Ao contrário, ficou claro que quanto mais a crise capitalista tende a se alargar, mais os capitalistas se protegem da derrocada econômica, pela via do parasitismo e do aumento da taxa de exploração do trabalho. E as massas arcam com a barbárie social.

Não há saída sem a revolução proletária

A luta revolucionária para acabar com o parasitismo, voltando os gigantescos recursos desviados pelos parasitas para movimentar a economia e pôr fim à barbárie social, é uma das tarefas colocadas para as massas combater a podridão burguesa.

Nesse sentido, deve ser parte do programa de reivindicações dos explorados: 1) unificar a classe operária e os demais oprimidos em defesa de um programa próprio; 2) lutar pelo não pagamento da dívida pública e externa; 3) pelo fim do segredo capitalista em geral, e o segredo ban-

ADQUIRA COM O DISTRIBUIDOR DO JORNAL **Massas**  **\$5**



Boletim do
Comitê de Enlace
pela Reconstrução
da IV Internacional

Publicação do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional
Versão em Português | AGOSTO 2021 **R\$ 5**

Construir a direção
revolucionária mundial, para
orientar as lutas sob a estratégia
do governo operário e camponês

Impedir o desvio do movimento dos explorados para o terreno democratizante da conciliação de classes



cário e financeiro em particular; 4) pela abertura de toda contabilidade burguesa e sua publicação perante toda a população oprimida; 5) pela estatização do sistema financeiro e bancário.

Por outro lado, as manobras utilizadas pela burguesia para proteger seus lucros sangram as economias, e obrigam as massas a mergulharem no desemprego, subemprego, miséria e fome. Eis a importância de constituir um tribunal popular, nascido das lutas e apoiado nas assembleias e manifestações, para investigar e punir à burguesia e seus

agentes políticos pelos seus crimes contra os explorados e os demais oprimidos.

Essa luta é travada nas condições em que o capitalismo resiste a morrer, e o proletariado deve conquistar sua independência de classe, para dirigir a revolta das massas contra seus exploradores, dando um salto na luta anti-imperialista e anticapitalista. Eis a importância de construir o partido da revolução social, instrumento do qual se valerá o proletariado para sepultar a barbárie capitalista, superando-a por meio do socialismo.

Os parasitas e sonegadores burgueses descarregam a crise sobre as massas

Em junho, Paulo Guedes entregou uma proposta de reforma tributária, redigida pela Receita Federal, ao Congresso. Dentre outros pontos, destacavam: 1) acabar com a distinção entre pessoa física e jurídica (fonte de manobras de sonegação tributária), 2) um imposto de 27,5% sobre dividendos de empresas e pessoas físicas brasileiras, radicadas em “paraísos fiscais”.

dívida, mas, fundamentalmente, poder amenizar a miséria e fome, aumentando os subsídios sociais, realizar investimentos públicos, etc.

Mas, a Câmara dos Deputados excluiu, logo de início, o parágrafo que eliminava a diferenciação entre pessoas jurídicas e físicas. E trocou o que fixava a taxa obrigatória de 27,5% sobre dividendos de empresas e contas off-shore

as e contas com montantes superiores, a resolução dispõe mecanismos jurídicos que obscurecem o fornecimento de estatísticas reais sobre essas ao banco. De forma que, de um lado, abriu-se uma ampla brecha para os grandes evasores fatiarem suas contas; e de outro, 40 mil pessoas (físicas e jurídicas) poderão ocultar a real estrutura de seus ativos e contas no exterior sem temor à fiscalização.

Trata-se de um presente inestimável a 20 acionistas de empresas (que estão no ranking das 500 maiores empresas do país), que foram mencionados no vazamento dos “Pandora Papers”. Dentre eles, destacam-se os irmãos Parrillo, donos da Prevent Senior (plano de saúde pré-pago, sob a investigação da CPI da Pandemia); Flávio Gurgel Rocha, da Riachuelo; a Família Menin, dona de MRV, Banco Inter e CNN Brasil; a família Moll, dona da Rede D’Or; os irmãos Grendene (Grendene e Vulcabras Azaleia), o casal José Roberto Lamacchia e Leila Pereira (Crefisa). Assim como os empresários bolsonaristas Luciano Hang (Havan), Otávio Fakhoury e Marcos Bellizia.

Evidentemente, Guedes e Neto sa-

A regra é que quem paga impostos são os explorados. O sonho pequeno-burguês de tributar as grandes fortunas nunca se cumpriu, e não se cumprirá. Está aí por que a reforma tributária acabará sendo mais um meio - junto às contrarreformas já foram aprovadas - para exaurir mais ainda os explorados e os demais oprimidos.

São quase US\$ 200 bilhões pertencentes a 20.554 brasileiros, depositados em 27.100 contas no exterior - há informações de que poderiam atingir um trilhão, se contabilizadas as empresas e contas de fachada de propriedade de “beneficiários” ocultos. De forma que, se aprovada, a reforma poderia servir de instrumento de arrecadação muito importante para o governo federal, tendo em conta, não apenas o pagamento da

por outro, que estabelece que se optará por “coletar” 6% de impostos sobre todos os lucros, rendimentos e ativos de “origem lícita” no exterior.

Completo a manobra do Congresso, uma resolução do presidente do Banco Central que dispensa os contribuintes de declararem seus ativos no exterior por valores inferiores a um milhão de dólares. Se bem que permanece a obrigação de declarar à Receita e taxar empre-

R\$ 30

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR DO MASSAS

LANÇAMENTO LIVRO

Lênin estrategista da revolução proletária

Este livro faz parte da luta da vanguarda consciente em superar a crise mundial de direção, construindo o Partido Operário Revolucionário, como seção brasileira do Comitê de Enlace pela Reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

POR

Marxismo

Teoria e Programa

Nova Coleção Editorial

Lênin estrategista da revolução proletária

Apostamentos sobre a história do Partido Bolchevique

biam que a reforma seria rejeitada pelo poder econômico, do qual depende a governabilidade do governo Bolsonaro, assim como pela corja de parlamentares que parasitam da dinheirama da corrupção, que vaza, desde os monopólios até seus bolsos (vários deles, aliás, são "beneficiários ocultos" de contas no exterior). No entanto, a reforma tributária é uma imposição do capital financeiro, que exige do Estado que aumente a pressão para, desse modo, garantir novos fundos para o pagamento da dívida externa.

A regra é que quem paga impostos são os explorados. O sonho pequeno-burguês de tributar as grandes fortunas nunca se cumpriu, e não se cumprirá. Está aí por que a reforma tributária acabará sendo mais um meio - junto às contrarreformas já foram aprovadas - para exaurir mais ainda os explorados e

os demais oprimidos. Está aí a real meta da classe capitalista, que pouco se importa com a moral e ética, ou em manter os escravos assalariados em condições mínimas para serem explorados.

É por meio do programa de reivindicações e seus métodos de luta, que as massas enfrentarão e derrotarão o governo de laráprios e ladrões, bem como a ofensiva dos capitalistas contra suas condições de vida. Isso exige da vanguarda com consciência de classe estruturar o partido marxista-leninista-trotskista, e desenvolver o programa da revolução e ditadura proletária no seio das massas em luta. Eis como convergirá a luta pela defesa imediata dos empregos, salários e direitos vitais com a luta revolucionária pelo governo operário e camponês e o socialismo.

RETRATO DA BARBÁRIE SOCIAL

Consideram-se "paraísos fiscais" os países que não tributam a renda, ou tributam uma alíquota muito inferior aos países de procedência dos fundos das empresas e contas off-shore. São ao todo 60 países, reconhecidos nessa categoria. Entram também, nela, cidades (Hong Kong) e estados (Delaware, EUA). Sua principal atividade econômica é a criação de sociedades anônimas, empresas e fundos fiduciários, dedicados ao entesouramento de dinheiro e valores, aquisição de bens e imóveis de luxo, bem como à compra de empresas. Operações que, via-de-regra, ficam por fora da fiscalização e controle de Estados e governos. Contam, para isso, com uma estrutura jurídica porosa e obscura, que impede a identificação dos reais "beneficiários" (proprietários).

O montante total de valores em empresas e contas off-shore chega a 10% do PIB mundial (se se tem em conta apenas aquelas que tributam). É um montante gigantesco de capital,

subtraído às economias, e que agrava o déficit fiscal dos Estados. Somente na América Latina, perdem-se US\$ 40 bilhões em impostos, a cada ano. O Brasil é o mais afetado: perde US\$ 14,6 bilhões, ao ano. O que reflete na destruição da economia e das condições de vida das massas.

Eis expostas as consequências da concentração de riquezas e pobreza em polos antagônicos da sociedade. Eis a real fisionomia do regime alicerçado na grande propriedade privada, e baseado na apropriação privada da riqueza social criada pelo proletariado (mais-valia).

Está colocada a expropriação (sem indenização) do sistema financeiro e bancário, criando um sistema estatal único de financiamento e crédito sob o controle coletivo dos trabalhadores, e orientado a aplicar os volumosos montantes de capital parasitário no desenvolvimento das forças produtivas, e a elevação material e cultura das condições de vida das massas.

Eis expostas as consequências da concentração de riquezas e pobreza em polos antagônicos da sociedade. Eis a real fisionomia do regime alicerçado na grande propriedade privada, e baseado na apropriação privada da riqueza social criada pelo proletariado (mais-valia). Está colocada a expropriação (sem indenização) do sistema financeiro e bancário, criando um sistema estatal único de financiamento e crédito sob o controle coletivo dos trabalhadores





Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique

No jornal *Massas* anterior, mostramos a posição contrária de Lênin à resolução aprovada no Comitê Central, em 6 de outubro de 1922, sobre a quebra do monopólio do comércio exterior.

Lênin, impossibilitado de comparecer no XII Congresso, que se realizaria entre 17 e 25 de abril de 1923, escreve suas últimas cartas e artigos. Trata de questões como a composição do Comitê Central que seria eleito, o funcionamento do GOSPLAN (organismo estatal de planejamento), do problema das nacionalidades e do cooperativismo. O último artigo, “*Melhor pouco, mas melhor*” foi ditado por Lênin, em 2 de março de 1923. Em 16 de dezembro de 1922, Lênin teve uma recaída em sua enfermidade, provocando a paralisação dos membros do lado direito do corpo. Assim, passou a ditar seus posicionamentos e recomendações a uma especialista em taquigrafia. Despendeu um grande esforço do que restava de sua capacidade, para interferir no curso do XII Congresso.

O percurso desses escritos foi bastante acidentado, uma vez que Lênin se encontrava em flagrante choque com a condução do partido pelo Secretário-Geral, Stalin. Parte deles não foi publicado. As atas das seções do bureau político e da plenária do Comitê Central não mencionam a entrega da nota de Lênin sobre a composição do Comitê Central. As notas de 24 e 25 de dezembro de 1922, e a de 4 de janeiro de 1923, dedicadas à caracterização dos membros do Comitê Central, foram entregues diretamente por Nadejda Konstantínovna Krúpskaia, ao Comitê Central, em 18 de maio de 1924, depois da morte de seu companheiro, pouco antes do início do XIII Congresso do partido.

Consta da ata da entrega dos documentos, a seguinte declaração de Krúpskaia: “*Entrego as notas que Vladimir Ilich ditou durante sua enfermidade, desde 23 de dezembro a 23 de janeiro: 13 notas separadas. Entre elas, não figura a nota sobre o problema nacional (que neste momento está em poder de Maria Ilinichna). Algumas dessas notas já foram publicadas (sobre a Inspeção Operária e Camponesa, sobre Sujanov). Entre as não publicadas, estão as de 24 e 25 de dezembro de 1922, e a de 4 de janeiro de 1923, que contêm caracterizações pessoais de alguns membros do Comitê Central. Vladimir Ilich expressou seu firme desejo de que estas notas fossem colocadas ao conhecimento do Congresso ordinário do partido, depois de sua morte*”.

O Comitê Central decidiu publicar os documentos para os delegados, com a condição de que não fossem reproduzidos. O XV Congresso, realizado em dezembro de 1927, resolveu anexar a Carta ao Congresso (Notas de 24 e 25 de dezembro de 1922, e de 4 de janeiro de 1923) a uma versão taquigráfica das seções do Congresso, e publicar as notas e cartas de Lênin sobre questões internas do partido. As notas de 24 e 25 de dezembro de 1922, e a de 4 de janeiro de 1923, foram publicadas no Boletim do XV Congresso, mas não se publicaram as cartas sobre as questões internas do partido, que somente vieram à luz em 1956, por decisão do XX Congresso, segundo as informações dos editores das Obras Completas de Lênin.

Lênin previu que, com sua morte, evoluiriam os desequilíbrios de posição no Comitê Central. Temia por uma divisão. Na carta de 23 de dezembro de 1922, Lênin introduz a questão

da composição do Comitê Central, diz: “*Recomendo com insistência que, neste congresso, se faça uma série de mudanças de nossa estrutura política (...). Em primeiro lugar, proponho aumentar o número de membros do Comitê Central em várias dezenas, ou inclusive a uma centena. Em minha opinião, sem esta reforma, nosso Comitê Central correria grave perigo, se o curso dos acontecimentos não nos fosse perfeitamente favorável (e isso é algo com que não podemos contar). Em seguida, penso propor que o congresso outorgue um caráter legislativo, em certas condições, às resoluções da Comissão Estatal de Planificação, concordando, neste ponto, com os desejos do camarada Trotsky, em certa medida e condições. No que respeita ao primeiro ponto, isto é, aumentar o número de membros do Comitê Central, creio que é necessário para elevar a autoridade do Comitê Central, para melhorar a fundo nosso aparato, e impedir que os conflitos entre pequenos setores do Comitê Central adquiriram uma importância excessiva para o futuro do partido (...). Semelhante reforma aumentaria notavelmente a estabilidade de nosso partido, e facilitaria sua luta em meio de Estados hostis, luta que em minha opinião pode e deve agravar-se muito, nos próximos anos (...)*”.

Na segunda parte da carta, de 25 de dezembro de 1922, Lênin refere-se claramente a medidas contrárias a uma possível “*cisão*”. Demonstra que o partido se apoia, tanto no proletariado, quanto nos camponeses. E que, portanto, a estabilidade do partido depende do “*acordo entre essas duas classes*”. Chega, assim, ao ponto fundamental: “*Penso que, deste ponto de vista, os fatores primordiais quanto ao problema da estabilidade são os membros do Comitê Central, tais como Stalin e Trotsky*”.

Lênin assinala que aí residia “*a maior parte do perigo de cisão*”. Logo, havia que evitá-la. Passa então a caracterizar os principais membros: 1) “*Stalin, como secretário geral, concentrou em suas mãos um poder ilimitado, e não estou seguro de que sempre saberá utilizar esse poder com a suficiente prudência*; 2) “*Trotsky (...) não se destaca somente por sua saliente capacidade. Pessoalmente, talvez seja o homem mais capaz do atual Comitê Central, mas, tem demonstrado excessiva segurança em si mesmo, e excessiva preocupação pelo aspecto puramente administrativo do trabalho*”. Faz ainda breve caracterização de Zinoviev, Kamenev, Bukharin e Piatakov. Mas, concentra sua observação na distinção entre Stalin e Trotsky. “*Essas duas qualidades de dois destacados dirigentes do Comitê Central atual pode levar inadvertidamente a uma cisão, e, se nosso partido não toma as medidas necessárias para impedir, a cisão pode ocorrer inesperadamente*”.

Em um adendo à carta de 24 de dezembro, Lênin retoma a caracterização: “*Stalin é demasiado rude, e este defeito, ainda que tolerável em nosso meio e nas relações entre os comunistas, se torna intolerável em um secretário-geral. Por isso, proponho aos camaradas que pensem em uma maneira de retirar Stalin desse cargo, e designar em seu lugar outra pessoa que, em todas os aspectos, tenha sobre o camarada Stalin uma só vantagem: a de ser, mais tolerante, mais leal, mais cortês e mais considerado pelos camaradas, menos caprichoso, etc.*”. Na última parte dessas notas, de 26 de dezembro de 1922, Lênin volta a recolocar sua proposição de aumentar os membros do Comitê Central. Aumento esse que deveria contar com o ingresso de operários, que tenham preferentemente “*realizado um prolongado trabalho nos organismos soviéticos (...)*”.

(As citações foram extraídas das Obras Completas, Lênin, tomo XXXVI, Akal Editor)